

## INTRODUÇÃO

Compreender os processos que estão inseridos nas construções e relações de gênero, as relações de poder, imposição de ideologias e valores, ultrapassa a observação passiva dos símbolos culturalmente inseridos. É necessário não somente considerar o que está por trás dessas construções, que instituições sociais estão por trás, entender suas sutilezas, os mecanismos e as técnicas, como a mídia trata e manipula o assunto, mas também considerar o momento político, histórico em que vivemos, como a linguagem tem sido utilizada para veicular informações a respeito do assunto e buscarmos maneiras de intervenção, ainda que individuais.

Refletir sobre relações de gênero implica realizar uma releitura de todo o nosso entorno, o que significa, por exemplo, repensar a cultura e a linguagem, os meios de comunicação social, as instituições como a família, o sistema educacional ou mesmo a religião, os processos políticos como os movimentos sociais ou partidos políticos (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p.39).

Joan Scott diz que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). Scott também comenta que, falar sobre gênero implica pensar nos símbolos culturalmente disponíveis que remetem a representações simbólicas, também contraditórias, implica pensar em conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, doutrinas estas que reforçam normatividades impostas por grupos privilegiados; por fim pensar nas instituições e organizações sociais que estão por trás dessas relações de gênero e as identidades subjetivas (DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 20).

Neste trabalho, que trata das violências contra mulheres e mais precisamente sobre o papel da linguagem na (re)produção dessas práticas, buscamos, dentro da perspectiva da Linguística Aplicada Crítica, dos Estudos Críticos do Discurso, dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero entender de que modo práticas discursivas (re)produzem violências contra mulheres no ciberespaço e como a potencialização dos discursos

contribui para novas (re)produções. Assim, discutimos neste trabalho conceitos como identidade, sujeito, a partir das ideias de teóricos como Moita Lopes, Rajagopalan, Stuart Hall; nos Estudos Culturais, a partir das ideias sobre diferença, essencialismo e tendo como referência, teóricos como Stuart Hall, Kathryn Woodward, Tomaz Tadeu; também a partir das ideias de Pierre Bourdieu sobre poder simbólico, violência simbólica; pensadoras e teóricas dos Estudos de Gênero como Guacira Louro, Judith Butler, Joan Scott, Kimberlé Crenshaw, Sardenberg, Macedo e outras; e com base na abordagem da Análise de Discurso Crítica, a partir de Van Dijk, Fairclough, Van Leuween, Resende e Ramalho.

Buscamos refletir e responder algumas perguntas referentes aos mecanismos, ideias e meios pelos quais a potencialização de violências contra mulheres está ligada, bem como quanto à configuração e conteúdo das novas mídias e tecnologias. Que mecanismos são esses? Os canais virtuais em que circulam os materiais de análise reforçam a violência simbólica contra mulheres através dos discursos veiculados? Que representações são (re)produzidas? De que modo estas representações contribuem para a (re)produção de assimetrias e desqualificações acerca do sujeito pesquisado? Podemos falar, então, em potencialização do discurso sexista e sua contribuição para manutenção de propostas hegemônicas e que desqualificam mulheres no ciberespaço?

Este trabalho investigou a potencialização e (re)produção de violências contra mulheres a partir dos discursos veiculados no contexto virtual, bem como buscou identificar relações de poder respaldadas por práticas discriminatórias, implícitas ou mesmo explícitas nos materiais selecionados; investigou os mecanismos simbólicos contidos nos materiais selecionados, que contribuem para violências contra mulheres e identificou discursos de resistência que contribuem para a desconstrução da violência e sua promoção no ciberespaço e como eles contribuem para a mudança social.

A relevância deste estudo está ligada principalmente ao enfrentamento das violências contra mulheres, mas também à expansão do debate e das pesquisas sobre as relações de gênero. É necessário que os estudos da linguagem se preocupem e se ocupem cada vez mais com as privações sofridas (ROJO, 2006) e busque entender o papel da linguagem

na existência de grupos marginalizados ou em dificuldades sociais, bem como das desigualdades e violências. A linguagem é instrumento central na vida e na organização das sociedades e da cultura, é nesse sentido que este trabalho deseja contribuir para esta reflexão e provocar mudanças discursivas e sociais no âmbito das relações de gênero, violência e linguagem.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e tem “como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2007, p. 41). O *corpus*, que será melhor discutido na seção de metodologia, engloba comentários/conversas, imagens/vídeos/gif, bem como o conteúdo/formato das novas mídias, ou seja, todo material multimodal selecionado que se encontra nos dois eixos do *corpus* que são o buscador *Google* e a rede social *Facebook*.

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos, acompanhados da Introdução, Conclusão, Referências e Anexo. No primeiro capítulo tratamos sobre gênero, conceito e um pouco da sua história, bem como refletimos sua relação com o que ainda chamamos de patriarcado. No capítulo 2 buscamos entender o papel da Linguística Aplicada Crítica e da Análise de Discurso Crítica no debate sobre a violência contra mulheres, bem como discutimos sobre o assunto de maneira interdisciplinar e abordamos noções sobre sujeito e identidade. No capítulo 3 adentramos à discussão sobre o uso da linguagem na internet e a violência contra mulheres e as novas mídias. O capítulo 4 se refere à metodologia, onde discutimos um pouco a problemática e tratamos do *corpus* e do *locus* de pesquisa. Por fim, o capítulo 5 compreende a análise de dados provenientes da rede social *Facebook* e do buscador *Google*.

## 1 PENSAR GÊNERO É...

Pensar gênero é uma tarefa extensa e passível de grandes elucubrações, nos leva a uma série de outras temáticas e discussões nas mais diversas esferas do conhecimento humano e científico. Neste capítulo que abre este trabalho, alguns dos assuntos acerca da temática de gênero serão discutidos e analisados nas subseções de modo que possamos avançar para o debate sobre as violências contra mulheres no âmbito da Linguística Aplicada Crítica e da Análise de Discurso Crítica no capítulo seguinte. Assim, a seção 1.1 nos conduz a um breve histórico das relações de gênero, que será importante para entendermos os desdobramentos históricos neste âmbito que culminaram em processos sociais atuais ou reatualizaram outros de momentos específicos da história e pensar esse percurso histórico nas principais civilizações, aquelas que serviram de modelo inclusive para as sociedades contemporâneas. Na seção 1.2 discutiremos sobre gênero e patriarcado, tentando entender o que é patriarcado e que sujeito é este que o representa, bem como suas relações com as questões de gênero, poder e produção de assimetrias, versaremos também sobre as vozes do Sul e brevemente sobre a temática da heteronormatividade para compreendermos suas conexões com a temática da violência contra mulheres, foco deste trabalho. Por fim, na seção 1.3 adentramos um pouco mais sobre o conceito de gênero.

### 1.1. BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

É bastante razoável rebobinar a história para entender processos atuais da vida coletiva. Vivemos este resgate como parte da compreensão de nós mesmos, das nossas identidades, das nossas relações sociais e dos vários porquês que nos estão postos pelos diversos campos do conhecimento. Não diferente, é importante rever os acontecimentos mais relevantes no que alude às relações de gênero, mas, sobretudo, problematizá-los e transcendê-los na medida em que não mais correspondem às demandas do momento histórico, político, social e cultural em que vivemos. Assim, ao nos depararmos com a

história das relações de gênero, defrontamo-nos com a história mundial, com a história das culturas, das relações humanas, das trocas culturais e epistemológicas.

Desse modo, é necessário que se considerem alguns recortes neste breve histórico das relações de gênero, haja vista sua extensão, riqueza e, também, as limitações da história, ou melhor, dos sujeitos da história, seus narradores, bem como de acervo histórico, documental, uma vez que muita coisa se perde com o decorrer do tempo. Aqui, partimos da reflexão sobre os primeiros agrupamentos humanos de que temos registro, os chamados grupos caçadores-coletores — marcados pelo nomadismo, uma vez que a coleta e a caça se tornavam consumadas e escassas por onde se estabeleciam, havendo necessidade de moverem-se para outros locais — foram os primeiros povos a se espalhar e habitar as diversas regiões do planeta.

Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuíam com bens econômicos importantes. O deslocamento da caça e coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres (STEARNS, 2015, p.31).

Stearns (2015) nos traz em suas reflexões sobre os caçadores-coletores, a perspectiva de gênero, uma vez que propõe o estudo da história das relações de gênero. Porém, é importante destacar, desde já, que diante do debate atual sobre as relações de gênero e o próprio conceito de gênero, que será melhor explorado em capítulo ulterior, focar o binarismo e o funcionamento das atividades humanas a partir desse binarismo é bastante problemático, embora seja compreensível para que se adentre aos debates hodiernos, afinal há muito se pensou a sociedade, a cultura, a língua, a partir desse modelo. É importante que desde já não se invisibilize, mais uma vez, como houve na história com os homossexuais, as mulheres, os negros, as transsexuais, outras formas de vivências da sexualidade e da identidade de gênero, ou mesmo reduza essas vivências a dois polos aparentemente puros: masculino e feminino, homem e mulher.

É então com a transição da caça e coleta para as sociedades agrícolas que gradativamente perece o cooperativismo marcado pelos caçadores-coletores, através da introdução da propriedade privada, da moradia mais estável e fixa.

À medida que a agricultura se espalhou, muitas sociedades formaram padrões de moradia mais estáveis, embora importantes grupos continuassem a caçar e coletar ou se apoiassem na criação nômade de animais [...]. A partir desse excedente, um pequeno número de pessoas pôde se especializar em atividades não-agrícolas, como artesanato, religião e governo (STEARNS, 2015, p. 28).

Com a invenção da roda e com o uso mais frequente de metais, novas mudanças se sucederam, o que facilitaria o surgimento das primeiras civilizações com governos formais e lideranças mais delineadas, algumas com sistema de escrita desenvolvido, como no caso da Suméria, e com o comércio em ascensão. Com a emergência cada vez maior de civilizações, as trocas comerciais e culturais foram favorecidas, bem como o sentimento de alteridade e o estabelecimento, ainda que sutil, de identidades nacionais, regidas por características próprias do seu povo e território (STEARNS, 2015, p.28-29), a exemplo da Índia, China, Grécia, Roma, grandes civilizações clássicas que a partir de suas peculiaridades territoriais e culturais, afirmaram valores culturais importantes, distintos, que influenciam até hoje os modelos de pensamento por todo o mundo. Esse sentimento de identidade cria a noção de 'outro', apartando de certa maneira essas sociedades entre si.

À medida que as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero – relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada sexo – foram tomando forma também (STEARNS, 2015, p. 31).

Nesse sentido, a taxa de natalidade aumenta, impulsionada pela estabilidade propiciada pelo cultivo de alimentos, colheita e criação de animais, próprio das sociedades agrícolas, mas também pelo uso do trabalho infantil nos trabalhos do campo. Esse fato redireciona e marca as tarefas femininas no âmbito da maternidade e do cuidado com o doméstico. É importante dizer que os sistemas culturais do momento eram marcados por

crenças politeístas, que “apontavam para a importância das deusas, como geradoras de forças criativas associadas com fecundidade e, portanto, vitais para a agricultura” (STEARNS, 2015, p.31-32) o que reforçou a tarefa da maternidade às mulheres. As atividades masculinas de caça, comércio, que se localizavam no âmbito das relações externas, promovendo socialização e melhor conhecimento do outro, bem como deslocamento para outros lugares, viagens e contato com outras culturas, se mantiveram e se intensificaram, traçando assim um perfil de homem provedor, responsável prioritário das funções agrícolas.

Dessa forma, as vidas das mulheres passaram a ser definidas mais em termos de gravidez e cuidados de crianças. Era o cenário para um novo e penetrante patriarcalismo. Nas sociedades patriarcais, os homens eram considerados superiores. Tinham direitos legais que as mulheres não possuíam [...]. Assim, o Código de Hamurabi, na Mesopotâmia, a partir do segundo milênio e.c., estabelecia que uma mulher que não “tenha sido uma dona de casa cuidadosa, tenha vadiado, negligenciado sua casa e depreciado seu marido” deveria ser “jogada na água”. Não havia contrapartida disso para os homens [...]. (STEARNS, 2015, p.32).

Nas sociedades agrícolas a propriedade ganha grande importância e muitas delas proibiram que mulheres detivessem-nas. Essa demanda em torno das propriedades privadas, que permitia aos homens o seu pertencimento e às mulheres, não, transpôs para o controle e a apropriação da mulher como propriedade, uma vez que era a ocupante central da casa e onde estavam os filhos e os cuidados para com o que era da família. Esse controle, que extrapola para o controle da sexualidade das mulheres, com auxílio da instituição religiosa, sobretudo do cristianismo, pôs início à história do controle sobre o feminino como um todo.

Dada a importância da propriedade em sociedades agrícolas (em contraste com as de caça e coleta), os homens sentiam necessidade de controlar a herança de gerações futuras, e isso começou regulando a sexualidade das esposas. Outros indícios eram igualmente importantes. Havia preferência por filhos em vez de filhas. Muitas famílias adotaram o infanticídio para controlar a taxa de natalidade, eliminando as meninas com mais frequência. Culturalmente, os sistemas patriarcais enfatizavam a fragilidade das mulheres e sua inferioridade (STEARNS, 2015, p. 32-33).

No que diz respeito à influência da instituição religiosa no controle sobre a mulher, podemos referenciar o manual da Inquisição na Europa, que influenciou os outros movimentos de Inquisição no mundo inteiro, conhecido como *Malleus Maleficarum*, obra escrita em 1484 pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger, conhecida também como *O Martelo das Feiticeiras* pela tradução em português. Esse documento traz em suma a visão dos inquisidores nomeados pelo Papa Inocêncio III, sobre como reconhecer bruxas, seus malefícios e feitiçarias, como interrogá-las, investigá-las e condená-las, bem como torturá-las como método de confissão. A referência ao corpo feminino é constante, desde a abordagem sobre o Jardim do Éden às práticas depilatórias como forma de averiguar a presença de feitiços ou instrumentos de feitiçaria, supostamente guardados nos pelos daquelas mulheres. A autora da breve introdução histórica, texto que abre o *O Martelo das Feiticeiras*, Rose Muraro, vai nos apresentar um breve histórico de como o pensamento cristão veio sendo reatualizado através de documentos como o *Malleus* e como eles funcionam como forma de punição ao feminino e manutenção de um sistema de poder sobre ele. O *Malleus*, nas palavras de Carlos Byington, autor do prefácio, é:

[...] uma das páginas mais terríveis do Cristianismo. É difícil imaginar que, durante três séculos, ele foi a Bíblia do inquisidor. [...] ele é um manual de ódio, de tortura e de morte [...] O livro é diabólico na sua concepção e redação. [...] Ainda que delirante, sádico e puritano, não está aí a essência da patologia do *Malleus*. Ela advém fundamentalmente de o texto ter o objetivo de defender e de enaltecer Cristo, o que o transforma, loucamente, num código penal redigido por criminosos eruditos. [...] Sprenger e Kramer, que escreveram o *Malleus*, são um sintoma da Inquisição, o grande câncer, a deformação psicótica do mito cristão (BYINGTON, 2014, p. 20-21).

E este mito, de que trata Byington, é justamente o mito da salvação pelo amor e por amor, que é e foi deturpado, deformado, "a ponto de produzir a Inquisição e o *Malleus*" (BYINGTON, 2014, p.21).

Esse ataque ao feminino, que tem como base não só o discurso religioso como também os interesses políticos, econômicos, bélicos, atravessa toda a história da humanidade.

Não muito distante da nossa realidade, desde 2014, a China viabilizou a chamada política do filho único, criando a possibilidade de casais terem o segundo filho, que antes era proibido. É importante lembrar que, a política do filho único representou uma grande caça às grávidas, que eram forçadas ao aborto de fetos do sexo feminino. A política de filho único previa punições para quem a descumprisse: "quem descumpria era obrigado a pagar pesadas multas e surgiram esterilizações forçadas e principalmente abortos seletivos por sexo, pois existia uma preferência social por bebês do sexo masculino" (CARTACAPITAL, 2015). Também como excelente exemplo para vários aspectos, mas sobretudo para o entendimento das questões de gênero e a visão sobre a construída inferioridade feminina e sobre filhas serem indesejadas em certas comunidades em séculos anteriores ao nosso, temos o filme tcheco *Virdžina*<sup>1</sup> de 1991, dirigido por Srdjan Karanovic. A história se passa numa pequena comunidade perto do mar Adriático, no século XIX. Num contexto e cultura essencialmente patriarcal, as famílias que não tinham herdeiros homens eram amaldiçoadas. É nessa trama que uma família, depois de algumas tentativas não conseguia ter um bebê do sexo masculino. A preocupação do pai era tão grande que decidiu que a última filha nascida chamada *Virdžina*, ainda bebê, viveria e trabalharia como homem, podendo assim ser o futuro herdeiro da família. Ocorre que *Virdžina* passa pelos rituais direcionados aos meninos daquela sociedade, ela convive e brinca com os outros meninos e trabalha como qualquer homem daquela comunidade. Seus desejos e manifestações biológicas são reprimidos todo o tempo. É interessante notar aqui que a ideia de fragilidade e tantos outros atributos associados à mulher não se aplicavam a *Virdžina*, embora detendo órgãos genitais considerados socialmente femininos. Esse filme ilustra de certa forma como os papéis sociais, o sujeito, as identidades e os gêneros são construídos, o quanto estão atrelados a interesses e relações de poder (DOS SANTOS COSTA, 2014, p.26).

Além disso, na história, temos o Código de Hamurabi, dentre outras leis em diversas civilizações, como a lei judaica, as leis que demandavam o uso do véu em público, no oriente, ou o enfaixamento dos pés na dinastia Tang, todas elas reforçavam a

1 Filme disponível em: [http://www.pregledaj.net/domaci-film-virdzina-1991-cijeli-film-video\\_9ed05ddc8.html](http://www.pregledaj.net/domaci-film-virdzina-1991-cijeli-film-video_9ed05ddc8.html). Este filme já esteve em cartaz na sala Walter da Silveira, na Biblioteca Central da Bahia, em Salvador, para uma mostra de filmes, onde pude assistir presencialmente.

inferioridade feminina, a deterioração dos papéis femininos e seu pertencimento a pais e maridos (STEARNS, 2015, p. 33).

A deterioração dos papéis das mulheres na China apareceu com o costume de enfaixar os pés, sob a dinastia Tang, depois que terminou o período clássico; os pequenos ossos dos pés das meninas eram quebrados para impedir que andassem com facilidade, e o jeito desajeitado de andar que resultou disso era recebido como sinal de beleza e modéstia respeitável. Pressões desse tipo existiam principalmente sobre mulheres da classe alta, em que as famílias tinham condições econômicas para dispensar o trabalho produtivo feminino [...] (STEARNS, 2015, p. 33).

Se por um lado as mulheres, devido ao longo período de aleitamento e cuidado com sua cria, adentrava exclusivamente nas tarefas domésticas e de maternagem, assumindo a responsabilidade por estes papéis e sendo cobrada pela execução deles, também ocorria com os homens a demanda por assumir papéis de liderança, deveres militares, papéis dominantes e de provedor. Esse enquadramento levanta um questionamento fundamental acerca dos privilégios ou desprestígio que os papéis sociais sustentam para os sujeitos que os executam. E pensar que, se analisarmos no decorrer da história, os papéis sociais ditos femininos têm uma construção desqualificada e inferiorizada em relação àqueles ditos masculinos, ou talvez seja melhor dizer que ao fazer feminino tem sido dado um valor inferior por questão unicamente de gênero, a exemplo disto está um dos argumentos mais comuns sobre a desigualdade de gênero que é a desigualdade salarial entre homens e mulheres exercendo o mesmo ofício. Quando isso não acontece, como em cargos públicos em que o salário é padrão para todos os funcionários de um dado nível, por exemplo, podemos observar a predominância de homens em cargos de chefia, supervisão, ainda que seja uma categoria com predomínio feminino.

Na passagem do período clássico para o pós-clássico temos novas possibilidades de contatos acontecendo entre nações, mesmo por meio de conflitos, invasões, bem como através de missões religiosas para fins de conversão. Nos deparamos com o avanço do período pós-clássico no que se refere ao acréscimo de informações sobre contatos culturais que podem ter afetado profundamente as relações de gênero e a construção dos papéis de gênero.

Na Grécia, a função central das mulheres relacionava-se à reprodução, com intuito de gerar mais rapazes guerreiros, bem como incentivá-los a tornarem-se homens corajosos. A bissexualidade ou mesmo a homossexualidade eram fatos vividos pelos homens gregos, que se relacionavam entre si afetivamente e sexualmente, mas também mantinham relações sexuais com mulheres para fins de reprodução. As mulheres também eram consideradas inaptas às atividades públicas, políticas, incapazes de raciocinar. Pertencentes aos seus maridos e pais, as gregas, salvo algumas poucas aristocratas, como é o caso da poetisa Safo de Lesbos, tornavam-se objetos de reprodução e satisfação das necessidades masculinas (STEARNS, 2015, p.49-50). No período helenístico, a intolerância à mulher é reduzida e sua condição em relação à participação política, produção e participação da vida cultural, artística e mesmo atividades que envolvessem negócios são menos desconsideradas, até mesmo o nu feminino passa a participar das manifestações artísticas, embora o helenismo também tenha contribuído para a criação de noções como ‘a mulher ideal’, ‘a mãe leal’, a esposa digna de respeito, aquela que seguiria um padrão determinado pelo estado patriarcal. É importante problematizar sobre que mulheres seriam estas, menos intoleradas, não deixando de lado as discussões acerca da classe social, das questões socioeconômicas. Sabemos que a história registra a participação de mulheres nos âmbitos supracitados, mas sobretudo, mulheres da aristocracia, que já detinham uma certa influência e o mínimo de poder para adentrar nesses espaços. É importante, portanto, considerar que outras mulheres estavam alijadas desses processos e que muito provavelmente não pertenciam a classes sociais dominantes.

Tanto o Helenismo, porém principalmente o modelo da Grécia Clássica influenciariam também os princípios romanos quanto ao seu trato com as mulheres, uma vez que a Grécia ficara sob domínio de Roma no período clássico. Um importante tópico a ser discutido sobre a sociedade romana e as relações de gênero está na formatação do que ficou conhecido como *paterfamilias*:

No que se refere à civilização romana, seu código penal, por sua vez, legitima, com a instituição jurídica do *paterfamilias*, a quem era atribuído

todo o poder sobre mulher, filhos, servos, escravos, a discriminação da mulher. Entretanto, os discursos com que diferentes culturas têm procurado assegurar a sujeição da mulher, revelam, ao mesmo tempo, a dimensão de sua resistência (ALVES; PITANGUY, 2007, p.14).

E no que diz respeito à resistência, as romanas, no ano de 195 a.c., protestaram contra seu alijamento no direito ao transporte público, que era até então exclusividade masculina. As mulheres tinham que irrevogavelmente se locomover a pé aonde quer que fossem (ALVES; PITANGUY, 2007, p.14). Assim, adicionam as autoras:

Diante deste protesto assim se manifestou o senador Marco Pórcio Catão: "Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranquilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir às suas costas para governá-los" (ALVES; PITANGUY, 2007, p.14).

A discriminação da mulher pautada e sustentada pela decisão judicial do *paterfamilias* é sem dúvidas a prova de como a instância jurídica, suas esferas, seus agentes e sua estrutura, desde tempos remotos, contribuem para o reforço das assimetrias de modo mais amplo. Aqui estamos tratando de violências contra mulheres, mas sabemos como as instituições que compõem a sociedade, dentre elas a instituição que rege as leis, a instituição religiosa e também a educacional, participam dos processos de discriminação e de desigualdades sociais a grupos vários. É, sobretudo, importante analisar também que o *paterfamilias*, dentre outras medidas tomadas pela civilização romana, instituiu a ideia de propriedade privada detida pela figura do homem, e uma vez que, estando a mulher, os filhos, os servos, os escravos sob poder deste "proprietário", aqueles passavam a ser objetos da propriedade. A partir deste raciocínio, podemos discutir melhor sobre a objetificação da mulher, ou seja, a mulher enquanto propriedade, enquanto objeto do doméstico e daí as diversas análises referentes ao espaço privado x espaço público, de que tanto tratam os estudos sobre violência simbólica e também sobre a domesticação do outro, abordados por Bourdieu em *O poder simbólico* (1989) e

*A dominação masculina* (2014), sobre corpos docilizados como entende Foucault em *Vigiar e punir* (1999), essas obras vão contribuir sobretudo para a compreensão desta temática.

No Egito observamos uma maior flexibilização das leis em relação às mulheres, bem como o culto às deusas como centrais nos rituais religiosos, a exemplo de Isis que "se tornou a deidade mais importante em seu culto, com uma série de funções, incluindo presidir os ciclos do nascimento e renascimento da natureza" (STEARNS, 2015, p.56).

No que se refere à realidade das Américas - aqui podemos retomar as aulas de história e os capítulos sobre a invasão portuguesa no Brasil - com a expansão marítima, os europeus adentraram ao continente americano alterando as culturas tradicionais a partir da imposição dos seus modos de viver e costumes. Muitos indígenas reagiram às incursões europeias e muito massacre aconteceu em toda a América. Ainda hoje temos a população indígena no Brasil resistindo aos severos ataques às suas terras, pelos grandes empresários do agronegócio, herança perversa da exploração e invasão europeia. Em alguns países da América Latina, a resistência indígena foi maior, mas a colonização se deu da mesma forma.

Virtualmente todas as vantagens no intercâmbio ficavam do lado europeu. Eles tinham [...] armas de ferro e de fogo e cavalos. Tinham imunidades [...] às doenças; os contatos com as doenças europeias e africanas acabaram matando 80% ou mais da população nativa americana em dois séculos. Rapidamente, os europeus estabeleceram arranjos econômicos que os beneficiariam, confiscaram terras dos nativos, tentaram usar sua força de trabalho e, quando isso não foi suficiente, importaram escravos (STEARNS, 2015, p.109).

Apesar das culturas nativas não terem sido extintas, muito da cultura europeia foi introjetada, também via atividades religiosas de conversão, modificando muitos padrões de viver, inclusive as questões relacionadas a gênero que tinham como base os dogmas do cristianismo trazidos pelos espanhóis, portugueses e muitos outros que pelas Américas passaram.

A questão de gênero esteve em pauta desde cedo, tanto implícita quanto explicitamente. A dominação europeia inevitavelmente afetou o *status* dos homens nativos, forçados a relacionamento de subordinação. [...] Em muitos casos, ocorreu maior subjugação das mulheres, à medida que os homens afirmavam sua masculinidade de novas formas. [...] As visões europeias sobre gênero eram menos igualitárias do que as da maioria dos grupos indígenas, pelo menos até o final do século XIX (STEARNS, 2015, p.110-111).

Na América Latina, sobretudo com a invasão espanhola, a influência europeia modificou sobremodo os costumes indígenas, que admitiam a poligamia, o sexo antes do casamento, o aborto, a nudez, bem como o adultério, como era encarado pela cultura europeia recém aportada. Esses costumes foram demonizados pelo europeu que aqui se estabeleceu, modificando pesadamente a vida nativa existente.

Assim que estabelecidas, as missões cristãs exigiram que os índios se cobrissem de roupas, mesmo em regiões muito quentes e úmidas. Com frequência, separavam homens e mulheres jovens, para evitar relações sexuais. Intervinham ativamente na escolha dos parceiros de casamento, para tentar assegurar famílias que fossem fiéis à nova fé. Atacavam práticas tradicionais funcionais como o aborto. Em geral, como observado por um historiador, trabalhavam muito para subverter a conduta normal de vida da família indígena, em nome dos valores cristãos (STEARNS, 2015, p.112-113).

É importante comentar também, antes de finalizarmos este breve histórico sobre as relações de gênero, que muitos índios das Américas incorporaram de certa forma modelos coloniais em suas vivências, mas também muitas comunidades tradicionais indígenas mantiveram seus costumes, resistindo à europeização compulsória. No que tange à questão de gênero, suas tradições foram muito influenciadas pelos padrões europeus e pelo discurso religioso cristão vigente (STEARNS, 2015, p.124).

Em se tratando de incorporação de modelos, formas de falar, agir, representar, é possível trazer o conceito de *habitus*, de Bourdieu, para maior entendimento deste breve histórico e de como todo esse repertório histórico da humanidade sustenta e mantém

determinados padrões nas relações sociais, sobretudo, nas relações de gênero atuais, que é o cerne das discussões neste trabalho. *Habitus* diz respeito às regularidades imanentes à prática que inscrevem o social no individual, não somente em nível mental, mas principalmente tendo como parâmetro a incorporação, os usos corporais. Esse conceito bourdieuriano, que faz do corpo a residência do *habitus*, do ponto de vista linguístico nos revela a formação social daqueles que falam, as disposições sócio-históricas em seus diversos usos da linguagem, como a expressam, de que modo e com qual finalidade, que disputas e interesses estão ali imbricados, quais seus objetivos, que relações de poder estão estabelecidas. Bourdieu comenta, numa entrevista realizada por Maria Andréa Loyola no ano de 2000, mas publicada pela EdUERJ em 2002, que: “[...] o todo está presente em cada um de nós na sociedade [...] chamo isso de *habitus*. A sociedade está presente em nós na educação e na língua. Tudo o que somos é produto da incorporação do todo, da totalidade (BOURDIEU, 2002<sup>2</sup>).

A intenção de finalizar esta seção trazendo o conceito bourdieuriano de *habitus* é crucial, porque questionaremos e problematizaremos nos próximos capítulos, dentro dessa ideia de incorporação e sob uma perspectiva linguística, temas pertinentes a este estudo como: o conceito de gênero, essencialismo, patriarcado e violência.

Na próxima seção nos debruçaremos, então, à temática do patriarcado e gênero e, portanto, ter discutido um pouco da história das relações entre mulheres e homens, entre o feminino e o masculino se faz imprescindível, como atesta a socióloga brasileira Saffioti:

Além de empoderar a categoria mulheres, e não apenas mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado. Considera-se muito simplista a alegação de a-historicidade deste conceito. Primeiro, porque este constructo mental pode, sim, apreender a historicidade do patriarcado como fenômeno social que é, além do fato de o conceito ser heurístico. Segundo porque na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do fato social (SAFFIOTI, 2015, p. 110-111).

2 Link de acesso ao vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ihKi588kmOw>

## 1.2 PATRIARCADO E GÊNERO

O breve histórico sobre as relações de gênero que abre este trabalho é, pois, fundamental para entendermos a discussão que se desenvolve nos capítulos seguintes, e mais precisamente nesta seção acerca do patriarcado, uma vez que este veio se formatando, primeiro, necessariamente dentro do escopo das relações homem x mulher, a partir de um viés essencialista e dualista (SAFFIOTI, 2015), que prevê dois gêneros determinados biologicamente, de acordo com a morfologia anatômica; e também podemos vislumbrar o panorama das relações sociais, das trocas entre sociedades e culturas que formataram, de alguma maneira, o que se entende como patriarcado (STEARNS, 2015). Muito se tem falado sobre este termo e muitas críticas de estudiosas como Saffioti (2015) e outras feministas têm apontado para a necessidade de focarmos no conceito de gênero em vez de patriarcado, pois que este último se sustentaria em propostas essencializantes e deterministas, encerrando a opressão da mulher em relação ao homem a um destino fatalista.

Ainda assim, tratar de patriarcado é de grande utilidade para avançarmos no entendimento dos conceitos mais atuais, uma vez que podemos depreender dele a homogeneização dada às funções e papéis femininos, como sustenta Saffioti:

A hierarquia entre homens e mulheres, com prejuízo para as últimas, era, então, trazida ao debate, fazendo face à abordagem funcionalista, que, embora enxergasse as discriminações perpetradas contra as mulheres, situava seus papéis domésticos e públicos no mesmo patamar, atribuindo-lhes igual potencial explicativo. [...] Não foram tão somente as feministas radicais que contestaram esta abordagem homogeneizadora dos papéis sociais femininos (SAFFIOTI, 2015, p.102).

Esta abordagem homogeneizadora de que trata Saffioti é, na verdade, como ela cita, baseada na visão weberiana de patriarcado, autor do conceito, que se serviu de uma realidade das comunidades domésticas, independente da interferência do estado (SAFFIOTI, 2015, p.106-107).

Tratar deste conceito, no viés weberiano, também é reconhecer, até certo ponto, a generalização da opressão sofrida pelas mulheres durante a história, uma vez que podemos entendê-la como um fenômeno universalizado, não pontual, porém necessitamos fazer ressalvas a esta análise, uma vez que corre o risco da naturalização, uma das críticas trazidas pela Saffioti, ao conceito, em seu livro *Gênero, Patriarcado, Violência*.

[...] como prevalece o pensamento dicotômico, procura-se demonstrar a universalidade do patriarcado por meio da inexistência de provas de eventuais sociedades matriarcais. Neste erro, aliás, não incorrem apenas as pessoas comuns. Feministas radicais também procederam dessa forma. De acordo com a lógica dualista, se há patriarcado, deve haver matriarcado. A pergunta cabível naquele momento e ainda hoje é: houve sociedades com igualdade social entre homens e mulheres? (SAFFIOTI, 2015, p. 107-108).

Saffioti traz também como exemplo para pensarmos o patriarcado, o filme *Lanternas Vermelhas*, e a partir dele comenta:

Além do patriarcado fomentar a guerra entre mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. [...] Durante toda a película, não se vê o rosto deste homem, revelando este fato que Zhang Yimou captou corretamente esta estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura humana singular investida de poder. [...] Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2015, p. 108).

É nesse sentido que se faz também necessário examinar essa ideologia que dá cobertura ao patriarcado, como comenta Saffioti. Adentrar em suas especificidades e não superficializar ou mesmo simplificar essa discussão, como pretendem as visões fundamentalistas, de grupos que se beneficiam com tais perspectivas e reforçam este sistema de opressão baseado nas relações de gênero, sejam eles homens, brancos, heterossexuais, e aqui corroboro com o fato de que é importante ressaltar que mais do

que ser homem, branco e heterossexual encarnado, é deter e reproduzir tais ideologias no fazer diário. Ou seja, ser branco também é participar acriticamente dos privilégios de um grupo que historicamente oprimiu outros, é deter o tempo dos homens brancos, é entrar num espaço sem sentir represálias por conta da cor da pele, dos cabelos, porque a si foi permitido possuir entradas e saídas, ser branco é participar de uma elite artística e cultural que enaltece suas produções e as colocam no centro, como modelos a serem seguidos exclusivamente, menosprezando as outras formas de arte que não cabem segundo seu *establishment*. Ser branco, homem, heterossexual vai muito além do encarne, mas também é o encarne, porque ser branco na pele, homem e heterossexual é sobretudo deter um passaporte ou, quiçá, vários passaportes, é estar em vantagem numa sociedade racista, misógina e heteronormativa, e isso também precisa ser considerado.

Sejam de teor religioso ou não, discursos fundamentalistas que apontam para falas e projetos essencialistas, que tentam amenizar ou invisibilizar sujeitos e grupos minoritarizados, bem como as questões que promovem assimetrias entre os sujeitos com base em suas expressões de identidade de gênero, precisam ser alvo de grandes ressalvas. Assim, discutir esse sujeito que representa o patriarcado é tratar do próprio patriarcado, de um modelo em si, não de um sujeito em particular, e perpassa pelo entendimento da ideologia de que aborda Saffioti, desses núcleos de sentido, que atualmente identificamos como sendo de branco, de hetero, de homem, de burguês.

Em rodas de conversa com pessoas de diferentes áreas, principalmente dentro do campo das ciências humanas e sociais, no âmbito do serviço social, de gênero e diversidade, filosofia, sociologia, letras, dentre outros campos do conhecimento, as discussões, sejam das mais informais às formais, que se dirigem a entender as posturas dos sujeitos diante das suas vivências e relacionamentos cotidianos, independente de quais sejam, mas sem deixar de considerar, a orientação sexual, a cor da pele, a etnia, o gênero, tratam necessariamente de pensar sobre a posição desses sujeitos e como seus comportamentos refletem muitas vezes uma lógica do opressor, embora, ser reproduzidor dessa lógica não implique ser diretamente beneficiado por ela.

Devido à ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, que segundo comenta a professora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres (NEIM) da UFBA, Cecília Sardenberg, está “inscrita e perpetrada nas nossas instituições sociais, nos nossos sistemas de crenças e valores e no nosso universo simbólico” (SARDENBERG, 2011, p. 2), composta por estes esquemas ideológicos e que é reproduzida pelos sujeitos como um todo, um grupo que historicamente veio ocupando um lugar de dominância veio também detendo os privilégios e a hegemonia sobre outros, sub-representados e desfavorecidos. Esse grupo é o encarne desses núcleos de sentido supracitados: homem, branco, heterossexual e burguês, de que necessitamos adentrar neste trabalho e mais precisamente nesta seção para entendermos o patriarcado de forma mais ampla.

Se por um lado, ser homem nas sociedades agrícolas era deter propriedades privadas, ser responsável pela caça e comércio, atividades que o colocavam no espaço público, permitindo-o estabelecer e fortalecer relações, bem como conhecer outras culturas, expandir e trocar conhecimentos, configurando seu papel como de um provedor, e que mais tarde essa posição continuaria, embora sob outros formatos, como ficou estabelecido pelo *paterfamilias* e depois nas sociedades pós-clássicas até os dias de hoje, por outro lado, ser homem também era, além de participar dos assuntos políticos, filosóficos, culturais e artísticos, ser biologicamente determinado pela genitália dita masculina.

A discussão sobre a relação sul x norte, norte x sul, abordada no âmbito da Linguística Aplicada Crítica, mais precisamente por Moita Lopes (2006, p.101) quando ele trata de vozes do Sul, é bastante válida para entendermos a construção dessa branquitude aqui discutida, porque traz a crítica sobre a dominância de um eixo que seria o norte(ador), o principal, aquele que direciona o mundo e que contemplando países da zona europeia e da América do Norte, marca um contingente populacional acima dos trópicos, com a cor de pele branca em quase sua totalidade e que estaria 'por cima', ideia que faz até mesmo referência às diversas pirâmides que mostram as classes sociais, os grupos privilegiados nos topos e os grupos desamparados e discriminados nas bases, mas que sustentam o topo. Aqui é importante ressaltar que apesar de fazer menção às áreas geográficas, a discussão norte x sul extrapola essa dimensão, podemos falar, então, de norte e sul em

contextos outros, para fazer referência a ideologias e posicionamentos hegemônicos ou tratar de relações de poder.

Ser branco é, nessa lógica, não só deter, mas reproduzir, dar manutenção a uma visão de supremacia do norte sobre o sul, ou melhor, das ideologias que perpassam as perspectivas europeia e norte-americana, que se situam no norte do globo, ideologias de vieses colonialista e imperialista, que reforçam sistemas de opressão e exploração dos que não participam da esfera dita norteadora. É importante ressaltar que aqui não se pretende descreditar o conhecimento produzido no eixo norte, mas pensar sobre as implicações ideológicas da categoria ‘branco’.

Para Moita Lopes (2006), precisamos falar de um outro sujeito, o sujeito da Linguística Aplicada, baseado nas vozes do Sul:

Quero focalizar especificamente o problema relativo a quem é o sujeito da LA. A chamada ciência moderna já foi amplamente criticada por se basear em um sujeito homogêneo e essencializado como branco, homem, heterossexual de classe média que as teorias feministas *queer*, antirracistas, pós-coloniais e pós-modernistas se encarregam de desconstruir. [...] Essa percepção do sujeito social questiona áreas de investigação que o veem por meio de lentes de homogeneização, só possíveis porque sua sócio-história e corpo são apagados (MOITA LOPES, 2006, p.101-102).

Essa homogeneização, como menciona Moita Lopes (2006) explica o caráter normativo da heterossexualidade, por vezes tida como natural, normalizada pelas instituições que compõem a sociedade e diariamente pelos sujeitos da linguagem em suas práticas. De acordo com Borges, Perurena, Passamani e Bulsing (2013):

A criação dos homossexuais como figuras dissidentes, destoantes ou diferentes é produto de um discurso heteronormativo que se encarrega de estabelecer hierarquias, não apenas no mundo nos desejos, mas, sobretudo, no mundo da moral, da religião e, por que não, da política (BORGES, PERURENA, PASSAMANI, BULSING, 2013, p. 68).

E quando se trata do mundo da moral, da religião, da política, os efeitos da heteronormatividade extrapolam a relação homossexual x heterossexual, já que existem outras orientações sexuais que também compõem este quesito, para compor as regras da vida social, baseadas também em binarismos como homem x mulher, forte x fraco, ativo x passivo dentre outros. Da dicotomia homem x mulher podemos extrair uma série de adjetivações muito comuns e cotidianas que deveriam, pelo viés heteronormativo, pertencer algumas ao homem e outras à mulher. Esse seu caráter estanque, retoma discursos homogeneizadores, essencialistas, como comenta Moita Lopes (2006), e que agem no apagamento de sujeitos, identidades, ideias e paradigmas diversos, pois que desconsidera a diversidade existente.

Patriarcado e heteronormatividade caminham no mesmo vetor uma vez que sustentam sentidos de subalternização do feminino, sobretudo na figura da mulher. Assim, a misoginia, como ódio, aversão ao feminino ou à mulher se entrelaça ao conceito de patriarcado, sendo um retroalimentado pelo outro. “O patriarcado, enquanto estrutura de pensamento, só pode existir difundindo a misoginia que lhe dará respaldo e legitimidade” (BORGES, PERURENA, PASSAMANI, BULSING, 2013, p. 70).

De um lado, o feminino é a grande ameaça à heterossexualidade do homem; cada época define a categoria do risco, mas o feminino é sempre a ameaça ao homem. Por outro, a masculinidade é interdita à mulher, pois a mulher no lugar do homem é o “mundo às avessas”, a ordem corrompida, a natureza ultrajada. Portanto, homens homossexuais rebaixam seu sexo escolhendo estar abaixo de outros homens; e as mulheres lésbicas, por sua vez, usurpam um poder que não lhes pertence, e ao qual sequer podem usar, já que são desprovidas dos meios da consumação da masculinidade (TORRAO FILHO, 2005, p. 143).

Se o feminino é a grande ameaça à heterossexualidade masculina, o ser viril, se ser mulher na visão patriarcal é ser fraca, submissa, ultrajada, inferior e se o patriarcado se sustenta com base na difusão da misoginia, que é a aversão ao feminino, os seus atributos e papéis, o homem heterossexual é o modelo de sujeito que o patriarcado luta a todo custo para sustentar e sobreviver. Assim, podemos entender não somente a

misoginia, mas também a homofobia e como o patriarcado se arma contra o que ele supõe ser uma ameaça.

### 1.3 O QUE É GÊNERO?

Mas o que vem a ser gênero, afinal? Como comenta Guacira Louro, “as palavras têm história, ou melhor, [...] elas fazem história, o conceito de gênero que pretendo enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo” (LOURO, 2013, p. 18). Ao falar sobre os estudos de gênero se faz necessário remeter à década de 60, quando, no calor e emergência dos movimentos sociais, de libertação e contracultura, as mulheres que militavam naquele momento se percebiam, dentro desses movimentos, numa posição acessória em relação aos homens. A elas cabia o papel de assistentes, auxiliares, de desempenhar tarefas consideradas socialmente menos nobres, sendo assim esquecidas dos cargos de liderança e representação (GROSSI, 2010, p. 1-2) (DOS SANTOS COSTA, 2014, p.18).

No final da década de 60, momento marcado pela segunda onda do movimento feminista, e início da década de 70, a dicotomia gênero x sexo entra em debate, introduzido pelas feministas, estudiosas e militantes que buscavam esclarecer o caráter socialmente construído do gênero, desconstruindo o determinismo biológico imposto que o marcava pela influência da categoria sexo (DOS SANTOS COSTA, 2014, p.19). Segundo Louro:

Com caráter fundamentalmente social, gênero se constitui com ou sobre corpos sexuais, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. [...] É no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros (LOURO, 2013, p. 26).

Os primeiros estudos em gênero no Brasil datam das décadas de 70 e 80, mas já se registra a existência de trabalhos e teses desde a década de 60 sobre a condição feminina e a opressão das mulheres nas sociedades de classes, a exemplo de escritos de Heleieth Saffioti (DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 18). Grossi comenta que:

Nesta época, foi feita uma série de estudos sobre operárias, camponesas, empregadas domésticas, etc., os quais tinham um duplo objetivo: por um lado, mostrar que as mulheres das classes trabalhadoras eram mais oprimidas que as outras; por outro, eles também compartilhavam da visão de que havia uma mesma opressão de todas as mulheres, independentemente do lugar que elas ocupavam na produção, pois todas eram oprimidas pela ideologia patriarcal (GROSSI, 2010, p. 3).

A partir da década de 80, problematizações acerca da ‘condição feminina’ permitiram observar que o que se constatava na realidade era a pluralidade dessa condição, sendo que a ideia de ‘condição feminina’ permitia mais uma vez uma fundamentação essencialista, pautada em determinismos, que defendem a ideia de existência de uma essência no sujeito e conseqüentemente um fim. O que se observa, então, é um contexto plural da condição feminina no Brasil, que aponta diferenças diversas, desde a classe social, a região de origem, a faixa etária (GROSSI, 2010, p. 3-4), a etnia, a raça, o contexto familiar e linguístico. E é para dar conta dessa multiplicidade que os estudos de gênero estabelecem vínculos com outras áreas do conhecimento, que, por sua vez, lhes oferecem ferramentas e aporte teórico para ampliar as análises, as problematizações acerca da determinação biológica que permeiam não somente a ideia de condição feminina, mas as relações de gênero, os papéis sexuais, bem como propostas que essencializam o sujeito (DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 18).

No Brasil ainda da década de 80, gênero começa a ser usado e entendido pelas/os feministas como constituinte da identidade, um conceito complexo e diverso. Louro afirma que “o gênero institui a identidade do sujeito [...] transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o” (LOURO, 2013, p.29). A distinção feita por Hall entre gênero e papéis sociais é importante porque uma vez que gênero remete à questão identitária, portanto,

multifacetada, mutável e até mesmo contraditória, os papéis sociais restringem a multiplicidade do sujeito, as diversas expressões da feminilidade, da masculinidade e outras, uma vez que compreendem basicamente um conjunto de regras ou padrões arbitrários (forma de se comportar, falar, vestir) estabelecidos por uma dada sociedade aos seus membros, ressaltando os jogos e relações de poder que estão por trás e que constroem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 2013, p.28-29) (DOS SANTOS COSTA, 2014, p.20).

A historiadora Joan Scott nos propõe pensar gênero como uma categoria de análise histórica, contribuindo para o melhor entendimento do efeito do gênero nas relações sociais e institucionais. Assim, define gênero a partir de duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Ainda pra Scott, quatro aspectos estão inter-relacionados e devem ser considerados quando do estudo do gênero enquanto constitutivo das relações sociais, como mencionado na proposição (1) (DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 20), são eles:

[...] os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas [...] – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental – mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção. [...] Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas [...]; instituições e [...] organização social – este é o terceiro aspecto das relações de gênero [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva” (SCOTT, 1995, p.86).

Outra perspectiva importante a ser comentada refere-se à proposta da filósofa Judith Butler, que comenta sobre o conceito de gênero quando levanta a diferença entre gênero performado (sic) e gênero performativo (sic). Segundo ela, quando dizemos que gênero é performado, fazemos referência aos papéis sociais, como se estivéssemos interpretando papéis, enquanto que, ao defender a ideia de gênero performativo, uma

série de efeitos é produzida (DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 20). A forma como agimos, falamos, nos comportamos, consolidam segundo ela, a impressão de ser/estar homem ou ser/estar mulher, impressão esta que é tomada como uma realidade interna, uma verdade e um fato sobre nós, quando na verdade é algo que está sendo produzido e reproduzido todo tempo. “To say that gender is performative is to say that nobody really is a gender from the start” (BUTLER in BIG THINK, 2014)<sup>3</sup>. Existem, ainda de acordo com Butler, poderes institucionais, como a normalização psiquiátrica ou práticas como o bullying, que nos posicionam ou reposicionam em nossos lugares de gênero, que segundo ela, é culturalmente formado, apesar de considerar a liberdade do sujeito em seu agenciamento (BUTLER in BIG THINK, 2014) (DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 20).

É com base nas ideias acerca do conceito de gênero acima discutidas, considerando seu caráter socialmente construído e, portanto, transitório e heterogêneo, considerando também a influência das instituições que compõem o social, das representações simbólicas, conceitos normativos, subjetividades; por ser parte integrante da identidade do sujeito, por ser um conceito cultural, historicamente situado e de ser permeado por relações de poder que constroem hierarquias e relações assimétricas que o diálogo com os estudos da linguagem é necessário (DOS SANTOS COSTA, 2014, p.20).

3 Dizer que o gênero é performativo é dizer que ninguém realmente é um gênero desde o início (Tradução minha). O vídeo BIG THINK encontra-se disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=WRw4H8YWoDA>.

## 2 LINGUÍSTICA APLICADA CRÍTICA E ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NO DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Neste capítulo abordamos sobre o enfoque transdisciplinar da Linguística Aplicada Crítica, que busca ir para além da sala de aula nas pesquisas que tratam da linguagem e seu uso. Adentramos também ao domínio dos Estudos Críticos do Discurso, mais precisamente no campo da Análise de Discurso Crítica; discutimos a temática deste estudo dentro de uma perspectiva interdisciplinar, mostrando algumas das diferentes interfaces da questão, trazendo pesquisas e debates empreendidos em outros campos de pesquisa. Por fim, na seção *De quem estamos falando? Noções de sujeito e identidade*, tratamos um pouco dos sujeitos, suas interseções e também sobre identidade.

### 2.1 DA LINGUÍSTICA APLICADA À LINGUÍSTICA APLICADA CRÍTICA

O campo da Linguística Aplicada nos apresenta, cada vez mais, estudos que se direcionam para o uso da linguagem e os problemas correlacionadas a ele. O que Moita Lopes chama de segunda virada da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2009), ocorre com o abandono de realizar trabalhos em contextos exclusivamente de ensino/aprendizagem e tradução e ampliar para outras questões da vida real, centrada na resolução de problemas da linguagem situados na práxis humana. A prevalência de teorias socioculturais, de acordo com levantamento de dados publicados em periódicos nacionais e internacionais (GOMES; MENEZES; SILVA, 2009), reforça a ideia de entender a linguagem como meio de construção do conhecimento e da vida social, afirmando a linguagem como prática social e atividade coparticipativa. Com seu caráter transdisciplinar, a Linguística Aplicada se transforma, deixa de se limitar à Linguística e se apresenta como área híbrida, nômade e subversiva (DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 19), o que revela seu caráter crítico a partir do seu aspecto questionador e problematizador que se direciona para a melhoria das condições da coletividade, para a

contemplação da diferença e da diversidade, e, sobretudo, para a mudança nas estruturas que continuam reproduzindo disparidades sociais e violências de toda ordem.

[...] no Brasil, a pesquisa em LA tem se espalhado para uma série de contextos diferentes da sala de aula de LE: da sala de aula de LM para as empresas, para as clínicas de saúde, para a delegacia de mulheres etc., ainda que predominem aspectos referentes à educação linguística. [...] a LA não tenta encaminhar soluções ou resolver os problemas com que se defronta ou constrói. Ao contrário, a LA procura problematizá-los ou criar inteligibilidades sobre eles, de modo que alternativas para tais contextos de usos de linguagem possam ser vislumbradas (MOITA LOPES, 2006, p.19-20).

Reforçando essa compreensão do papel da Linguística Aplicada Crítica, Moita Lopes (2006) ainda comenta que:

Para construir conhecimento que seja responsivo à vida social, é necessário que se compreenda a LA não como disciplina, mas como área de estudos, na verdade, como áreas tais como estudos feministas, estudos *queer*, estudos sobre negros, estudos afro-asiáticos etc. [...]. Outro ponto que me parece crucial para que a LA seja responsiva à vida social se prende à necessidade de entendê-la como área híbrida/mestiça [...] (MOITA LOPES, 2006, p. 96).

É nesse sentido que, entendendo-a como híbrida, torna-se imprescindível o diálogo com outros campos do conhecimento para discutirmos assuntos como linguagem e ética, linguística e políticas de representação, identidade, diferença, linguagem e produções artísticas, culturais e midiáticas, conflitos e imperialismo linguístico, linguística e produção de assimetrias, linguagem e violências, que é o recorte deste trabalho, dentre outros eixos. Deste modo, estamos entendendo e assumindo a relevância social e o compromisso que têm os estudos linguísticos para com a coletividade e os assuntos que participam dela, já que a Linguística Aplicada Crítica entende a língua enquanto prática social e não como um fenômeno homogêneo e neutro, sem interferências de propostas ideológicas que compõem o próprio social.

Rajagopalan (2003) comenta que os momentos mais marcantes da história da linguística, segundo ele analisa a proposta do linguista britânico John Lyons (1989), foram aqueles em que a linguística colaborou em áreas afins como a antropologia, a sociologia, a filosofia, a psicologia e assim por diante.

[...] os grandes momentos da história da linguística invariavelmente foram aqueles nos quais houve intensos diálogos inter- e transdisciplinares em torno de questões mais amplas envolvendo a linguagem. Foram também momentos em que uma proposta teórica advinda da linguística tinha claras consequências nos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos em outras áreas do conhecimento (RAJAGOPALAN, 2003, p. 40).

Assim, tratar a língua como um produto laboratorial é desconsiderar as relações que ela estabelece com aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, inerentes a ela e imbricados na sua realização, ou seja, a realização linguística é também um mosaico destes aspectos e por isso deve-se atentar para o diálogo com as áreas que contribuem para o entendimento dessas facetas.

Saffioti (2015) ao comentar sobre as várias taxonomias das ciências, nos faz refletir sobre o quesito de neutralidade que tanto paira nas ciências de modo geral, mas sobretudo nas denominadas ciências duras e que é um assunto bastante questionável, e podemos desde já nos perguntar: existe neutralidade na ciência?

Os cientistas que acreditam na neutralidade das ciências duras e no comprometimento político-ideológico das ciências humanas e sociais ainda não compreenderam o que é ciência. Por esta razão, se referem às ciências humanas e sociais, pejorativamente, como *perfumarias*. Tais estudiosos podem receber vários nomes: bons cientistas, verdadeiros cientistas, maus cientistas, cientistas preconceituosos. Parece que uma maneira não agressiva de denominá-los poderia ser cientistas sem visão planetária ou cientistas de poucas leituras, a fim de evitar o termo ignorante [...] (SAFFIOTI, 2015, p. 41).

Essa discussão é importante porque nos diz sobre as intencionalidades das investigações no âmbito das ciências de modo geral, sobretudo àquelas que servem ao capital, às grandes indústrias, empresas e marcas, e mais precisamente em se tratando da ciência

que estuda a linguagem, ser neutro significa, como aborda Pennycook (2006, p. 69) fazer ciência do tipo avestruz, que esconde a cabeça na areia, o que ele chama de *avestruzismo liberal*, isto é, não nos poupar de uma suposta doutrinação, como se tem dito, mas atuar numa doutrinação outra, já existente, muitas vezes já estabelecida e hegemônica, e que impossibilita a pluralidade de ideias, o debate de outros modelos e formatos, como é o caso, por exemplo, do ensino focado exclusivamente na norma culta, a forma dita 'correta' de falar a língua e que desconsidera o uso real da língua e suas variedades. Sobre esse assunto Marcos Bagno discute em *A Norma Oculta* (2003), revelando o caráter ideológico e as relações de poder imbricadas nesta questão, provando que neutralidade é um instrumento que serve àqueles grupos que já estão em situação de privilégio. E não negando a existência de preconceito linguístico, mas entendendo mais profundamente seu cerne, ele comenta que "[...] o preconceito linguístico não existe. O que existe, de fato, é um profundo e entranhado preconceito social" (BAGNO, 2003, p.16). Na mesma obra em diferentes seções, Bagno vai tratar do que aqui neste trabalho também estamos discutindo, mesmo que em outras palavras e dentro de outra temática que é violência contra mulheres, que é um dos aspectos em que o uso da norma culta está ancorado, que é o prestígio social, enquanto que o uso de variedades estigmatizadas está ligado a um estigma social, que abarca as classes e grupos marginalizados socialmente, em outros termos, estamos tratando também de classes sociais.

Aqui faço um adendo, e retomando a questão da doutrinação, acredito que o próprio uso da palavra doutrinação já é tendencioso, pois que a partir dele, grupos favorecidos tentam, com base num discurso de neutralidade, dar manutenção aos seus paradigmas, apontando os do outro como credo ou mesmo pregação, já que doutrinação, vem também dessa ação religiosa catequista, e que remete à conversão de crenças.

É nesse sentido que, retomando Moita Lopes (2006, p.96), "para construir conhecimento que seja responsivo à vida social" é preciso encarar essa realidade social como múltipla, composta por diversos grupos; também como ideológica, em que suas diferentes facetas interferem na vida dos sujeitos que a compõe, principalmente na vida dos desfavorecidos, dos marginalizados, dos discriminados. Os estudos realizados nas mais

diversas áreas do conhecimento precisam, desse modo, ser encarados em sua heterogeneidade, porque é nela que observamos a existência dessas ideologias e não de uma suposta neutralidade, que se encerra numa visão homogeneizante da coletividade. E assim é a língua, meio de conexão entre esses sujeitos e suas culturas, atividade coparticipativa, prática social em que são constituídas as identidades, as representações e o meio pelo qual agimos no mundo e na vida das pessoas.

A Linguística Aplicada Crítica vem, então, se posicionar sobre as privações sofridas (ROJO, 2006, p.253-254) e entender como através da linguagem podemos pensar formas de transformação social. É a partir desse movimento interdisciplinar que linguistas aplicados vão dar suporte às suas investigações, criando novos enfoques para a LA, bem como trazendo para análise novos métodos e recortes teóricos.

As mudanças nas crenças e, conseqüentemente, no fazer dos linguistas aplicados brasileiros implicaram transformações não só nos *objetos* eleitos para pesquisa, como também nos *métodos* e nos *recortes teóricos* (interdisciplinares) propostos. [...] Nesse processo, novos objetos de pesquisa passam ao campo de abrangência da LA e, logo, novas relações com novas disciplinas e teorias emergem (ROJO, 2006, p. 255-256).

Essas novas relações com outras áreas do saber vão criar a dimensão crítica da LA, que preocupa alguns estudiosos como Davies, citado por Pennycook (2006, p. 68), para quem "a influência da LAC é grande e pode não ajudar a área" (DAVIES, 1999: 142 apud PENNYCOOK, 2006, p.68), mas que nos provoca o cuidado de realizar constantemente recortes de investigação e a crítica da crítica, devido a sua amplitude.

Sobre a política de abordagens críticas da LA, Widdowson comenta que precisamos de "uma LA crítica, e não de uma LA hipócrita, para nos guiar em direção ao futuro" (WIDDOWSON, 2001, p. 16 apud PENNYCOOK, 2006, p 68) e adiciona a seguinte reflexão:

Sobre a ética de quem estamos falando? A moral de quem? E como se pode separar uma causa de valor de uma que não tem valor? As pessoas críticas,

como missionários, parecem estar bem seguras de que identificaram o que é bom para os outros com base em suas próprias crenças. Contudo, ao tornar a necessidade de parcialidade uma virtude estamos de fato negando a pluralidade e impomos nossa própria versão da realidade, exercendo, desse modo, o poder da autoridade que alegamos deplorar (WIDDOWSON, 2001: 105 apud PENNYCOOK, 2006, p. 36).

Este exercício de autoanálise e de autocrítica importa aos trabalhos no âmbito da LAC, pois que estamos justamente tratando de relações de poder no âmbito da linguagem e da busca pela transformação social a partir, também, da tentativa de contribuir para a conscientização dessas posições assumidas pelos sujeitos usuários da língua.

Pennycook (2006), para quem a LAC é uma antidisciplina e um caminho de pensar e fazer problematizador e interdisciplinar, comenta que o adjetivo *crítico* pode ser pensado em pelo menos quatro sentidos:

[...] crítico no sentido de desenvolver distância crítica e objetividade; crítico no sentido de ser relevante socialmente; crítico seguindo a tradição neomarxista de pesquisa; e crítico como uma prática pós-moderna problematizadora. Por outro lado, esses modos diferentes de fazer um trabalho crítico podem ser identificados em domínios diferentes da linguística aplicada (LA), da análise do discurso crítica (ACD) ao letramento crítico, da pedagogia crítica a abordagens críticas da tradução (PENNYCOOK, 2006, p. 67).

Ainda tomando como base a fala de Pennycook (2006), que cita a LAC como campo em que podemos trabalhar as questões da linguagem em contextos diversos, aqui neste estudo realizamos exatamente esta proposta quando recortamos para a investigação sobre violências contra mulheres, mais precisamente analisando práticas discursivas que (re)produzem e potencializam violências mediante o ciberespaço, englobando suas plataformas de busca, sua estruturação e conteúdo das novas mídias e redes sociais, suas tecnologias, bem como a ação do usuário sobre esses mecanismos próprios do ambiente virtual. Sobre o ciberespaço, novas mídias e tecnologias, discorreremos de forma mais detalhada em capítulo posterior.

## 2.2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

É nessa direção que adentramos também ao domínio dos Estudos Críticos do Discurso, em que, corroborando com as ideias de Van Dijk (2010) refere-se a um "domínio de práticas acadêmicas, uma transdisciplina" do que um método de análise (VAN DIJK, 2010, p.10-11), e que propõe no âmbito das análises o cruzamento entre análise linguística e de corte sociológico.

Nesse sentido, muito se tem questionado o termo *crítica* da Análise de Discurso Crítica (ADC), que se insere nos Estudos Críticos do Discurso, e que criaria uma espécie de especialidade em relação às outras abordagens, o que precisa ser discutido com cautela, aliás é por esta razão que Van Dijk (2010, p.10) prefere o uso de Estudos Críticos do Discurso. Embora o termo Análise de Discurso Crítica trate também de um conjunto de aspectos teóricos e metodológicos específicos, sugere a ação de um grupo de estudiosos que se reuniram em um simpósio em Amsterdã, tais como Ruth Wodak, Theo Van Leeuwen, Van Dijk, Gunter Kress, Norman Fairclough (RAMALHO; RESENDE, 2013, p.21), empenhados no desenvolvimento de uma abordagem teórico-metodológica que ficou conhecida como ADC, termo cunhado pelo linguista britânico Norman Fairclough.

Assim, tomando a ADC como um domínio de práticas acadêmicas relativamente recente e heterogêneo, é importante ressaltar, a partir de Van Dijk, que os Estudos Críticos do Discurso "possuem métodos de estudo bastante diferentes, dependendo dos objetivos da investigação, da natureza dos dados estudados, dos interesses e das qualificações do pesquisador, bem como de outros parâmetros do contexto de pesquisa" (VAN DIJK, 2010, p.11). É necessário considerar essa diversidade de maneiras de investigar, que podem, além do mais, ser combinadas. Van Dijk afirma que podemos estudar as estruturas e estratégias da fala e da escrita de diversos modos, seja pelo viés da análise gramatical em seus diferentes níveis, pela análise retórica, estilística, análise das estruturas narrativas, argumentativas, seja pela análise semiótica de imagens, sons e outras características multimodais do discurso (VAN DIJK, 2010, p. 11).

Fairclough (2001), para quem a mudança social acontecerá a partir de uma mudança discursiva, a partir do reconhecimento de que "[...] as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos [...]" (FAIRCLOUGH, 2001, p.19) e que não corresponde a um processo unilinear, mas a um processo em que "há luta na estruturação de textos e ordens de discurso" nos quais "as pessoas podem resistir às mudanças que vem de cima ou delas se apropriar" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28), entende que existem abordagens da análise de discurso que podem ser críticas e não-críticas, e nesse sentido é crucial dizer que este trabalho se localiza dentro da esfera crítica da análise de discurso, uma vez que, como supracitado, busca unir análise linguística à análise de corte sociológico, assumindo seu caráter interdisciplinar.

As abordagens críticas diferem das não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 31).

As abordagens críticas aliam suas propostas específicas à teoria social do discurso, que aliás, entende discurso como "o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90), considerando, assim, a heterogeneidade constitutiva da situação em análise e dos sujeitos participantes, bem como suas mudanças no decorrer da história e as relações que estabelece com o poder. Fairclough ainda comenta:

Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social no sentido mais amplo [...]. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo [...]. O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como

'identidades sociais' e 'posições de sujeito' [...] contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. [...] o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

É nesse entendimento de língua/linguagem que buscamos pensar a temática deste trabalho, na tentativa de ampliar esta discussão e pensar em formas de intervenção, seja proporcionando novas leituras e conexões diante do *corpus* apresentado, seja propondo ações outras com base nas discussões aqui feitas, diante de uma situação atualmente crucial e de extrema relevância, haja vista os dados de documentos federais como o *Mapa da Violência: Homicídio de Mulheres no Brasil 2012 e 2015*<sup>4</sup>, este último focado nas questões de gênero, ou mesmo documentos internacionais que mostram cada vez mais o quanto precisamos dedicar nossa atenção a este assunto, seja no âmbito das letras ou em outros campos do saber. Na seção seguinte adentraremos ao debate sobre a violência contra mulheres e suas conexões com a interdisciplinaridade e heterogeneidade propostas pela LAC e a ADC.

### 2.3 PENSANDO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

A violência contra a mulher não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de nossa humanidade. E mais novo ainda é a judicialização do problema, entendendo a judicialização como a criminalização da violência contra as mulheres, não só pela letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores (BRASIL, 2015, p.5).

Pensar a violência contra mulheres numa perspectiva histórica é de extrema importância para elencarmos e exibirmos possibilidades de aprofundamento e entendimento sobre o assunto e suas raízes. Além do mais, pensar a violência contra mulheres dentro dessa

4 Link de acesso para os documentos: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

mesma perspectiva nos possibilita agir pelas suas laterais, enxergando suas facetas reprodutoras, por exemplo, de um aparelho policial e/ou jurídico que também é denunciado por sua precariedade em atender as mulheres em situação de violência e que mais estanca as relações entre vítima e agressor, firmando-as até mesmo como irredutíveis, dando manutenção à existência de um sistema e de suas instituições que se sustentam através da violência e a retroalimenta.

Segundo Bonetti, Pinheiro e Ferreira (2016), autores do capítulo *A Segurança Pública no Atendimento às Mulheres: uma análise a partir do Ligue 180*, que está no livro *Violência de Gênero Contra Mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*, organizado por Sardenberg e Tavares (2016), os relatos sobre reclamações revelam o caráter dos problemas infraestruturais que inviabilizam de certa maneira a exequibilidade do combate eficiente à violência contra mulheres, seja porque falta viatura, o telefone que não é atendido, as delegacias que se encontram fechadas, por ausência de recursos humanos, embora também esses relatos apontem para categorias de "omissão, despreparo, atendimento inadequado, dificuldade de acesso, falta de providência sobre boletim de ocorrência, recusa em registrar o boletim de ocorrência, entre outras" (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2016, p. 162). Ainda sobre esses relatos, podemos citar alguns:

3. Cidadão relata que compareceu à delegacia comum para pedir socorro para sua vizinha que é mantida em cárcere privado. Foi atendido por um agente que falou que não era da competência daquela delegacia e que eles não estavam dando conta dos problemas da sua jurisdição, imagine da outra.; 4. Cidadã reclama que esteve na delegacia de mulher e a atendente se recusou a fazer o boletim de ocorrência, alegando que o sistema estava fora do ar. A atendente pediu para a cidadã retornar no dia seguinte porque a DEAM fechava às 19h e só havia um escrivão atendendo; 7. Cidadã relata que foi à DEAM para registrar um BO. Depois de registrada a denúncia, a delegada a encaminhou para fazer o exame de corpo delito e informou à vítima que não tinha nenhuma viatura e, se ela quisesse, que arrumasse carona ou desse algum jeito, pois precisava do exame ainda hoje; 8. Cidadã reclama que na DEAM não tem nenhuma delegada. Há um delegado titular da 99ª DP que está respondendo pela DEAM nos expedientes, mas as moradoras da cidade querem uma delegada na DEAM. As cidadãs se sentem constrangidas em falar com um homem na delegacia (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2016, p. 163-164).

Os relatos são vários e apontam desculpas e justificativas diversas para o não atendimento, inclusive com alegação de que as DEAMs não são especializadas para lidar com as situações apresentadas, bem como diz respeito à falta de entendimento e conhecimento dos procedimentos introduzidos pelos aparatos legais, como a Lei Maria da Penha (n. 11/2006) pelos agentes. Também podemos comentar sobre o padrão "quantidade de sangue necessária" que segundo os autores, parece estar ligada "ao não reconhecimento da violência doméstica e familiar como um crime, ou, no caso, um crime menor, já que não houve derramamento de sangue. O ponto máximo dessa percepção se dá no grupo seguinte, marcado pela recusa dos agentes" (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2016, p.170). Alguns dos relatos nesta categoria são:

1. Cidadã relata que, ao registrar o BO contra seu marido na DP, o delegado que a atendeu disse que só poderia ajudá-la se ela estivesse muito machucada e ensanguentada. Caso contrário ele não poderia fazer nada [...]; 2. Cidadã procurou a DEAM e foi atendida pela delegada, que disse à ofendida que como o agressor não falou em matá-la, não era motivo para o registro do BO [...] (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2016, p. 170).

Mais uma categoria de relatos refere-se à recusa dos agentes de segurança pública em realizar qualquer procedimento, revelando o despreparo, mas também o enraizamento da mentalidade sexista em nossa cultura, a partir de justificativas que se embasam em expressões como "briga de marido e mulher ninguém mete a colher" ou mesmo tendo a mulher em situação de violência se apresentado com hematomas para fazer o registro de ameaças de morte, o funcionário se negou a formalizar a denúncia o que ocasionou em futuro assassinato da reclamante (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2016, p. 172-173).

Estes exemplos de relatos são importantes para nos situarmos diante de uma questão prática e cotidiana, pois nos revelam um pouco sobre o imaginário ou mesmo a mentalidade dos aparelhos policiais de que dispomos para solucionar problemas dessa amplitude. Essa realidade nos mostra também que o aparelho policial, ou até mesmo o jurídico, no sentido de sua aplicação, tem ocasionado mais problemas no que se refere à

violência contra mulheres, e que apesar de funcionar em certo nível, não promove modificações substanciais, principalmente em nível discursivo, em que a cultura da violência é firmada. Como menciona a citação que abre esta seção, retirado do *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil (2015)*, essa violência, ou melhor, essas violências não constituem um fato novo e é por este motivo que tentar superar sua naturalização histórica e ir além das falas simplificadoras que abafam e tentam invisibilizar vozes femininas até os dias atuais se faz mister. Quando pensamos em criminalização das violências contra mulheres, do racismo, da homofobia, estamos admitindo que existe um problema e que ele não pode ser encarado como “natural”, mas como uma construção que está entranhada nas estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais, artísticas, midiáticas de tal modo que sua cristalização nos enrijeceu também o olhar sobre elas. Atualmente contamos, como já mencionada nesta seção, com a lei 11.340 de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha e também com a lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, como ferramentas de criminalização das violências contra mulheres, cada uma dentro das suas especificações.

Poderíamos, então, dar continuidade a esta seção tratando de refletir e entender melhor o conceito de violência e discorrer por muitas linhas sobre os diversos tipos de violência vividos por mulheres no Brasil e no mundo, bem como localizar o Brasil nos primeiros lugares do *ranking* de países que mais matam mulheres no mundo, como atesta o documento *Mapa da Violência 2012, Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil*. Saffioti (2015) diz que "o que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral" (SAFFIOTI, 2015, p. 79), este conceito seria um 'conceito ideal' para o entendimento do termo em questão de forma mais simplificada, porém o que é salientado por Saffioti diz respeito a uma questão ontológica não existente, e que pode auxiliar de certo modo na desnaturalização de pré-determinações envolvendo o feminino e o masculino. Ela discute que apesar de pairar sobre as mulheres a ameaça de agressões masculinas, ou mesmo do masculino ao feminino, ambos como entidade, nas minhas interpretações, esta maneira de entender violência não encontra lugar ontológico:

Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero. Embora se trate de mecanismo de ordem social, cada mulher o interpretará singularmente. Isto posto, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade. Isto equivale dizer que a violência, entendida desta forma, não encontra lugar ontológico [...] (SAFFIOTI, 2015, p.80).

Ora, chegamos em um ponto crucial no entendimento da violência, que deve guiar as investigações científicas que tratam do assunto, uma vez que, como acrescenta Saffioti em nota de rodapé da página referida na citação supracitada:

Se não existe uma percepção unânime da violência, cada *socius* definindo-a como a sente, não se pode fazer ciência sobre a violência caracterizada como ruptura de integridade, uma vez que não há ciência do individual. Se as integridades e, por conseguinte, suas rupturas integrassem o ser social, fossem a ele inerentes, haveria uma mesma concepção destes fenômenos. Ao contrário, como se mostrou atrás, será possível construir uma sociedade igualitária, porque outras muitas deste gênero ocorreram no passado. A desigualdade, a violência, a intolerância não são inerentes ao ser social, ao contrário, o são a identidade e a diferença (SAFFIOTI, 2015, p.80).

Por este motivo, Saffioti sugere trabalhar com o conceito de direitos humanos, em que a violência perpetrada seria capaz de violá-los, porém seria necessário realizar uma releitura sobre eles, uma vez que, como ela comenta, desde a Revolução Francesa, esses direitos ditos universais foram pensados tendo como modelo o masculino, e como consta na história, a primeira mulher a criar a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em contraponto à Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, que foi a Olympe de Gouge, foi morta na guilhotina no ano de 1792 devido à sua atitude (SAFFIOTI, 2015, p 80). Não podemos esquecer que mesmo existindo a contemplação dos direitos da mulher, dentro de uma leitura que contemple o feminino como modelo, é necessário pensar sobre a pluralidade das condições femininas para que não reduzamos à tão-somente realidade de mulheres em posições de privilégio. Do exemplo acima citado podemos extrair o teor simbólico da violência de que tratamos e que se manifesta sob diferentes formatos, incluindo as violências física, psicológica, sexual, dentre outras.

Se analisarmos eventos como a Inquisição, que teve amplitude mundial, ou seja, não ocorreu somente na Europa como muitos acreditam, mas também nas Américas, e inclusive no Brasil, mesmo tendo um perfil um pouco diferenciado do que o ocorrido em terras europeias, de acordo com dados coletados em visita ao Museu da Inquisição no Brasil, em agosto de 2015, e que se localiza na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, podemos observar, ainda assim, que suas ações dirigidas ao feminino, mais precisamente à mulher, tendo como base o discurso religioso cristão, inscrevem violências ao corpo da mulher e à sua sexualidade. Sobre este assunto podemos listar procedimentos de tortura diversos, desde a depilação forçada aos estiramentos de membros, dentre outros, utilizados por inquisidores no século XV para interrogação e investigação das mulheres suspeitas de feitiçaria, e que constam no *Malleus Maleficarum*, o manual da Inquisição, já mencionado em capítulo anterior.

É capital trazer estas ressalvas sobre o conceito de violência, porque nos localizamos no âmbito do coletivo quando da realização de uma investigação científica, portanto, é possível pensar a violência como agenciamentos capazes de naturalizar atos violentos e atribuições a partir do constituinte biológico dos sujeitos, naturalizações estas que essencializam os papéis sociais, as tarefas e a própria divisão do trabalho, mas também fragilizam, inferiorizam e desqualificam sujeitos sociais e grupos dos quais fazem parte. Quando tratamos, então, de minorias marginalizadas, discriminadas e violentadas, estamos tratando de minorias em termos de direitos não preservados, não acessados, não respeitados, ou melhor, direitos violados, mas também de sujeitos violados.

O *Mapa da Violência 2012, Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil*, por exemplo, elenca os tipos de violências mais vividos pelas mulheres brasileiras, sendo que os que estão nas posições iniciais referem-se às violências física, psicológica e sexual (BRASIL, 2012, p. 16, 22, 26). Contudo, aqui devemos compreender que essas e outras violências visíveis, seja doméstica, patrimonial, entre outras, têm como base a violência simbólica, de que trata o sociólogo Pierre Bourdieu no seu trabalho *O Poder Simbólico* (1989), que é a violência a qual focalizamos neste trabalho. Nesta obra Bourdieu trata da linguagem enquanto sistema simbólico, instrumento de conhecimento e construção do mundo dos objetos, e que imbuída deste poder invisível, como ele

coloca, detém os mecanismos de produção e reprodução das diversas violências acometidas às mulheres, para dar recorte ao estudo, por via das suas produções simbólicas. Nas palavras do sociólogo: “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Estamos tratando, portanto, tendo como base o poder simbólico, da violência simbólica, aquela que se embasa num poder invisível e que a partir dos seus mecanismos simbólicos constitui a mola propulsora e mantenedora de tantas outras violências.

Mas através de quê e de que forma esse poder se manifesta? Quais os mecanismos pelos quais funciona? Bourdieu assinala que é através do que ele chama de sistemas simbólicos, a língua, a arte, a religião, que o poder simbólico se edifica e se revela. A língua como objeto da área deste estudo é então para o teórico, enquanto sistema simbólico, uma estrutura estruturante(*sic*), pois que se configura como instrumento de conhecimento e construção do mundo dos objetos [...]; e também uma estrutura estruturada(*sic*), dizendo respeito assim, ao caráter imanente, de sistema estruturado como pensa Saussure (BOURDIEU, 1989, p.7). Assim, o poder simbólico através de sistemas simbólicos, a língua, a arte, constrói a realidade com base na homogeneidade temporal, espacial, etc., e conforme uma ordem epistemológica, chamada por Bourdieu de ordem gnoseológica, que vai ditar essa homogeneidade e os sentidos do mundo a partir da validade e dos limites desse conhecimento, tornando possível a concordância entre os sujeitos (DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 13).

O resultado da ação desses sistemas são produções simbólicas que legitimam culturas e valores de grupos específicos, sobretudo daqueles que são favorecidos e que detêm controle sobre outros, mesmo que implicitamente, de modo que, através dessas produções, reforçam seus *status* de dominação. Assim acontece entre brancos e negros, ricos e pobres, homens e mulheres, com vantagens para os primeiros respectivamente. Por via da linguagem, podemos citar exemplos de produções simbólicas que violentam grupos ou sujeitos, sejam aquelas que se utilizam do cômico para ridicularizar ou desqualificar o outro, como em piadas, canções com letras pejorativas, imagens manipuladas para fins de depreciação de um sujeito ou grupo, seja a criação de conteúdo, independente do formato, que degrade um grupo ou um sujeito por meio de

associação com ideias de subordinação ou alguma espécie de opressão, seja implícita ou explicitamente, ou seja, produções culturais, artísticas, midiáticas e de outros gêneros que facilitem a estigmatização, a discriminação e a opressão.

De fato, a violência de gênero se expressa com força nas nossas instituições sociais (falamos então de violência institucional de gênero) e, de maneira mais sutil, embora não menos constrangedora, na nossa vida cultural, nos atacando (ou mesmo nos bombardeando) por todos os lados, sem que tenhamos plena consciência disso. Diariamente, ouvimos piadinhas, canções, poemas, ou vemo-nos diante de contos, novelas, comerciais, anúncios, ou mesmo livros didáticos (ditos científicos!), de toda uma produção cultural que dissemina imagens e representações degradantes, ou que, de uma forma ou de outra, nos diminuem enquanto mulheres. Essas imagens acabam sendo interiorizadas por nós (até mesmo as feministas “de carteirinha”), muitas vezes sem que nos demos conta disso. Elas contribuem sobremaneira na construção de nossas identidades/subjetividades, diminuindo, inclusive, nossa autoestima. Isso tudo se constitui no que chamamos de violência simbólica de gênero, uma forma de violência que é, indubitavelmente, uma das violências de gênero mais difíceis de detectarmos, analisarmos e, por isso mesmo, combatermos (SARDENBERG, 2011, p. 2).

Sobretudo, aqui neste trabalho, que tem como foco a violência simbólica, recortamos um pouco mais para a violência simbólica de gênero, que abrange, segundo Sardenberg (2011), as agressões e constrangimentos de diversos tipos, desde físico, moral ao cultural, patrimonial, direcionadas a certos indivíduos e que tem como base a organização social dos sexos:

[...] toda e qualquer forma de agressão ou constrangimento físico, moral, psicológico, emocional, institucional, cultural ou patrimonial, que tenha por base a organização social dos sexos e que seja impetrada contra determinados indivíduos, explícita ou implicitamente, devido à sua condição de sexo ou orientação sexual [...] (SARDENBERG, 2011, p. 1).

Não podemos ocultar o fato de que são as mulheres que mais estão expostas a essa realidade, uma vez que rege em nossa sociedade uma ordem de gênero patriarcal, essa mesma ordem que está “inscrita e perpetrada nas nossas instituições sociais, nos nossos sistemas de crenças e valores e no nosso universo simbólico” (SARDENBERG, 2011, p.

2), e que, apesar de prejudicá-los também em certo nível, beneficia os homens de modo geral, em vários âmbitos, e em maior grau os homens brancos, heteros, burgueses, uma vez que também é necessário considerar as vantagens advindas dos quesitos étnico-raciais e de orientação sexual, bem como de classe e gênero. Sardenberg ainda comenta que: "em virtude da ordem de gênero patriarcal, 'machista', dominante em nossa sociedade, são, porém, as mulheres e, em menor número, os homossexuais, que se veem mais comumente na situação de objetos/vítimas desse tipo de violência" (SARDENBERG, 2011, p.1).

No que se refere à opressão, rapidamente supracitada, se faz importante trazer este conceito, de modo que possamos ultrapassar a ideia de violência visível, sobretudo física, que é a que consta de forma substancial nos registros policiais, e apontar outras formas mais sutis de violência como comentam Grossi e Aginsky (2012):

A opressão [...] tem sido associada, por exemplo, de forma variável, com resignação, restrição, falta de mobilidade (FRYE, 1983), com ausência de alternativas (HOOKS, 1984) e com falta de autonomia (SHERWIN, 1996). [...] Esses autores também relacionam opressão à classe social e ao capitalismo. [...] A opressão se refere a todas as formas de controle que impedem o completo avanço e o preenchimento das metas de um indivíduo. Mais que isso, indivíduos experienciam diferentes formas de opressão de acordo com seu "lugar social" (HARTSOCK, 1983) (GROSSI; AGUINSKY, 2012, p. 29-30).

Como exemplo, se pensarmos o insulto como uma das formas de opressão, em que busca reposicionar os sujeitos em determinados "lugares sociais" ou mesmo "espaços", aliás o insulto é muito utilizado no cotidiano como forma de violência verbal, mas também muito frequente no ciberespaço como veremos nos exemplos das análises, poderemos entender melhor as propostas de ressignificação do termo "puta" por marchas e movimentos feministas, como a Marcha das Vadias, bem como feministas individualmente falando. Para Judith Butler (AZERÊDO, 2007, p.25-26), o insulto, que é parte de uma "fala de ódio", nos dói porque nossos corpos foram afetados por ele, por aquela fala. O insulto traça um sentido prático para o corpo (AZERÊDO, 2007, p.25-26). Assim, ser chamada de "puta" implica e remete, não somente à desqualificação das

prostitutas, mas a elas próprias, que são mulheres que trabalham com seus corpos no âmbito do sexo, muitas vezes para se sustentar, sendo o ponto de rechaça e controle em relação à prostituta, para a mentalidade patriarcal, o uso 'livre' da sua sexualidade, sua decisão carimbada, exposta de usar seu corpo e seu sexo, seja por prazer ou por necessidade. Ser chamada de "puta", desse modo, implica o exercício 'livre' da sexualidade feminina, um dos pontos principais na rechaça e controle ao feminino, à mulher e, portanto, alvo de ataques. A "puta" está no âmbito público, em contraposição à "santa", que está no privado, do lado de dentro, e por isso, muito se tem falado em espaço público x espaço privado.

O tema da violência doméstica foi responsável pela criação das Delegacias de Mulheres em todo o Brasil [...]. Essa violência está relacionada à divisão entre o espaço público e o espaço privado (doméstico), sendo o primeiro tradicionalmente ocupado pelos homens e o segundo, pelas mulheres. No dicionário *Novo Aurélio - século XXI* só existe a definição de "homem público" no verbete "homem" ("indivíduo que se consagra à vida pública, ou que a ela está ligado"). Não existe "mulher pública". Isso é um bom sinal, pois até o século passado "mulher pública" era definida apenas como prostituta nos dicionários brasileiros. Embora não exista agora uma definição diferente de mulher pública, o que pode indicar que a vida pública continua sendo dos homens, foi uma boa surpresa não encontrar a definição tradicional de "mulher pública", se restringindo às prostitutas, implicando, ao mesmo tempo, uma desvalorização destas e das outras mulheres que se dedicam à vida pública (AZERÊDO, 2007, p. 27).

Deste modo, ressignificar termos como "puta", "vadia", é entender essas nuances ideológicas operadas no uso da linguagem que inviabilizam e dificultam a realização das mulheres em diversas instâncias do espaço público, incluindo o espaço político, é, sobretudo, tentar mudanças a partir do nível discursivo.

Tratar sobre violência é um assunto de grande extensão, aqui foram pautadas algumas perspectivas que se fazem relevantes para o estudo, mas é importante colocar que esse debate não se esgota aqui. Como comentam Strey e Werba (2012):

A violência tem muitas caras [...]. Pode envolver, também, ações e sujeitos invisíveis, em que não se percebe o ato concreto da violência, mas apenas o

resultado: os favelados, os sem-terra, as crianças de rua (AMORETTI, 1992), pessoas com baixa autoestima que arriscam a vida para seguir padrões de beleza ou que se impedem momentos de ternura porque isso seria considerado uma fraqueza inconcebível ao seu sexo (STREY; WERBA, 2012, p. 73-74).

Ampliaremos nas seções seguintes a discussão sobre identidade, diferença, mas também sobre sujeito, refletindo sobre a pluralidade existente no que se entende como sujeito, apontando para as transversalidades, pluralidades e especificidades vivenciadas pelos indivíduos que compõem o social, suas vivências de violências diversas devido aos diferentes lugares sociais que ocupam. Assim, uma mulher, negra, lésbica, de baixa renda tende a viver diferentes níveis de violência de acordo com cada categoria por ela incorporada? Esta é uma das perguntas que refletiremos a seguir.

#### 2.4 DE QUEM ESTAMOS FALANDO? NOÇÕES DE SUJEITO E IDENTIDADE

A ativista, pesquisadora e jurista Kimberlé Crenshaw, autora do conceito de interseccionalidade, que trata da interseção das desigualdades de raça e de gênero, nos traz um importante recorte nos estudos de desigualdade de gênero e raça, quando menciona a existência do sujeito interseccional. Em seu artigo *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*, Crenshaw comenta um pouco da sua história e o que a levou a noticiar sobre seus estudos. Tendo estudado direito, participou de um grupo de estudos com dois colegas afro-americanos, como ela, como comenta em seu artigo, em que "um deles foi o primeiro membro afro-americano aceito em uma prestigiada agremiação de estudantes de Harvard" (CRENSHAW, 2002, p.7), antes não havia possibilidade de negros ingressarem. Crenshaw conta que foi convidada a participar de uma reunião da agremiação pelo colega membro dela. O que acontece, em resumo, é que ao chegar na entrada do local, Crenshaw foi surpreendida:

Nosso colega negro abriu a porta e saiu muito envergonhado, muito sem jeito. Então ele disse: "Estou muito constrangido, pois esqueci de dizer que

“você não pode entrar pela porta da frente”. Meu colega imediatamente retrucou: “Bem, se não pudermos entrar pela porta da frente, não vamos entrar. Não vamos aceitar qualquer discriminação racial”. O colega anfitrião esclareceu: “Não é uma questão de discriminação racial. Você pode entrar pela porta da frente. A Kimberlé é que não pode, porque ela é mulher” (CRENSHAW, 2002, p.7).

O que Crenshaw vai demonstrar em sua fala, tendo como foco as mulheres negras, é a existência de discriminação interseccional, que colide com a visão tradicional de discriminação, aquela que trata os núcleos (raça, gênero e outros.) da discriminação de maneira separada, tendendo a excluir as sobreposições que compõem o sujeito que sofre a discriminação. Para a ativista, a discriminação interseccional sofrida por um sujeito interseccional, limita suas chances de sucesso inclusive nas tomadas de ações judiciais, como exemplifica:

Vou dar um exemplo de um processo que, na minha opinião, expressa precisamente a natureza da interseccionalidade. Foi um processo movido pela empresa De Graffen Reed contra a General Motors, nos Estados Unidos. Várias mulheres afro-americanas afirmavam ter sido discriminadas pela General Motors, porque, segundo elas, a empresa se recusava a contratar mulheres negras. [...] Havia empregos para negros, mas esses empregos eram só para homens. Havia empregos para mulheres, mas esses empregos eram só para mulheres brancas [...]. Assim, devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas (CRENSHAW, 2002, p. 10).

Como resultado, as mulheres afro-americanas se sentindo prejudicadas, moveram um processo judicial alegando discriminação racial e de gênero, porém o tribunal pediu que elas provassem, pois uma vez que haviam negros e mulheres trabalhando na *General Motors*, não havia também discriminação racial tampouco de gênero (CRENSHAW, 2002, p. 10).

Inicialmente, o tribunal perguntou: “Houve discriminação racial?” Resposta: “Bem, não. Não houve discriminação racial porque a General Motors contratou negros, homens negros”. A segunda pergunta foi: “Houve discriminação de gênero?” Resposta: “Não, não houve discriminação de gênero”. A empresa havia contratado mulheres que, por acaso, eram brancas (CRENSHAW, 2002, p.10-11).

O que Kimberlé Crenshaw tenta nos mostrar é que a discriminação deve, não ser designada como racial ou de gênero, mas gênero-racial. Ela comenta em seu texto que todas as pessoas sabem que vivem situações de interseccionalidade, pois os sujeitos são constituídos, segunda a autora, de sobreposições como mostra a figura a seguir:



(Figura retirada do artigo *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero* de Kimberlé Crenshaw, 2002, p. 10)

A necessidade de se pensar as diversas facetas do sujeito reflete a complexidade de se tratar sobre violência não somente no nível teórico, mas principalmente no quesito de intervenção. Seguindo esta linha de raciocínio, que considera o sujeito como detentor de múltiplas identidades e posições, ou sobreposições como utiliza Crenshaw, e pensando esse sujeito-mosaico, Moita Lopes (2002) comenta que:

Uma pessoa pobre não é só pobre, mas também uma mulher ou um homem, heterossexual ou gay/lésbica, preto ou branco, jovem ou velho, deficiente físico ou não, norte-americano ou sul-americano, falante de uma variante hegemônica ou não, professor ou aluno etc.: “a pessoa é um mosaico intrincado de diferentes potenciais de poder em relações sociais diferentes” (Cameron *et al.* 1992, p.20) (MOITA LOPES, 2002, p. 37).

Ainda dentro da perspectiva da Linguística Aplicada, a professora Denise Zoghbi comenta em seu texto *Sujeito e discurso não hegemônicos: uma discussão em Linguística Aplicada Contemporânea* (2015) que devido à diversidade de discussões em torno das questões identitárias, a sociedade brasileira hoje se encontra em condições sócio-históricas que valorizam e dão foco a um sujeito múltiplo, descentrado, diferente daquele sujeito cartesiano, dito autônomo, e que traz em si várias problemáticas incluindo a dos gêneros e das sexualidades (ZOGHBI, 2015, p. 145). Esta perspectiva nos impele a discutir identidades dentro de uma concepção de linguagem como discurso:

Esta temática de identidades surge dentro de uma concepção de linguagem como discurso, considerando-a como instrumento de interação social e que envolve a relação homem-língua-contexto. Os sujeitos envolvidos no processo interativo são revestidos de identidades múltiplas, as quais, muitas vezes são questionadas dentro do grupo social e por vezes são re(construídas) a partir do compartilhamento de conhecimento e de novas experiências (ZOGHBI, 2015, p.146).

E aqui é importante dizer que as novas experiências e conhecimentos acima referidos implicam também em re(construção) de identidades que são ideologicamente investidas. Para Rajagopalan (1998) apud Zoghbi (2015, p. 147) o sujeito constrói a identidade na língua e através dela, o que nos faz pensar a identidade como socialmente e culturalmente constituída. E por que o conceito de identidade é importante? Esta é uma pergunta feita pela Woodward (2012, p. 15), dentro da perspectiva dos estudos culturais, quando ela traz para o debate a ideia de essencialismo e também discute a relação entre identidade, diferença e representação.

Quando discutimos sobre gênero, relações de gênero e violência contra mulheres estamos falando necessariamente sobre estes temas e também estamos incitando discussões referentes ao essencialismo, bem como a reprodução de padrões hegemônicos e conseqüente manutenção de relações de poder. E é através da linguagem, mais precisamente através do seu uso que procuramos entender como agimos no mundo e sobre as pessoas.

A violência contra a mulher tem sido um dos mais problemáticos fatos em toda a história da humanidade, no qual a linguagem se mostra como instrumento reprodutor de relações assimétricas e de posicionamentos de subalternidade e opressão da mulher, por via da naturalização deste fenômeno. Em consequência temos toda uma reprodução simbólica e de conceitos normativos via linguagem, que tem como base os essencialismos histórico e biológico, presentes nas falas cotidianas e nas representações que delas são construídas.

Kathryn Woodward diz que: “o essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia [...]” (WOODWARD, 2012, p.15). Expressões que essencializam os sujeitos, contribuem para retrocedermos à ideia cartesiana de sujeito centrado, que possui uma essência e, portanto, uma condição e um fim. O essencialismo, além de limitar a performance identitária do indivíduo, colabora para difusão de preconceitos e discriminações como racismo, sexismo, homofobia. Uma vez que é posto, por exemplo, como ‘instinto masculino’ ou um ‘instinto feminino’, delimitamos o sujeito a determinados atributos e comportamentos, associando-os a papéis naturalizantes. Assim, o uso do termo ‘instinto’, por exemplo, retira do ser homem sua construção sócio-histórica, muitas vezes tão-somente animalizando-o e naturalizando atitudes inclusive de violência como é o caso do estupro, uma vez que é reforçado cotidianamente como natural o instinto sexual masculino em exacerbação. Acontece por outro lado com as mulheres a essencialização da maternidade e por conseguinte a responsabilização quase que total a ela para com os cuidados da prole como afirma Woodward: "A maternidade é outro exemplo no qual a identidade parece estar biologicamente fundamentada (WOODWARD, 2012, p.15)". Beauvoir já diria em sua famosa frase "não se nasce mulher, torna-se mulher" (BEAUVOIR, 1967, p.9) e podemos aplicar isso aos homens e aos tantos outros gêneros que hoje passamos a identificar, mostrando que somos seres socialmente e culturalmente constituídos, e para isso contamos também com as propostas pós-estruturalistas que tratam da performatividade, como a teoria de Judith Butler, do descentramento do sujeito e da desconstrução de paradigmas e modelos de ser enrijecidos, que tomam como base os essencialismos aqui discutidos.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro* (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Um esquema desenvolvido por Paul du Gay, Stuart Hall, Linda Janes, Hugh Mackay e Keith Negus (1997) mostra a importância de contemplar os processos de representação, identidade, produção, consumo e regulação no entendimento dos símbolos e artefatos culturais, bem como para a compreensão de textos, sejam escritos, falados, multimodais. "A representação refere-se a sistemas simbólicos (textos ou imagens visuais, por exemplo), tais como os envolvidos na publicidade de um produto" (WOODWARD, 2012, p.16). Eles tentam mostrar com este esquema, como um artefato cultural, como o *Walkman*, pode ser representado por meio de imagens ou textos, como essa representação produz significados sobre o tipo de pessoa que utiliza esse produto, ou seja, que identidades se associam a ele, e como o *Walkman*, no caso, tem um efeito de regulação da vida social "por meio das formas pelas quais ele é representado" (WOODWARD, 2012, p. 16).

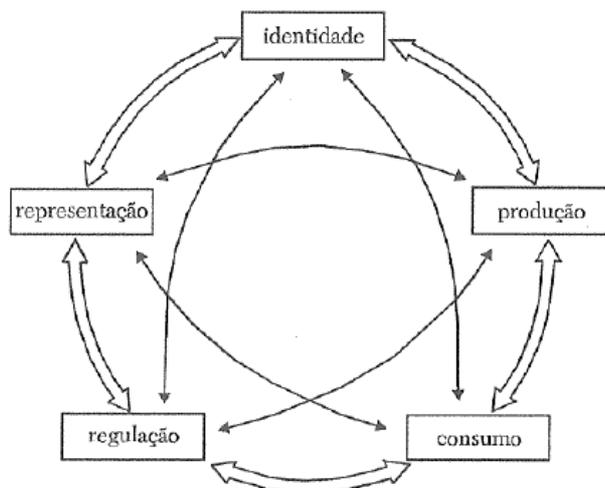


Figura 1: Circuito da cultura, segundo de Gay et al (1997).

O que se faz necessário neste debate sobre representação e identidade é pensar sobre os sistemas de representação de que dispomos em nossa cultura para que possamos realizar as análises dos seus significados com mais eficácia e entendimento. "Só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma ideia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior" (WOODWARD, 2012, p.17). Ou seja, aqui estamos lidando com identidades que são (re)produzidas por sistemas simbólicos.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. [...] A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas [...]. Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. Por exemplo, a narrativa das telenovelas e a semiótica da publicidade ajudam a construir certas identidades de gênero (GLEDHILL, 1997; NIXON, 1997) (WOODWARD, 2012, p. 18).

Woodward comenta ainda que é no corpo que estão estabelecidas e que são marcadas as fronteiras do que nos define, e essa marcação física serve de fundamento para as identidades (WOODWARD, 2012, p.15). De acordo com Foucault (1984), o corpo é

marcado pela história através das práticas discursivas disciplinares. O sujeito é, dentro de sua perspectiva, resultado da aplicação de práticas disciplinares sejam elas normas, leis ou qualquer outro tipo de regulação. Foucault pensa o sujeito como inteiramente policiado em primeiro momento, mas admite o aparato da subjetividade como capaz de produzir respostas contra toda a normatização experienciada pelos indivíduos, considerando, portanto, as práticas de resistência que impedem que o sujeito se torne invariavelmente dócil, disciplinado e controlado (HALL, 2000, p. 122) (DOS SANTOS COSTA, 2015, p. 24-25).

Neste capítulo abordamos eixos conceituais cruciais para o desenvolvimento das análises dos materiais que compõem o corpus deste trabalho, mas sobretudo, das análises que já foram realizadas até o momento, em nível teórico, uma vez que estamos tratando dos conceitos e relacionando-os com questões práticas, via exemplificações e referência, o que implica também em problematizar o assunto. Trazer essa discussão sobre as violências contra mulheres no âmbito das Letras é admitir que a linguagem funciona para além de um sistema de signos tratado de forma laboratorial, homogênea, mostrando que ela tem papel capital nas (re)produções de preconceitos, desigualdades, violências, pois que serve de sistema simbólico comum aos seres humanos. Discutir, portanto, o falante, o usuário dessa língua é intrínseco. Quem é este sujeito, como ela/ele se posiciona e como é posicionado no discurso, como esses lugares que ocupa a/o afeta e como podemos pensar as violências de modo mais amplo, conduzindo o entendimento para áreas outras que compõem as ciências humanas como um todo e que auxiliam nas análises de corte sociológico.

No próximo capítulo recortaremos as análises teóricas sobre a língua para o âmbito da virtualidade do ciberespaço, o uso da linguagem na internet, discutindo conceitos referentes à internet, como ciberespaço, cibercultura e sobretudo trataremos sobre a violência contra mulheres em sua relação com as novas mídias e tecnologias.

### 3 O USO DA LINGUAGEM NA INTERNET

Usamos a linguagem via internet da mesma maneira que usamos numa interação face a face? Esta pergunta, aparentemente de simples resposta se faz importante primeiro para pensarmos a relação entre o que vem a ser real, local de interação face a face, e virtual, onde supostamente não realizamos uma comunicação face a face. Diferentes *locus* de interação nos remete pensar sobre as particularidades que os diferenciam, bem como suas semelhanças. Assim, imaginamos que ao refletir sobre o real e o virtual, estamos assumindo tais diferenças e suas variadas implicações.

Nos importa, desse modo, compreender a internet, o ciberespaço, que também se configuram como dimensões do virtual, seja a partir das suas técnicas, mecanismos e formatação, dos usuários que lá interagem, como se apresentam, como são caracterizados e representados, dos materiais que circulam e compõem os debates, as conversas, quais as ideologias por trás deles. Por ‘real’, entende o dicionário Michaelis (1998, p. 1778) como aquilo “1 Que existe; que tem existência no mundo dos sentidos; que não é imaginário [...]”; em contraposição, ‘virtual’ se refere ao “1 Que não existe como realidade, mas sim como potência [...] 3 Que é suscetível de exercer-se embora não esteja em exercício; potencial [...] 5 Possível”. No dicionário Aurélio Online (2016) temos as seguintes definições para ‘virtual’: “1 Que existe potencialmente e não em ação. 2 Suscetível de se realizar ou de se exercer. [...] 4 Que é feito ou simulado através de meios eletrônicos”; para o termo ‘real’, o dicionário Aurélio diz que se refere a algo que “3 Existe de fato. 4 Que tem existência física, palpável. 5 Que é relativo a fatos ou acontecimentos. 6 Que contém a verdade [...]”. Para Pierre Lévy (1999) a palavra virtual pode englobar três ideias:

[...] o primeiro, técnico, ligado à informática, um segundo corrente e um terceiro filosófico. [...] Na acepção filosófica, é virtual *aquilo que existe apenas em potência e não em ato* [...]. O virtual encontra-se antes da concretização efetiva ou formal [...]. No sentido filosófico, o virtual é obviamente uma dimensão muito importante da realidade. Mas no uso corrente, a palavra virtual é muitas vezes empregada para significar

irrealidade – enquanto a “realidade” pressupõe uma efetivação material, uma presença tangível. [...] em filosofia o virtual não se opõe ao real mas sim ao atual (LÉVY, 1999, p.47).

Lévy também comenta sobre o virtual como uma “entidade ‘desterritorializada’, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (LÉVY, 1999, p. 47) e mais adiante ele complementa: “o virtual existe sem estar presente. [...] O virtual é uma fonte indefinida de atualizações” (LÉVY, 1999, p. 48).

No capítulo que inicia o livro *Cibercultura*, Lévy (1999) lança suas primeiras críticas ao termo “impacto”, muito usado quando nos referimos aos impactos das tecnologias na sociedade, nas culturas, na vida das pessoas. Para ele, essa leitura enganosa sobre as tecnologias cria a ideia de que seriam entidades independentes do todo, que viriam de fora, como um projétil, um agente externo e causariam mudanças em vários níveis. Ocorre que para Lévy (1999, p.22) as atividades humanas se configuram em interação entre “pessoas vivas e pensantes, entidades materiais naturais e artificiais, ideias e representações” (LÉVY, 1999, p.22). Nas palavras do autor, isso significa que:

É impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio das quais ele atribui sentido à vida e ao mundo. Da mesma forma, não podemos separar o mundo material – e menos ainda sua parte artificial – das ideias por meio das quais os objetos técnicos são concebidos e utilizados, nem dos humanos que os inventam, produzem e utilizam. Acrescentamos, enfim, que as imagens, as palavras, as construções de linguagem entranham-se nas almas humanas, fornecem meios e razões de viver aos homens e suas instituições, são recicladas por grupos organizados e instrumentalizados, como também por circuitos de comunicação e memórias artificiais. [...] em vez de enfatizar o impacto das tecnologias, poderíamos igualmente pensar que as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura (LÉVY, 1999, p.22).

Dentro desse raciocínio, que entende as técnicas, as tecnologias como frutos de um emaranhado de ações realizadas por atores sociais e inseridos num contexto sociocultural, econômico, político, não proveniente de um agente externo, alienígena, que constrói concretamente outras realidades, podemos pensar o universo do

ciberespaço, suas técnicas, seus instrumentos e mecanismos, seus diversos espaços de interação entre seus usuários, bem como toda uma cultura ali estabelecida que também envolve formatos particulares de comunicação e usos da linguagem como uma construção do próprio fazer humano. As técnicas são produtos culturais e refletem momentos históricos e políticos, “carregam consigo projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais bastantes variados. Sua presença e uso em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferentes entre os seres humanos” (LÉVY, 1999, p. 23).

Pensar as redes sociais, mais especificamente o *Facebook*, e os buscadores da internet, como o Buscador *Google*, é pensá-los enquanto técnicas que se encontram em planos diferentes, que detêm finalidades, projetos, interesses e estratégias de poder diferentes, sendo a primeira, em linhas gerais, responsável pela organização de uma rede de relacionamentos, em que seus usuários a partir de seus perfis pessoais podem compartilhar ideias, informações diversas, inclusive informações pessoais, fotos, vídeos, registrar comentários, opinar, tomar conhecimento do que acontece em outras partes do mundo e com outras pessoas que participam do seu círculo de amizades virtuais. A presença do usuário movimenta a rede social, sendo, portanto, indispensável que ele sempre retorne ao ambiente virtual desta rede para que ela seja acessada e se mantenha viva. Mecanismos que fazem com que o sujeito retorne ou acesse o *Facebook* diariamente ou mesmo compulsivamente, como acontece na atualidade, estão ligados às funções de curtir, compartilhar, marcação de usuários em postagens, sejam elas fotos, vídeos, reportagens, opiniões pessoais, etc. Além disso, o *Facebook* cria uma linha do tempo do usuário, registrando momentos específicos da sua vida e que ficam gravados ali na rede. Para retornar a estes dados a rede também tem sua função de separar por ano as publicações. Por outro lado o Buscador *Google*, que não compreende uma rede social, apesar da empresa *Google* ter criado sua própria rede social, a *Google +*, destaca-se pela sua função de diretório e arquivamento de informações, funcionando como uma espécie de arquivo virtual de dados de todo tipo. Seu acesso se dá através da necessidade do usuário pela busca de informação sobre um determinado assunto dentre outras pesquisas variadas, seja para ver notícias, imagens, comprar, assistir vídeos,

pesquisar livros, artigos etc. O buscador redireciona o usuário para domínios na internet que contenham as informações buscadas através de *links* listados com informações sobre as fontes. Assim, se estou buscando um determinado verbete como ‘mulher’, encontrarei as principais sugestões, sejam reportagens, *links* de notícias ou imagens com as informações referentes àquele *site*, seja o endereço, ano de publicação ou horário de publicação, a fonte da publicação, se é da *Globo*, da *Carta Capital*, do *Youtube*, uma pequena descrição do site ou as primeiras linhas do texto contido naquele *website* também aparecem nas buscas.

### Mulher - Projota - VAGALUME

[www.vagalume.com.br](http://www.vagalume.com.br) > Hip Hop > P > Projota ▼

Projota - **Mulher** (música para ouvir e letra da música com legenda)! **Mulher**, cê sabe o que eu vou te dizer / Os seus problema, a gente tem que resolver / Mas ...

### Tudo sobre a Mulher moderna, amor e sexo, casamento, carreira e ...

<https://mulher.terra.com.br/> ▼

Tudo sobre a mulher moderna, amor e sexo, comportamento, casamento, sua carreira, tutorias, passo a passo de beleza e muito mais.

[Amor e sexo](#) · [Veja os 33 itens bregas de ...](#) · [Orgasmo feminino](#) · [Tarô do amor](#)

### Notícias em destaque



### Mulher que matou fiéis deixa cadeia e tem até quarta para pagar R\$ 20 mil

[Globo.com](#) - 5 horas atrás

Motorista que atropelou grupo de fiéis em templo terá de pagar fiança. Duas mulheres ...

["Matei porque pegou minha mulher", diz homem preso por matar jovem em aeroporto](#)

[Zero Hora](#) - 9 horas atrás

[Mulher é atropelada por Mustang GT na Faixa Azul da Torquato Tapajós | Manaus](#)

[Jornal A Crítica](#) - 6 horas atrás

### Mais notícias sobre mulher



(retirado do Buscador *Google* em: 10 de outubro de 2016)

Com isso podemos entender que as técnicas apresentam suas peculiaridades e complexidades de funcionamento, suas funções e propostas, bem como implicações específicas, isso é dizer também que o *Facebook* tem uma função diferente da do Buscador *Google*. Como comenta Lévy:

[...] as técnicas carregam consigo projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais bastante variados. Sua presença e uso em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferentes entre seres humanos. As máquinas a vapor escravizaram operários das indústrias têxteis do século XIX, enquanto os computadores pessoais aumentaram a capacidade de agir e de comunicar dos indivíduos durante os anos 80 de nosso século. [...] Por trás de técnicas agem e regem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade (LÉVY, 1999, p. 23-24).

Em se tratando de tecnologias, multimídia, novas mídias, universo digital e virtual, a promoção de autonomia e de potencialização das comunicações entra em voga, como também as competições entre empresas do ramo e o encorajamento pelo desenvolvimento de cibertecnologias por Estados interessados em fortalecer seus domínios (LÉVY, 1999, p.24).

É importante observar também a fluidez e constante atualização das informações que circulam nas redes. Ao mesmo tempo que temos uma enorme carga de informações sendo inseridas, trocadas, compartilhadas, modismos marcantes que causam grande impacto na vida real das pessoas, por exemplo, também podemos constatar a rápida existência de muitos desses materiais que circulam no ciberespaço, em poucos dias ou meses podem desaparecer ou perder o volume de acesso que tinham anteriormente, e é como se nunca tivessem existido de fato. Essas tendências do universo digital, muito presentes nas redes sociais como o *Facebook*, marcam momentos e também fatos sociais diversos. O que dizer de frases que circularam recentemente no *Facebook* e que já não aparecem mais nas *timelines*, como: ‘chegou a diferentona, a problematizadora’, para se referir àquela mulher que contesta uma ideia ou que sempre tem uma opinião alternativa, muitas vezes divergente e questionadora, e frases outras, parecidas com essa que marcam um momento de grande reflexão e ação feminista, de empoderamento das mulheres; ‘miga, sua lôca’ ou palavras como ‘top’, ‘lacrção’, ‘diva’, que também se transformam em verbos como ‘divou’ ou ‘você está divando’, ‘lacrou’ ou ‘fechou’ no

sentido de arrasou, fez muito bem, foi incrível, muito utilizadas por membros das comunidades LGBTs. Há páginas que criam seu próprio linguajar como é o caso da *Catioro Reflexivo*, que faz o diminutivo das palavras com as partículas ‘íneo’ ou ‘ínea’ no lugar de ‘inho’ e ‘inha’, como em ‘cãozíneo’, ‘bolínea’, criando assim uma atmosfera mais cômica e humorada aos *posts* publicados. É possível ouvir as pessoas se comunicando no dia a dia como falam no *Facebook*, através da influência de páginas como a *Catioro Reflexivo*, por exemplo, o que mostra que o ‘virtual’ está em constante diálogo com o ‘real’.

Ao mesmo tempo, esses materiais publicados são caracterizados como multimodais e também definidos como hipertextuais. São vídeos, por exemplo, que trazem em si elementos de outras composições digitais. É possível encontrar comentários, fotografias agregadas a uma postagem de vídeo, bem como podemos visualizar no ciberespaço composições variadas de *gifs*, *memes*, imagens etc., seguidas de comentários, interações entre os usuários, troca de *links*, novas imagens e vídeos. Segundo Marcuschi (2005, p. 13) “a internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo”, e é neste emaranhado de novas formas comunicativas que surgem novas práticas discursivas e novos gêneros textuais e discursivos.

[...] três aspectos tornam a análise desses gêneros relevante: (1) seu franco desenvolvimento e um uso cada vez mais generalizado; (2) suas peculiaridades formais e funcionais, não obstante terem eles contrapartes em gêneros prévios; (3) a possibilidade que oferecem de se rever conceitos tradicionais, permitindo repensar nossa relação com a oralidade e a escrita. Assim, esse “discurso eletrônico” constitui um bom momento para se analisar o efeito de novas tecnologias na linguagem e o papel da linguagem nessas tecnologias (MARCUSCHI, 2005, p.14).

As práticas interativas que surgem no meio virtual, que se expandem progressivamente na medida em que a qualidade da velocidade na transmissão de dados aumenta, bem como a qualidade dos programas utilizados, dos servidores que distribuem conexões entre as redes e também levando em conta a capacidade das máquinas, dos computadores utilizados, vão possibilitar o estabelecimento de uma série de novas culturas digitais, sujeitos e comunidades virtuais (MARCUSCHI, 2005, p.20). Assim,

podemos pensar em cibercultura, ou melhor ciberculturas, uma vez que existe uma multiplicidade de técnicas, tecnologias, formas de interação e comunicação no meio digital, entre sujeitos também múltiplos. Cibercultura se caracteriza, nesse sentido por toda prática e novas formas de viver, se expressar e comunicar que acontecem no ciberespaço.

A cibercultura também é marcada pela velocidade de transformação, por tudo que é desprovido de essência estável (LÉVY, 1999, p.27), mas também do que Lévy (1999) chama de inteligência coletiva, tendo como suporte o ciberespaço. Ele comenta que “[...] o ciberespaço não determina automaticamente o desenvolvimento da inteligência coletiva, apenas fornece a esta inteligência um ambiente propício” (LÉVY, 1999, p.29). É neste domínio que novas formas de dependência pela navegação nas redes, em jogos virtuais acontecem, bem como de isolamento e sobrecarga cognitiva, de dominação e novas formas de relações de poder, que reforçam o controle sobre funções importantes da rede por grandes empresas e grupos; de exploração com base no uso dos recursos tecnológicos e virtuais, bem como de *bobagem coletiva*, como coloca Lévy, que tende para uma atividade pouco relevante nas redes, com base em rumores, conformismo e um amontoado de informações irrelevantes e pouco transformadoras, propiciando o que ele chama de ‘televisão interativa’ (LÉVY, 1999, p. 30).

Ainda sobre o ciberespaço, é necessário compreendê-lo para além das informações e interações humanas ali presentes. Como diz Lévy (1999), o ciberespaço é “povoado por seres estranhos, meio textos, meio máquinas, meio atores, meio cenários: os programas” (LÉVY, 1999, p.41), todos eles escritos e projetados com base numa linguagem específica que é a linguagem de programação. Estes programas permitem fazer usos diversos e oferecem muitos serviços. Hoje, vivemos imersos em programas aplicativos, *hardwares* computadorizados com uma configuração hipertextual, própria do ciberespaço.

É necessário entender que a rede funciona a partir do que é chamado de *Hipertext Transfer Protocol* (HTTP) (ARAÚJO, 2005, p.96). Sempre que acessamos um *website*,

estamos nos utilizando de um HTTP, isto é, um protocolo de transferência hipertextual, de dados multimodais, ou como chamaria Lévy, hiperdocumentos.

Desta forma, como mostra Lévy (2000), quando textos, imagens e sons se sobrepõem formam um hiperdocumento que pode ser acessado a qualquer momento e de qualquer lugar, basta que se disponha das condições técnicas para isto (ARAÚJO, 2005, p. 96).

É inevitável pensar a rede fora deste formato, toda ela é composta de ligações (*links*) com outros domínios virtuais. A hipertextualidade vai apontar, então, para uma conectividade múltipla, em que estão embutidos dados de diversas modalidades e fontes, e que podem ser acessados através de *links* ou nós textuais (ARAÚJO, 2005, p. 96). “Marcuschi (2000<sup>a</sup>), não reduz a hipertextualidade a não-linearidade e elege o *link* e os nós textuais como eixos definidores do hipertexto. Burbules (1998:105) defende que o *link* é a estrutura elementar que representa um hipertexto como uma teia de significados” (ARAÚJO, 2005, p.96-97). Marcuschi (2005, p.97) também usa o termo ‘hipertexto Internetiano’, destacando a existência de hipertextos em outros contextos que não somente no ciberespaço. Aqui neste estudo, focaremos no ‘hipertexto Internetiano’, que compreende, nas palavras de Marcuschi, um formato existente em “um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum” (ARAÚJO, 2005, p.97). Um formato multisemiótico, dotado de elementos verbivocovisuais, que se utiliza de linguagens várias, não somente a escrita. “Estas linguagens, também chamadas de hiperídia (Cf. Demétrio, 2000), amalgamadas em um mesmo suporte (a tela do computador), são consideradas por Xavier (2002) como um *modo de enunciação digital*, cuja representação se dá pelo que o autor designa de equação enunciativa” (ARAÚJO, 2005, 97), que compreende a união de texto, imagem, som, resultando no hipertexto como modo de enunciação digital. “Assim sendo, conclui-se que, sendo *um modo de enunciação digital*, o hipertexto gera gêneros hipertextuais, como o *chat* na *Web*, os quais comungam de suas características” (ARAÚJO, 2005, p. 98). Podemos citar também novos gêneros que surgem como o

*meme*, ou passam a ser mais utilizados como o *gif*, dentre outros que surgem e desaparecem com a mesma velocidade em que a rede se transforma.

A partir de toda essa transformação nos meios de interagir e comunicar, com o surgimento da *Internet*, do ciberespaço e seus diversos gêneros textuais e discursivos, nos faz importante refletir sobre como toda esta informação vem sendo construída, distribuída e consumida, e como ela afeta diretamente nas questões referentes à violência contra mulheres, discriminação, preconceitos e desigualdades sociais, uma vez que, como discutido anteriormente, as tecnologias e as técnicas surgem dentro das sociedades e das culturas, bem como os diversos abusos e disparidades sociais.

Com esta nova realidade mediada pelas novas tecnologias, técnicas, mídias e a internet, temos também novos formatos de violência, opressão, discriminação e desigualdades sendo (re)produzidos, mas também novos caminhos de comunicar esses fatos antes silenciados, denunciar e agir sobre eles. Atualmente o direito já considera crimes virtuais ou cibernéticos, a exemplo da lei no 12.737, de 30 de novembro de 2012, que ficou popularmente conhecida como Lei Carolina Dieckmann, depois da atriz global sofrer invasão de seus dados em plataforma informática sem sua autorização, seguida de chantagem, um caso que ficou muito debatido e televisionado no período do ocorrido. A lei prevê punição para invasão de dispositivo informático, como computadores e outros, violação de mecanismo de segurança, adulteração de dados, dentre outras disposições descritas na lei. É importante notar que tanto esta lei quanto a Lei Maria da Penha, receberam os nomes de suas vítimas, e ambas referem a violências muito comuns às mulheres, agressões físicas e invasão de informações íntimas, no caso de Carolina Dieckmann, de fotos íntimas em que a atriz estava sem vestimenta, fazendo conexão com a sexualidade dela.

As violências contra mulheres e as novas mídias ultrapassam as questões de invasão de privacidade e depreciação da imagem da mulher. Casos de *ciberbullying* também são registrados, mas o que de fato está enraizado na rede no que se refere à violência contra mulheres, está ligado às suas produções, ao compartilhamento dessas produções, ao uso dos mecanismos da rede na reprodução e potencialização das informações. No capítulo

de análise de dados nos debruçaremos com mais detalhes sobre as especificidades das violências contra mulheres no ciberespaço.

#### 4 METODOLOGIA

A problemática em torno do tema deste trabalho, e que vem sendo discutida desde o primeiro capítulo de forma mais extensiva, aponta para um histórico em que a violência contra mulheres tem registros desde a antiguidade, com o que Muraro (2014) chamou de "repressão sistemática ao feminino", entre o fim do século XIV até meados do século XVIII, que também ficou conhecido como “caça às bruxas” pela Inquisição (MURARO, 2014, p.13). Ainda hoje os vários museus da Inquisição espalhados pelo mundo que também registram a história deste evento, nos faz refletir sobre as diversas inquisições que ainda vivemos enquanto mulheres no nosso dia a dia. As teses que sustentaram a Santa Inquisição na idade média continuam nas bases do que podemos chamar de novas e cotidianas inquisições e o estudo e problematização destas é o que motiva e justifica a existência deste e outros trabalhos que buscam questioná-las e ao mesmo tempo problematizar a situação das mulheres no mundo. Segundo Gomes (2005) apud Njaine, Gonçalves de Assis e Constantino (2013, p. 36) a violência de gênero é um problema social crítico que causa mais mortes e danos às mulheres entre 15 a 44 anos do que doenças como o câncer, a malária ou mesmo os acidentes de trânsito e as guerras.

Este estudo buscou investigar e responder, tendo como *locus* de pesquisa o ciberespaço, o modo pelo qual práticas discursivas (re)produzem violências contra mulheres no ciberespaço e como a potencialização dos discursos contribui para novas (re)produções, buscando entender a potencialização desses discursos a partir do estudo dos materiais que circulam no ambiente virtual pesquisado, da interação entre seus usuários e dos mecanismos do ciberespaço, suas configurações e meios de uso da linguagem.

Para isso levamos em conta a investigação dos discursos veiculados no ciberespaço, que mecanismos contidos nos dados selecionados contribuem para a violência contra mulheres; verificamos relações de poder respaldadas por práticas discriminatórias implícitas e explícitas nos materiais selecionados; investigamos discursos de resistência que contribuem para a desconstrução da violência no ciberespaço, propondo uma

reflexão sobre até que ponto essa resistência é uma forma de ciberativismo, como contribui para a mudança social e dos paradigmas reforçadores de violência.

Com relação ao aporte teórico, já discutido mais amplamente nos capítulos de fundamentação teórica, este estudo conta com as perspectivas teóricas da Linguística Aplicada Crítica, que discute o uso da linguagem nas mais diversas facetas da práxis humana, entendendo que se trata de uma pesquisa que contempla o contexto social e não se separa dele.

Trata-se de pesquisa de natureza aplicada em ciências sociais [...] Trata-se de pesquisa aplicada no sentido em que se centra primordialmente na resolução de problemas de uso da linguagem tanto no contexto da escola quanto fora dele [...]. A LA é uma ciência social, já que seu foco é em problemas de uso da linguagem enfrentados pelos participantes do discurso no contexto social [...] (MOITA LOPES, 1996, p. 19-20 apud ROJO, 2006, p.257).

Também analisamos os dados tendo em mente as discussões empreendidas pelos Estudos de Gênero, na discussão sobre o conceito de gênero, gênero e relações de poder, entendendo de antemão que estamos num campo, como diz Joan Scott em que o poder é articulado (SCOTT, 1995, p.71-99) e como complementa Sardenberg:

Refletir sobre relações de gênero implica realizar uma releitura de todo o nosso entorno, o que significa, por exemplo, repensar a cultura e a linguagem, os meios de comunicação social, as instituições como a família, o sistema educacional ou mesmo a religião, os processos políticos como os movimentos sociais ou partidos políticos (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p.39).

Além disso tratamos nas análises de temas como identidade, diferença, representação, essencialismo, tendo como base os estudos empreendidos por teóricos dos Estudos Culturais, tais como Kathryn Woodward, Tomaz Tadeu e Stuart Hall, e também realizamos as leituras críticas dos materiais selecionados tendo como base os Estudos Críticos do Discurso e as perspectivas da Análise de Discurso Crítica, a partir das ideias de teóricos como Van Dijk, Fairclough e outros, realizando a ponte necessária com estudiosos da filosofia como Foucault, e da sociologia, como Bourdieu.

Propôs-se, portanto, procedimento metodológico de abordagem qualitativa denominado pesquisa exploratória:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; [...]; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, p. 41).

O *corpus* deste trabalho engloba comentários/conversas, imagens/vídeos/*gif*, bem como o conteúdo/formato das novas mídias, ou seja, todo material multimodal selecionado que se encontra nos dois eixos do *corpus* que são o buscador *Google* e a rede social *Facebook*. Foram selecionados 12 *prints* da rede social *Facebook* e 17 *prints* do buscador *Google*, totalizando 29 printagens. Esses *prints* foram divididos em seções nomeadas de ‘materiais’, sendo que os 4 primeiros materiais são referentes à rede social *Facebook* e os outros 3 materiais seguintes compreendem os *prints* do buscador *Google*, variando em quantidade de *print* para cada material. Assim, começamos as análises a partir do material 1 do *Facebook* que contém 2 *prints* e finalizamos com o material 7 do *Google* que contém 5 *prints*.

Os 12 *prints* retirados do *Facebook* foram selecionados a partir das páginas *Diários de uma feminista*, *Quebrando o Tabu* e através das publicações circuladas na *timeline* da pesquisadora, provenientes de compartilhamentos e postagens de seu círculo de contatos.

No que se refere ao buscador *Google* (*Google Search*), foram analisadas as seções *web*, notícias, imagens e *shopping* a partir da entrada de palavras na busca, como: mulher, feminino, violência, sendo que para algumas dessas buscas foram analisadas apenas algumas das abas supracitadas. A escolha das palavras se explica, primeiro, pela relação direta com o tema do estudo e também pela grande recorrência desses verbetes quando se trata de violência contra mulheres. Os *prints* foram retirados via comando Ctrl + PrtScr (*control e printscreen*) das páginas das referidas seções até duas ou três vezes da

mesma entrada de pesquisa, o que corresponde, por exemplo a dois ou três *prints* da busca ‘mulher’ numa única aba.

A partir desses dois grandes *locus* de coleta, com base na observação do seu funcionamento e da interação dos seus usuários, bem como das trocas de informação realizadas, buscamos entender de que modo se inscrevem as violências contra mulheres, como são engendrados os mecanismos de (re)produção dessas violências através das práticas discursivas ali inscritas e até que ponto esses *locus*, o *Facebook* e o Buscador *Google*, são faces de uma instituição de violência que se utiliza, para sua própria manutenção, de um conjunto de discursos e interdiscursos potencializadores de violências contra mulheres.

É importante ressaltar que, como buscador e diretório, o *Google* aceita entradas de frases, palavras, expressões para fins de pesquisa em seu arquivo, que apesar de extenso, não compreende a totalidade de informações disponibilizadas na *web*. O *Facebook*, por onde também estão registrados os seus usuários a partir de um perfil pessoal, em que podem ou não detalhar seus interesses e dados pessoais, suas atividades profissionais, elencar seus amigos favoritos, descrever sua família, compartilhar textos, fotos, vídeos e opiniões, dentre outras atividades, inclusive em anonimato, foi fundado tendo como missão "dar às pessoas o poder de compartilhar informações e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado. Milhões de pessoas usam o *Facebook* para compartilhar um número ilimitado de fotos, *links*, vídeos e conhecer mais as pessoas com quem você se relaciona" (FACEBOOK, 2016). Esta é uma informação disponibilizada pela rede social.

Em relação às propostas de análise para além das perspectivas teóricas anteriormente descritas, tomaremos como base, algumas categorias de análise contempladas pela Análise de Discurso Crítica, que como já discutimos em capítulo ulterior, constitui um campo heterogêneo que apresenta perspectivas que contribuem para uma análise crítica da realidade social. Sendo assim, serão avaliados os dados tendo como foco a análise das práticas discursivas, que se refere a uma das dimensões do discurso, e que trata dos processos de produção, interpretação, propagação dos discursos, sem descartar o texto

em si, tampouco a dimensão da prática social, que traz para a reflexão o papel das instituições que participam do evento discursivo (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Os discursos são manifestados nos modos particulares de uso da linguagem e de outras formas simbólicas, tais como imagens visuais [...]. Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a ‘doença mental’, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

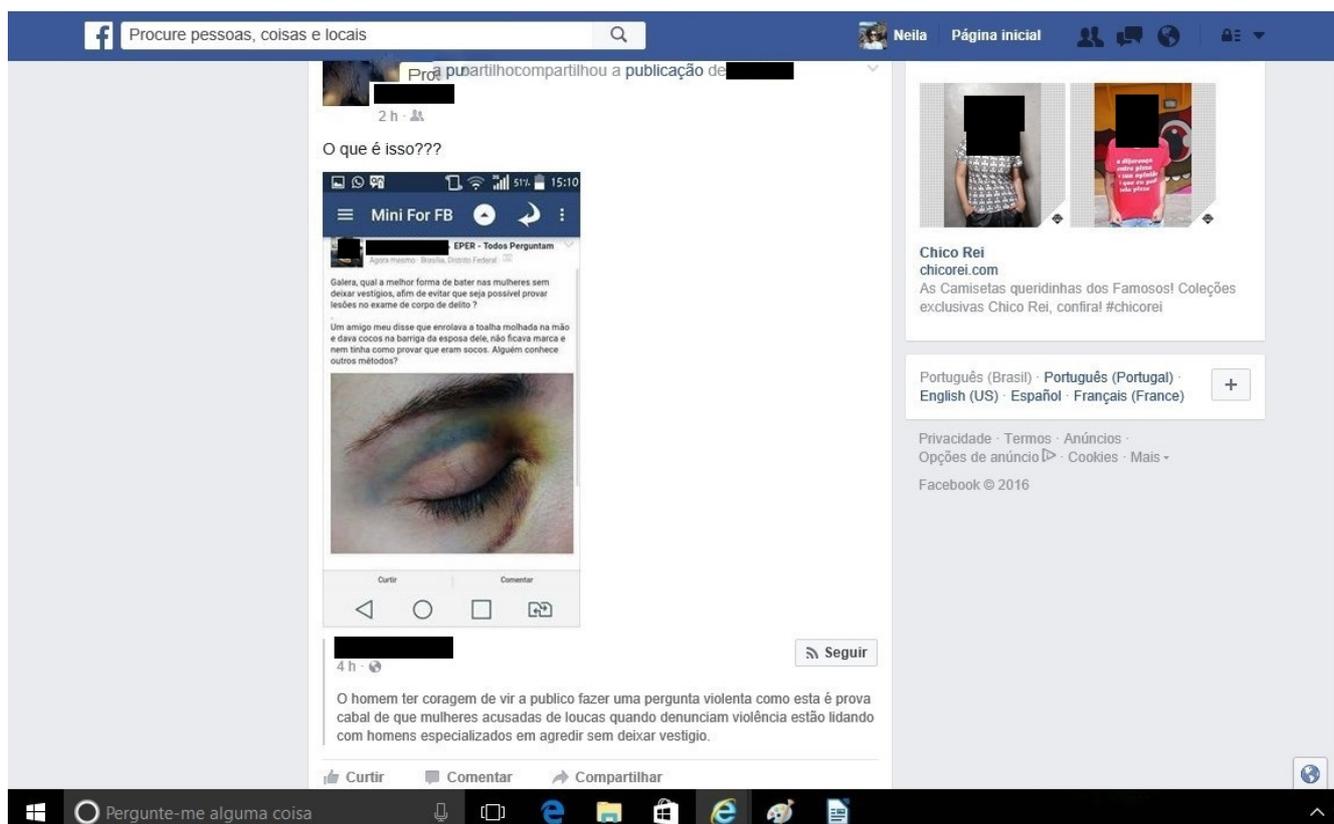
Pensando os modos como os sujeitos se posicionam e são posicionados no e pelo discurso, também se faz importante analisar a representação dos atores sociais a partir das categorias de análise trazidas por Van Leeuwen, tais como, agregação, dissociação, associação, nominalização, personalização, genericização, e também a partir da categoria ‘culpabilização da vítima’, a partir das discussões empreendidas por Van Dijk (2010). Estudar e entender o uso e o sentido das palavras ali presentes, pois que “diferentes discursos ‘lexicalizam’ o mundo” (FAIRCLOUGH, 2003 apud RESENDE; RAMALHO, 2013, p.72) também se faz relevante nas análises. Por fim, trataremos da interdiscursividade e intertextualidade presentes nos materiais.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

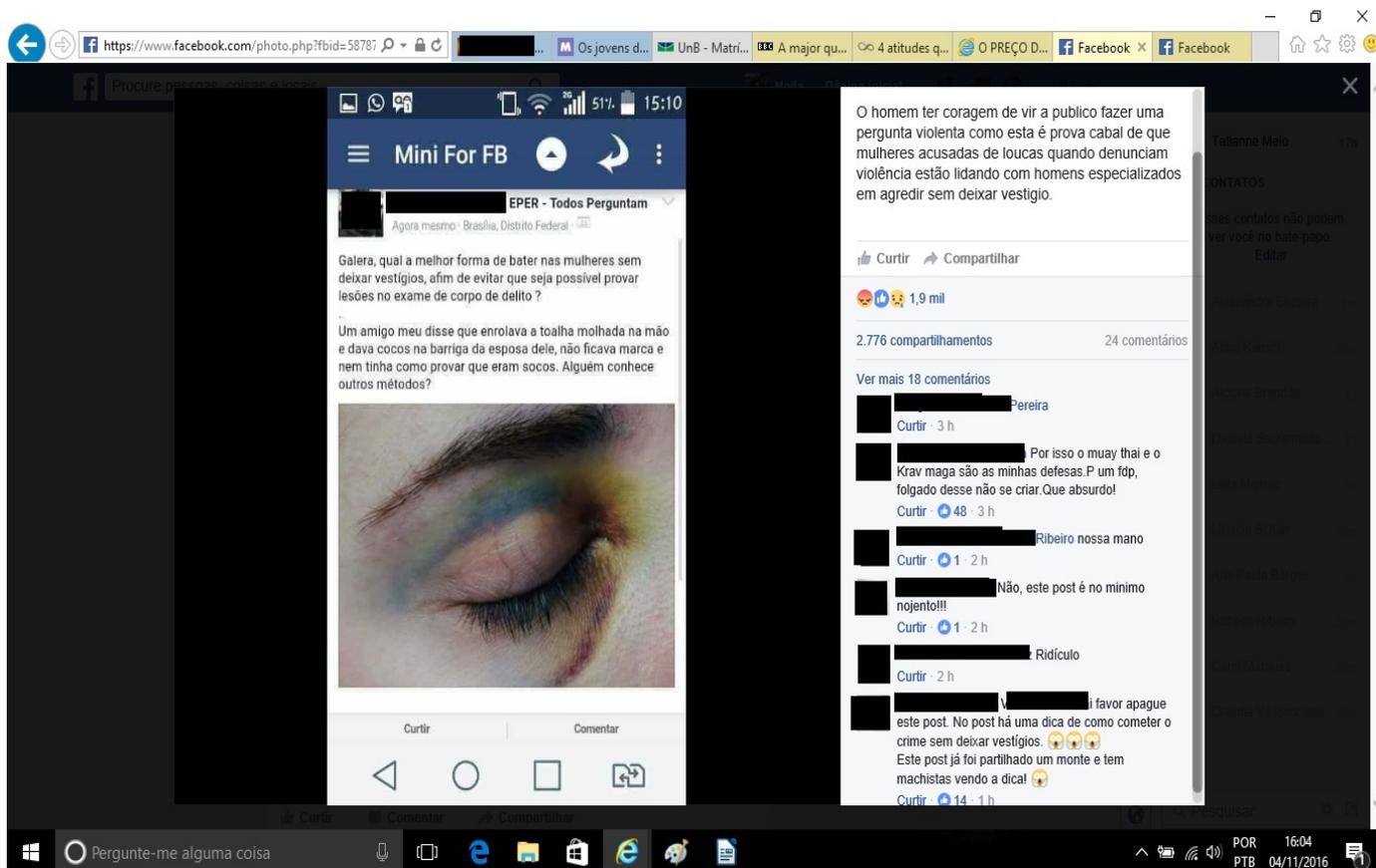
Este capítulo é fruto antes da reflexão do aporte teórico, discutido em capítulos anteriores, mas também da observação do funcionamento da rede social *Facebook* e do buscador *Google*. Inicialmente serão analisados os dados coletados na rede social, que constam de 12 *prints* selecionados no período entre os meses de outubro e novembro de 2016 para aproveitamento de dados mais recentes e 17 *prints* do buscador *Google*, totalizando 29 printagens analisadas.

### 5.1 MATERIAL DA REDE SOCIAL *FACEBOOK*

#### 5.1.1 MATERIAL 1



(Figura 1)



(Figura 2)

Inicialmente é importante comentar e analisar sobre alguns mecanismos observados na configuração da plataforma *Facebook*, que estarão presentes em outros *prints*, pois fazem parte da formatação da plataforma e também revelam aspectos e funções da rede que podem contribuir para o que chamamos de potencialização dos discursos de violência contra mulheres. Dessa forma não será necessário repetir todos estes aspectos nas análises futuras.

Na figura 1 é observado, com base no que nos é mostrado através da tela do computador, que este *print* se refere à rede social *Facebook*, acessada pela conta pessoal da pesquisadora, como podemos observar o *log in* com seu nome na barra de ferramentas do *Facebook*, o que também se caracteriza como uma filtragem das

informações, já que o próprio *Facebook* tem um sistema de filtragem de informações personalizadas, de acordo com o perfil de manipulação de cada usuário, que vai depender dos gostos, das escolhas e do uso da rede realizada por cada indivíduo separadamente.

Na figura 1, pode-se observar na margem direita, algumas propagandas de camisetas que não fazem parte, nem têm relação, inicialmente, com a imagem a ser analisada. Entretanto, a própria existência da propaganda já traz pistas sobre um dos objetivos da rede, que é a publicidade e a divulgação de marcas e produtos a serem comercializados, independente das imagens que estão na *timeline* (linha do tempo) do *Facebook*. Também precisamos considerar que a mostra de propagandas também está ligada à forma como a rede é manipulada por cada usuário fora do *Facebook*. Essas publicidades, ao contrário do que é exibido na *timeline*, acompanham a barra de rolagem da plataforma, tanto para cima quanto para baixo, ou seja, sempre acompanhando o campo visual do usuário da plataforma, para que não perca de vista o anúncio do produto.

Ainda na margem direita do *print*, abaixo da propaganda, tem-se opções de alterar o idioma da rede, bem como *links* que possibilitam abertura de janelas do *Facebook* para empresas, tal como a alternativa de *link* 'Anúncios'. Outro *link*, 'Opção de anúncios', leva o usuário à página da central de ajuda da rede social, que vai explicar ao usuário, dentre outras coisas, como ele faz para ajustar a maneira como os anúncios são direcionados para ele, com base em sua atividade fora da plataforma do *Facebook*, questão que é confirmatória do sistema de filtragem desta rede de relacionamento.

No que se refere ao material que se encontra na *timeline*, que é uma linha do tempo criada a partir das publicações dos usuários da rede, com marcação temporal bem definida, com data e horário especificados automaticamente pela própria rede no ato da publicação, sem opção de escolha por parte do usuário, ao contrário da localização, que também pode fazer parte do que é postado (incluído/publicado) na rede, contudo, fica a critério do indivíduo a sua utilização. Os materiais postados também podem ser reeditados quantas vezes o(a) autor(a) desejar, ficando também gravado um histórico de

edições disponível para visitação do público ou amigos, conforme a configuração de privacidade do perfil do usuário.

A imagem em questão refere-se ao compartilhamento de uma republicação, conforme apresentada no *print*. Este compartilhamento foi realizado por uma usuária que faz parte da lista de contatos da pesquisadora no *Facebook*. Em se tratando de republicação, observa-se que ela pode ter várias versões de acordo com quem a divulga, com alterações nos textos e imagens, ou não. Neste caso, nota-se que existe um parágrafo de edição da republicação em três linhas que diz “*o homem ter coragem de vir a público fazer uma pergunta violenta como esta é prova cabal de que mulheres acusadas de loucas quando denunciam violência estão lidando com homens especializados em agredir sem deixar vestígios*”. Parágrafo que hipoteticamente foi redigido pela autora da republicação, que poderia ser tanto um texto completamente diferente do que se apresenta, quanto ser inexistente, quesito que vai variar de acordo com quem assume a autoria da postagem.

Esse parágrafo de edição retoma a crítica direcionada aos aparelhos policiais e jurídicos, mencionada na fundamentação teórica, uma vez que a postagem original ensina como agredir mulheres sem deixar vestígios. É sabido que agentes da polícia, segundo pesquisa realizada por Bonetti, Pinheiro e Ferreira (2016, p. 170), se recusam a realizar devidamente a denúncia e punir os agressores, pois que se baseiam no padrão “quantidade de sangue necessária” para reconhecer ou não a violência contra mulheres, seja doméstica, familiar, como crime (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2016, p.170). Por conseguinte, se não há vestígios, a punição de crimes de violência contra mulheres, nessa lógica, torna-se inoperante e sua reprodução potencializada, o que torna tais atos cada vez mais invisibilizados, porém reforçados e vivos na sociedade.

Com relação ao compartilhamento realizado pelo contato da pesquisadora, se trata também de uma republicação que funciona como uma reatualização da informação na rede e conseqüente amplificação do número de visualizações por usuários que viram pela primeira vez e aqueles que já tinham visto duas ou mais vezes, o que colabora de certa maneira para a manutenção e potencialização dessa prática.

Em se tratando da publicação que foi compartilhada 2.776 vezes e curtida 1,9 mil vezes até o dia 04/11/2016, como mostra a figura 2, observamos que tais mecanismos (compartilhar e curtir) da rede contribuem para a reprodução dos materiais e dos discursos que eles carregam. O material traz uma imagem com um olho roxo, como se aquela pessoa tivesse sido agredida com um soco. Não podemos afirmar de quem é o rosto de imediato, mas sugerir que se trata de um rosto de mulher uma vez que a publicação, realizada por um homem, traz o seguinte texto:



(recorte das figuras 1 e 2)

A republicação está com a visualização selecionada para '*público*', o que sugere a ideia de denúncia pela sua 'primeira' autora. Enquanto que ao compartilhamento da republicação, realizada pelo contato da pesquisadora, foi selecionada a opção para visualização de '*amigos*' do seu círculo de contatos. No que se refere ao consumo, à produção e distribuição de textos, mas também dos enunciados e práticas discursivas, é importante salientar, na visão de Fairclough (2001) que são processos possivelmente coletivos ou individuais:

Os textos também são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos. [...] O consumo, como a produção, pode ser individual ou coletivo

[...]. Alguns textos (entrevistas oficiais, grandes poemas) são registrados, transcritos, preservados, relidos; outros (publicidade não solicitada, conversas casuais) não são registrados, mas transitórios e esquecidos. Alguns textos [...] são transformados em outros textos. [...] Além disso, os textos apresentam resultados variáveis de natureza extradiscursiva, como também discursiva (FAIRCLOUGH, 2001, p.107-108).

Em se tratando de uma rede social como o *Facebook*, de onde as publicações ganham grandes amplitudes de compartilhamento, bem como a temporalidade delas não é estática e pontual, o que significa que publicações antigas que foram muito polêmicas podem retornar a qualquer momento para a leitura e julgo dos usuários da plataforma, selecionar o público que tem acesso àquela informação ou dado nos revela sobre as intenções do autor, bem como reverbera seus efeitos simbólicos e discursivos. Fairclough ainda complementa que “alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas” (FAIRCLOUGH, 2001, p.108).

É importante notar que o autor da publicação, um homem, cuja identidade não será aqui divulgada, tem marcada a sua localização de postagem como Brasília, Distrito Federal, como mostra a imagem e realizou esta postagem em um grupo fechado no *Facebook*. Os grupos fechados podem aceitar ou não a participação de terceiros desde que alguém do grupo aceite a solicitação de participação deles ou os convide. Ao buscar pelo grupo *EPER – Todos Perguntam/ Todos Respondem* no *Facebook*, encontrei mais de 5 opções com nomes iguais, o que tornou inviável saber qual daqueles grupos teria sido o *locus* de publicação. Como se trata de um grupo fechado, em que os materiais que ali circulam somente os participantes têm acesso, supomos que houve uma espécie de “vazamento” do material, uma vez que o grupo é fechado e seus materiais são restritos aos participantes. Esse provável “vazamento” apenas reitera que as informações que circulam na internet são desterritorializadas (LÉVY, 1999, p.47), fluem de forma exponencial, como um devir constante de (re)produções.

São, assim, caracterizadas por uma liquidez, velocidade e dinamicidade próprias do funcionamento da internet. Então, apesar de localizarmos a postagem na data e horário

constante na figura 2, após este momento (04/11/2016 às 16:04), não é possível acompanhar nem controlar a reverberação desta postagem na rede, tampouco podemos medir a amplitude desta informação, o número de curtidas e compartilhamentos que acontecerão e nem mesmo acompanhar precisamente se existe a circulação dela em outros canais, páginas e plataformas, pois a internet é composta por incontáveis espaços comunicacionais em constante fluxo, como podemos observar com o seu manuseio.

Neste sentido, analisando estes mecanismos enquanto traços de potencialização das informações na internet, ou seja, de produção de novas possíveis realidades, a virtualização ou mesmo, o virtual, é a própria potencialização, mais um lugar de marcação de atos concretos. Tudo que circula na internet é potencial, ou seja, passível de “concretização efetiva ou formal” e ainda “o virtual não se opõe ao real mas ao atual” (Levy, 1999, p.47), ou seja, ele é antes uma faceta da realidade, mas não um ato em si. Assim, a internet cria atualizações, o que significa que em se tratando de violência, e neste caso, de promoção explícita de violência, como observado no texto registrado pelo homem em questão, novas realidades são articuladas no sentido de (re)produzir mais violências contra mulheres. Perguntar quais formas de agredir mulheres sem deixar vestígios para o teste de corpo delito produz respostas, curtidas, compartilhamentos, visualizações, republicações, motivando outras plataformas, ambientes do ciberespaço ou mesmo usuários a deterem e manipularem estas informações do modo que desejarem ou mesmo praticarem as ações propostas pela postagem. Aqueles que jamais haviam pensado nesta condição de agressão podem também vir a querer executá-la. Do mesmo modo que é possível potencializar discursos de violência, é factível a potencialização de denúncias e de discursos contrários às publicações de mesmo teor. E ainda que a denúncia feita na internet, no *Facebook*, seja uma forma de atualização daquela violência, já é também uma forma de quebrar o silenciamento que a fundamenta. Assim, as novas mídias e tecnologias vão cumprindo um papel de alardeamento das condições humanas através do uso explícito de linguagem de denúncia e ativismo, bem como de demonstração de resistência.

A exemplo do comentário da figura 2 de uma mulher que escreve: “*por isso o muay thai e o krav maga são as minhas defesas. P um fdp folgado desse não se criar. Que*

*absurdo*”, sugerindo o desenvolvimento de habilidades e fortalecimento físicos na mulher, antes e ainda desmotivados e desaprovados por uma cultura que criou a ideia de uma mulher frágil em vários âmbitos, inclusive na questão física, relegando-as às atividades mais sedentárias, internas, que não contribuem para seu desenvolvimento físico pleno e que conduzem ao silenciamento, à domesticação e a subalternidade.

Vale observar que as brincadeiras infantis, ou mesmo os brinquedos oferecidos às crianças, trazem imbricados as ideologias de gênero e os papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres. Meninas brincam de ‘casinha’ com bonecas, panelinhas, fogõezinhos e outras miniaturas de objetos utilizados nas ‘tarefas domésticas’, sendo assim modeladas e treinadas para a maternagem e para assumirem, na vida adulta, o papel de boas mães e donas-de-casa. Pouco se lhes oferece em termos de brincadeiras ou brinquedos que incentivem o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, físicas e de liderança, ou que preparem-nas para uma vida profissional. São treinadas, desde cedo, para a domesticidade’, ou então, para ocupações que são majoritária e tradicionalmente tidas como ‘femininas’: professoras primárias, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais. No caso dos meninos, em contrapartida, tudo é feito e proporcionado para que se desenvolvam física e intelectualmente, para se tornarem homens fortes, com uma profissão, e terem capacidade de liderança e assumirem posições no mundo da produção e no espaço público (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p.41).

Este comentário, na figura 2, obteve 48 curtidas, o que sugere que no mínimo 48 pessoas visualizaram, porque há aquelas que visualizam sem curtir. Há ainda outros comentários que expressam contrariedade, indignação ou espanto, como é o caso de: “*Não, este post é no mínimo nojento!!!*” e outro “*Ridículo*” ou mesmo “*nossa mano*” seguido de marcação de usuário. A marcação de usuário na seção de comentários também é um mecanismo de divulgar de forma direcionada a postagem a um contato da rede pessoal.

É de se observar também um último comentário que diz: “*(marcação de usuário) favor apague este post. No post há uma dica de como cometer o crime sem deixar vestígios. (emoticons de susto) Este post já foi compartilhado um monte e tem machistas vendo a dica*”. Aqui notamos que a preocupação por parte desta usuária da plataforma é que essas dicas sejam copiadas ou reproduzidas por machistas, como ela sugere. Ao fazer referência ao machismo, com o uso do termo “machistas” adentramos em uma formação

discursiva atualmente bastante problematizada pelos movimentos feministas de um modo geral, que sustenta a ideia de superioridade do homem sobre a mulher e sua consequente dominação e manipulação a partir de uma série de práticas, padrões e propostas de ser e agir no mundo. Conforme Fairclough e com base nas ideias de Foucault, uma formação discursiva:

[...] consiste de regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem a ela e, mais especificamente, de regras para a formação de objetos, de regras para a formação de modalidades enunciativas e posições do sujeito, de regras para formação de conceitos e de regras para a formação de estratégias (Foucault, 1972: 31-39). Essas regras são constituídas por combinações de elementos discursivos e não-discursivos anteriores [...], e o processo de articulação desses elementos faz do discurso uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 65).

As formações discursivas são, na verdade, “posicionadas em complexos de FDs relacionadas referidas como ‘interdiscurso’” (FAIRCLOUGH, 2001, p.53). Assim, dentre os discursos articulados pelo comentário da usuária para a dada formação discursiva ‘machismo’ ou mesmo ‘machista’, é o de violência: “*há uma dica de como cometer o crime*”. O que implica ser machista um reproduzidor deste comportamento criminoso, afinal “*tem machistas vendo a dica*”.

A violência aqui abordada se ancora à noção de violência simbólica (BOURDIEU, 1989), que está pautada na reprodução de violências diversas via produções simbólicas, presentes nos produtos culturais, artísticos, midiáticos, tecnológicos, publicitários etc. Além disso, complementa e exemplifica Saffioti (2015, p.108) quando diz que o patriarcado e toda sua expressão sexista, além de fomentar guerra entre as mulheres, as torna mantenedoras de uma ideologia que as reprime, mesmo que não sejam cúmplices. E aqui mais uma vez temos os efeitos da violência simbólica na reprodução dessas violências, que nos faz pensar sobre o uso que fazemos da rede e de seus mecanismos. Reiterando a ideia de que ao mesmo tempo que denunciemos uma informação podemos também estar reproduzindo-a, dando manutenção a todo um sistema que se alimenta

dessas ações individuais, de cada usuário, a depender do modo como editamos as frases, parágrafos ou textos de edição, que acompanham a foto ou vídeo, por exemplo.

Ao fazer referência ao machismo, a usuária admite que a violência à mulher representada nestes *prints* tem como força motriz a mentalidade sexista, ligando um crime relacionado à agressão contra mulher à cultura do machismo, que é uma seara onde estas violências ganham força.

Para concluir esta primeira análise é necessário ressaltar que dentro das várias ferramentas do *Facebook*, estão opções de “reações” que funcionam como forma de interação dos usuários com a postagem e resposta para com outros usuários. No caso da figura em pauta as reações foram: curtir (com o símbolo de legal), “triste” (representado por um *emoticon* triste e chorando) e “grr” (representado por um *emoticon* com raiva). Há ainda outras reações que não foram acionadas, como a de “amei” (simbolizada por um coração), “uau” (simbolizada por um *emoticon* de surpresa) e “haha” (representado por um *emoticon* dando risada), o que indica que os usuários que viram a publicação mais se enraivaram ou se entristeceram, meio pelo qual podemos entender as interações e reações deles na rede.

A análise desses mecanismos que fazem parte da rede social *Facebook* nos dá grandes pistas sobre como os assuntos são interpretados, como os materiais que ali circulam são produzidos e distribuídos e como o ‘consumo’ destes materiais acontece. Entender esse funcionamento é também compreender as práticas discursivas reprodutoras de violências contra mulheres.

A seguir analisamos um material constituído de três *prints*: um *print* da publicação referente à reportagem e mais dois outros *prints* que correspondem aos comentários coletados.

## 5.1.2 MATERIAL 2



(Figura 3)

O *print* representado pela figura 3 é referente a uma postagem retirada da página de um partido político no *Facebook*, coletado na data de 21/11/2016, apresentando 407 compartilhamentos até aquele momento.

Esta reportagem<sup>5</sup> tem como frase de entrada a manchete: “*Eu sou machista, sim! Vagabunda!: Homem em protesto...*” e logo abaixo dela uma frase que funciona como uma segunda manchete: “*O MBL e o Vem Pra Rua convocaram uma manifestação de apoio à Operação Lava Jato...*”. A matéria faz uma crítica aos manifestantes, os quais a Revista Fórum denomina “*a parte mais hipócrita da classe média alta, batedores de panelas, jovens desinformados, até setores mais retrógrados que chegam a pedir intervenção militar no país, com participações já comprovadas de fascistas e*

5 A reportagem pode ser acessada pelo seguinte link: <http://www.revistaforum.com.br/2016/11/20/eu-sou-machista-sim-vagabunda-homem-em-protesto-do-mlb-ataca-mulher-da-marcha-da-consciencia-negra-em-sp/>

*neonazistas*”. A reportagem segue criticando o comportamento dessas pessoas que participam do MBL (Movimento Brasil Livre) e do Vem pra Rua, que são movimentos caracterizados pela participação de pessoas da classe média e média alta, e de onde um desses manifestantes xingou e agrediu verbalmente uma participante da Marcha da Consciência Negra, que também estava acontecendo concomitante a esses outros dois grupos na cidade de São Paulo. O movimento da Marcha da Consciência Negra estava passando por seu percurso habitual, pois já estão na 13<sup>o</sup> edição que acontece no dia 20/11 de cada ano. Quando caminhavam pela frente do MASP às 11h da manhã, cruzaram com os outros dois movimentos citados anteriormente, houve uma certa tensão e agressões verbais, já que são movimentos que lutam por interesses antagônicos. No meio destes conflitos verbais/ideológicos acontece a agressão à mulher, que é a chamada da reportagem. A matéria conta com um vídeo em anexo que mostra a filmagem do momento desse confronto verbal. Além disso o material composto por texto escrito, fotografia, vídeo, traz 19 comentários de leitores, usuários da internet, caracterizando de forma mais ampla o que chamamos de hipertexto. Os textos que são veiculados na interface cibernética correspondem, como coloca Xavier, (2005, p.171), “a uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e acondiciona à sua superfície formas outras de textualidade”, delineando assim o hipertexto. O hipertexto é produto do momento histórico em que vivemos, marcado pelo desenvolvimento tecnológico, cibernético, que em suas peculiaridades, vantagens ou mesmo desvantagens se implanta, como diz Xavier (2005), no irreversível mundo da tecnocracia (DOS SANTOS COSTA, 2014, p.31).

A multimediosidade do hipertexto possibilita a convivência e interação de múltiplos aportes sógnicos em um mesmo texto, como palavras, imagens estáticas ou não, efeitos sonoros etc. (XAVIER, 2005, p.175) (DOS SANTOS COSTA, 2014, p.32).

Quando tratamos de ‘hipertexto Internetiano’, com as palavras de Marcuschi (2005), analisamos sua dimensão na reprodução de violências, mas também na quebra dos silenciamentos. Este formato “*cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum*” (ARAÚJO, 2005, p.97), nos leva a pensar sobre como estas facetas do

hipertexto internetiano podem contribuir para o alardeamento das denúncias, a reverberação dos questionamentos e debates em outros espaços da *web*, mas também na vida cotidiana.

O vídeo que se encontra no interior da reportagem pode ser acessado separadamente em outras plataformas, a exemplo do *Youtube*, de onde observaremos novas curtidas e novos comentários. A fotografia que também está na reportagem pode ser acessada separadamente via *Google Imagens*, como também pode ser mostrada nos resultados de uma pesquisa no mesmo buscador. Este formato verbivocovisual, e que Xavier (2002) chamou de um *modo de enunciação digital*, que se utiliza de linguagens várias, se torna uma marca das sociedades digitais, que estão em constante imersão tecnológica e midiática, tecendo suas teias de significados. Bakhtin (2006, p. 42) comenta que “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica”. Em se tratando de comunicação sócio-ideológica e entendendo língua como discurso, como forma de prática social, é inegável considerar que estamos tratando do signo ideológico, aquele que reflete e refrata significações, parafraseando Bakhtin (2006). Fairclough comenta que:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

A propriedade dialógica inerente à língua, nos explicita a constituição do discurso como cercado de outros discursos e é na análise dessas dimensões do hipertexto, incluindo os comentários, que adentramos ao sócio-ideológico, às unidades reais de comunicação, isto é, às enunciações, aos atos irrepetíveis, de acordo com Bakhtin (1993) em *Para uma filosofia do ato*, quando ele discorre sobre a unicidade do ser e dos atos. Fiorin (2016, p.23) acrescenta que “[...] os enunciados são irrepetíveis, uma vez que são acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação

próprios”. “É nesse sentido que “não são as unidades da língua que são dialógicas, mas os enunciados” (FIORIN, 2016, p.23).

Dentre os dezenove comentários, que constam na reportagem, alguns são: “*covarde*”, qualificando o ato do agressor, “*se continuar assim uma guerra civil vai ser inevitável*”, reforçando a ideia de estarmos vivendo uma turbulência social e que ‘*se continuar assim*’, teremos conflitos maiores; “*o STF não vê isso, lamentável*”, outro que diz que “*o STF estava dando palestra no MBL*”, ou seja, reiterando a ideia de que se o STF não vê é porque estava dando palestra àquele grupo, o que nos faz pensar que o STF tem agenda com o MBL; dentre outros comentários temos também na sequência: “*loucura coletiva, o Brasil agora está do jeito que os políticos sempre sonharam*”, neste comentário é interessante notar que o autor chama de ‘loucura coletiva’ o momento de turbulência social e política vivida no Brasil atual, vide ‘o Brasil *agora está*’, ilustrado e motivado pelo ato de agressão à manifestante do Movimento Negro. ‘Loucura coletiva’, aqui uma nominalização que revela processos sociais cotidianamente disfarçados, e sobretudo, que reporta um ato de violência contra mulher, representando um estado de intolerância e de autorização e naturalização do ato de agredir e odiar aquele que é oposto ao outro ideologicamente, que é o que esperam os políticos: “*está do jeito que os políticos sempre sonharam*”. Representa ainda uma entidade que diz sobre o estado de legalização da ilegalidade. “A nominalização transforma processos e atividades em estados e objetos, e ações concretas em abstratas [...]. A criação de novas entidades é uma característica da nominalização que tem considerável importância cultural e ideológica [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p.227). Podemos pensar na figura do político como aquele que sempre aguardou a ‘loucura coletiva’ para satisfazer e executar suas metas. Essa ideia de político e de uma política que funciona na base da ‘loucura coletiva’, das agressões e preconceitos e discriminações, transpõe a ideia de que a violência, sobretudo a qual este estudo enfoca, é motivada e reforçada politicamente. A ‘loucura coletiva’ é, então, um estado de violência ‘sempre sonhado’ pelos representantes políticos, aqueles que funcionam pelo viés do que é corrupto, da violência, do que não é ético; a repetibilidade destas representações concretiza o que temos hoje em termos de violência contra mulheres e

outras ‘minorias’, e em termos de política e das representações políticas. Outros dois comentários em seguida dizem “*uma concha de retalhos sem qualquer espírito de união*”, “*coxinha é corajoso só com mulheres*”, em relação a este último comentário é importante ressaltar a existência de conflito entre grupos políticos de ideologias diferentes que têm sido polarizados como grupos de direita e esquerda no Brasil, sendo o termo ‘coxinha’ referente àqueles da direita, enquanto que ‘petralha’ referente àqueles da esquerda, ambos usados como forma de ofensa. Consta um outro comentário abaixo dele que diz “*né*”, reforçando a ideia de que ‘coxinhas’ são corajosos só com mulheres. Ora, aqui temos um comentário aparentemente ingênuo, mas que acusa a representação de mulher que este usuário reproduz e por conseguinte o outro usuário, autor de ‘né’, como abreviação de ‘não é?’ uma expressão que pede confirmação do outro, mas que neste caso também imprime a própria confirmação do autor. Aqui ele aponta em sua fala a tão bem construída fragilidade feminina, ser mulher como símbolo de ser frágil, fraca, e que, portanto, ‘só com mulheres’ um ‘coxinha é corajoso’, mas não com homens ou outro gênero. Essa fala reproduz a ideia de mulher frágil e vítima irrevogável, que transita no imaginário social, sendo reforçado por papéis sociais muitas vezes acessórios e não de representação, de liderança, mas atividades sedentárias, domesticantes, ditas delicadas, assumidos pelas mulheres. Na pesquisa de iniciação científica intitulada *O discurso sexista e a construção da fragilidade feminina*, que foi realizada sob a orientação da Profa. Dra. Denise Zoghbi em 2014, faço uma reflexão sobre a construção da ideia de fragilidade feminina analisando materiais impressos que circularam na cidade de Salvador naquele período. Os resultados apontaram para uma fragilidade do sujeito social, muito mais do que aspectos físicos, mas a fragilidade física também se ancorava em símbolos de passividade e domesticidade.

Podemos pensar a construção da fragilidade feminina a partir de um processo pedagógico sociocultural e histórico de significação e construção de sentidos, tendo como base os atributos designados à mulher, desde tempos remotos, reforçados por contos de fadas, textos e imagens publicitárias, através do uso de itens lexicais, construções frasais, significados e símbolos como Maria, Eva, dentre outros, que se perpetuam a partir de conceitos normativos provindos de instituições hegemônicas e detentoras de poder como a igreja, o estado e as instituições de ensino. O discurso sexista, portanto, age na

construção do feminino e sua fragilidade de forma a enclausurar a mulher no âmbito privado, doméstico, impedindo que ela se articule, participe da esfera pública, socialize, enfraquecendo assim suas possibilidades de emancipação, fortalecimento de vínculos e enquanto sujeito social (DOS SANTOS COSTA, 2014, p.3).

Para finalizar a análise dos comentários da reportagem, segue este último: “*O nome disso é histeria coletiva. As pessoas estão reunindo toda a frustração de suas vidas miseráveis de escravos do sistema e descontando em um inimigo moldado pela mídia. No exemplo acima, (se referindo à reportagem) ele acha que a culpa por ser um tremendo imbecil é do feminismo, comunismo, etc. Não tenha raiva, tenha pena*”. Aqui o autor dirige sua crítica ao sistema, responsabilizando-o pela ‘histeria coletiva’, pois que toda frustração gerada por este sistema, e aqui nos perguntamos sobre qual sistema ele se refere, supondo que se trata do sistema socioeconômico, político, cultural vigente, de propostas capitalistas, neoliberais, se dirige a um inimigo criado pelo próprio capitalismo via mídia, uma de suas ferramentas mantenedoras, e incita que os ataques ao feminismo e ao comunismo advém de uma proposta socioeconômica pautada em princípios capitalistas. Ora, se o feminismo está sendo atacado, que é, além de um movimento intelectual mundial, político, filosófico que defende sobretudo os direitos humanos, mais especificamente das mulheres, mas também problematiza sobre as relações de poder, subalternidades, desigualdades existentes nas sociedades em que impera a mentalidade sexista, podemos concluir que o sistema econômico capitalista, contribui para a promoção da violência contra mulheres, uma vez que ele incita a ‘histeria coletiva’, motivo de toda a frustração que é descontada neste suposto inimigo.

O próximo *print*, representado pela figura 4 abaixo, ainda consequente da mesma reportagem, abre a análise dos comentários postados na *timeline* do *Facebook*.

The image shows a Facebook post interface. At the top, there are reaction icons (sad, like, angry) and a count of '2 mil'. Below that, it says '139 comentários' and '407 compartilhamentos'. The main post area has a comment box with the text 'Escreva um comentário...'. Below the comment box, there are several comments from users whose names are redacted with black boxes. The first comment says: 'As máscaras caindo. Ele só afirmou o que milhares de "homens de bem" praticam diariamente sem afirmá-lo!'. The second comment says: 'Olha o nível desses bostas!! Patéticos, ultrapassados, ignorantes, racistas, homofóbicos e fascistas!!!'. There is also a green emoji of a face with a green tongue sticking out. The right sidebar contains an advertisement for 'Formação de Gestores de Marketing Digital' with a woman holding a certificate. Below the ad, there are language options: 'Português (Brasil)', 'Português (Portugal)', 'English (US)', 'Español', and 'Français (France)'. At the bottom of the sidebar, there are links for 'Privacidade', 'Termos', 'Anúncios', 'Opções de anúncio', 'Cookies', and 'Mais', along with the text 'Facebook © 2016'.

(Figura 4)

O primeiro comentário que diz: “As máscaras caindo. Ele só afirmou o que milhares de ‘homens de bem’ praticam diariamente sem afirmá-lo!”, sustenta a ideia de que não há novidade na existência de posturas como a do autor da agressão, aliás ele “só afirmou”, no sentido de: só fez algo trivial ou apenas fez algo trivial e cotidiano, que acontece com muita naturalidade diariamente. O comentário ainda sinaliza que este é um comportamento de milhares de “homens de bem”, entre aspas, ironizando, afinal, como pode uma agressão como a sofrida pela manifestante do Movimento Negro, ser um comportamento positivo? O autor do comentário expressa dessa forma uma sátira com a expressão entre aspas “homens de bem”. Um segundo comentário diz: “Olha o nível desses bostas!! Patéticos, ultrapassados, ignorantes, racistas, homofóbicos e fascistas!!!”, aqui vemos a qualificação dada por este usuário aos participantes do MBL/Vem pra Rua, o que implica pensar nas ideologias que movem estes movimentos,

porém, ainda assim o autor não qualificou em momento algum o ato ou o agressor como sendo sexista ou machista, embora ser ultrapassado, expressão do usuário, também o implique, ele coloca racista, homofóbico, fascista na mesma categoria, mas não cita o sexismo. Com isso podemos notar uma certa hesitação ou omissão da acusação de sexismo por parte do usuário, e é importante dizer que este diálogo deste *print* é feito por homens exclusivamente. Mais adiante, no próximo comentário um *emoticon* de vômito é usado. *Emoticons* são muito utilizados no *Facebook* e tem a intenção de demonstrar uma emoção, uma sensação, já que a comunicação no ciberespaço carece dessas propriedades, muito características da comunicação oral, falada. Segundo Rodrigues (2001, p.31) as diferenças entre língua falada e língua escrita “[...] resultam de diferenças entre os processos de falar e escrever, ou entre condições de produção do texto falado e do escrito”. Ainda de acordo com a autora, a língua escrita prevê um certo planejamento e distanciamento (ou não envolvimento), o que implica também apagamento das emoções, sensações, sentimentos e possível expressão dos mesmos, bem como também o texto escrito “não deixa marcas do processo de planejamento” (RODRIGUES, 2001, p.31), se apresentando como um produto acabado. Neste caso, o *emoticon* aparece como resposta ao comentário anteriormente analisado, uma vez que ele comenta na lacuna de resposta ao comentário, expressando, assim, que está com nojo dele, denotando sua defesa aos propósitos do MBL/Vem pra Rua. Os comentários seguintes representam embates regados de xingamentos e ofensas, entre defensores do MBL/Vem pra Rua e do partido político em questão ou de usuários contrários ao MBL/Vem pra Rua, como podemos ver no *print* 4.

Curtir · Responder · 1 · 47 min

Escreva uma resposta...

Esse sujeito, representa muito bem essa gente, que apoia Moro, a volta da ditadura, uns doentes mentais, ele me parece ser um daqueles manifestantes que invadiram o plenário da Câmara pedindo a volta da ditadura, se não for ele é alguém muito parecido.

Curtir · Responder · 71 · 10 h

Ontem tive o desprazer de ver esses seres na Paulista! Completamente doentes, pedindo intervenção, patéticos!

Curtir · Responder · 6 · 10 h

Como apoiar Moro é racismo ou defesa de ditadura militar? São os negros que defendem a impunidade do lula? Os negros são todos do PT? Porque na ultima queima de pneu não tinha tanto negro? Afinal 75% de nós somos negros e a maioria quer justiça e fim da corrupção e não defender vagabundo que tem problema com a justiça.

Curtir · Responder · 4 · 8 h

Justiça e Moro são coisas que geralmente não se confundem.

Curtir · Responder · 1 · 7 h

Kkkkk

Curtir · Responder · 2 h

Acho que o que não se confunde é honestidade com Lula!!

Curtir · Responder · 2 · 2 h

Escreva uma resposta...

Que absurdo! Se a dinâmica da história se reinventa, como conceber atitudes como essa? Retrocesso? Involução humana? Entendo sociedades que se ruralizam, repúblicas que são trocadas por

Formação de Gestores de **Marketing Digital**

Torne-se um profissional Certificado em Market...  
gestordemarketing.com  
APROVEITE O VALOR PROMOCIONAL: De R\$ 890,00 por apenas R\$ 490,00

Português (Brasil) · Português (Portugal) · English (US) · Español · Français (France) +

Privacidade · Termos · Anúncios · Opções de anúncio · Cookies · Mais

Facebook © 2016

(Figura 5)

O *print 5*, também ligado à agressão sofrida pela manifestante do Movimento Negro, se refere à continuação dos comentários. Observamos o comentário de um rapaz que diz o seguinte: “*esse sujeito, representa muito bem essa gente, que apoia Moro<sup>6</sup>, a volta da ditadura, uns doentes mentais, ele me parece ser um daqueles manifestantes que invadiram o plenário da Câmara pedindo a volta da ditadura, se não for ele é alguém muito parecido.*”. Neste comentário feito por um homem, percebe-se que ele busca se diferenciar do indivíduo que agrediu verbalmente a moça do Movimento Negro durante o cruzamento entre este, o Vem Pra Rua e o MBL. Ele se distingue do sujeito agressor quando utiliza as expressões: “*esse sujeito*”, “*essa gente que apoia Moro*”, e é importante perguntar, quem é que apoia Moro? Esse processo de nominalização cria, então, uma entidade (FAIRCLOUGH, 2001, p.227), um ‘sujeito’ e uma ‘gente’, que na verdade representa um grupo, uma ideologia, a daqueles que apoiam Moro.

<sup>6</sup>Sérgio Moro é um juiz federal brasileiro envolvido na investigação da Operação Lava-Jato.

Assim, devemos perguntar: que ideologias estão imbricadas na figura de Sérgio Moro, o que ele representa? “*essa gente que quer a volta da ditadura*”, quem é que quer a volta da ditadura? Aqui estamos traçando um perfil de sujeito, este que agrediu uma negra numa manifestação, faz parte dos movimentos MBL e Vem Pra Rua, que são ou tendem às ideologias neoliberais, de políticas elitistas, são da classe média alta e além, como a própria reportagem comenta e como se vê nas mídias de modo geral. São estes sujeitos, enquanto grupo, enquanto ideologia, que agrediram essa mulher, representados, claro, pela figura deste homem que xingou a manifestante.

Aqui também podemos finalizar a análise desse comentário refletindo o uso da categoria ‘doentes mentais’ pelo autor do comentário, e que irá se repetir no comentário seguinte. É muito comum em casos de violência contra mulheres, o crime ser caracterizado como passional, movido por uma emoção ou loucura. Analisaremos um material a seguir dentro dessas premissas. É importante frisar que a doença mental é uma condição humana que deve jamais ser confundida com atitudes de violência, discriminatórias e preconceituosas. O autor do comentário foi infeliz em usar ‘doentes mentais’ para ofender o agressor. Além de ofender tão somente os que se encontram nesta condição, levantou uma problemática em torno das violências contra mulheres que se utiliza da condição de ‘doente mental’, de ‘louco’ para justificar crimes e amenizar as penas. Um estudo sobre doentes mentais no direito penal brasileiro nos revela que a presença da loucura no âmbito criminal, desde o período do Império, veio sendo discutida e reformulada algumas vezes no sentido de entender a imputabilidade penal para efeitos punitivos.

A presença da loucura como móvel do crime punha em questão os pilares da doutrina clássica do direito. Um homem cujo crime foi cometido em estado de loucura poderia ser considerado responsável? Era livre em sua ação o homem que, na loucura, estava privado dos sentidos? Para lidar com este problema, ditava o nosso código criminal: Art 10: ... não se julgarão criminosos: § 2. Os loucos de todo gênero, salvo se tiverem lúcidos intervalos e neles cometerem o crime (PERES; NERY FILHO, 2002, p. 337).

Esta discursividade em torno da loucura em consonância com atos criminosos, nos chega atualmente nas práticas discursivas correntes, qualificando os crimes ou atos de violência, a exemplo do que nós estamos analisando nos *prints*, como tendo sido realizados por ‘doentes’, tomados por uma emoção forte, paixão ou contrariedade, o que nas entrelinhas sugere a

amenização dos efeitos da prática criminosa ou mesmo os invalida, seja em nível punitivo ou discursivo, simbólico, representacional, o que contribui para a permanência e reprodução das violências, já que o efeito da lei nestes casos se torna estéril. É nesse sentido que a lei de Femicídio surge, também, como meio de reformular o entendimento das violências motivadas por misoginia, qualificar como crime hediondo os homicídios “contra mulher por razões da condição de sexo feminino” e não por questões passionais, envolvendo “violência doméstica e familiar”, “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015), promovendo aumento da pena, quando antes era amenizada.

No Brasil, sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. Koerner mostra que a relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério – o que pelo livro V das *Ordenações Filipinas* permitia que o marido matasse a ambos. O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério. Posteriormente, o Código Civil (1916) alterou estas disposições considerando o adultério de ambos os cônjuges razão para desquite. Entretanto, alterar a lei não modificou o costume de matar a esposa ou companheira (BLAY, 2003, p. 87).

Mais abaixo no *print 5*, o comentário anteriormente analisado tem como resposta a mensagem de um outro homem que diz: “*ontem tive o desprazer de ver esses seres na Paulista, completamente doentes, pedindo intervenção, patéticos!*”. Mais uma vez vemos o uso do termo ‘doentes’, aqui sendo associado àqueles que pedem intervenção militar. Há também uma segunda resposta: “*como apoiar Moro é racismo ou defesa de ditadura militar? São os negros que defendem a impunidade do Lula? Os negros são todos do PT? Porque na última queima de pneu não tinha tanto negro? afinal 75% de nós somos negros e a maioria de nós quer justiça e fim da corrupção e não defender vagabundo que tem problema com a justiça*”.

O autor desta resposta faz uma primeira pergunta: “*como apoiar Moro é racismo?*” requerendo, a princípio, uma explicação do porquê racismo está ligado a Moro ou à defesa da ditadura. Suas próximas interrogativas, porém, revelam o que Fairclough (2001, p.195) discute como controle de tópico, sendo que numa conversa é possível acontecer mudança de tópicos conversacionais, a partir da maneira como as pessoas

conectam ideias e assuntos, a partir das suas percepções e preocupações da vida comum. O assunto que se centrava em violência contra mulher, começa, então, a tender para críticas partidárias e políticas, via dicotomização, Moro x Lula, a partir também do quesito racial, já que se trata de agressão a uma mulher negra. O comentário que segue diz: “*são os negros que defendem a impunidade do Lula?*” pondo uma outra figura em questão, o ex-presidente Lula, que foi representante do Partido dos Trabalhadores, proveniente da região mais pobre do país que é o nordeste, tem uma trajetória de luta sindical e tendências esquerdistas e populistas. “Esses modos de identificação representam o ator social de modo personalizado. A personalização se realiza por meio de pronomes pessoais ou possessivos, nomes próprios ou substantivos cujo significado inclui a característica humana” (FUZER, 2010, p.38). É importante pensar que a personalização traz em si, nas figuras identificadas, as ideologias que espelham.

Ao dizer, “*são os negros que defendem a impunidade do Lula?*” ele, primeiro, genericifica a categoria ‘negros’, “na genericização, os atores sociais são representados como classes (entidades generalizadas) que constituem o real. Os participantes específicos são tratados como “espécimes” das classes (van Leeuwen, 1997:191)” (FUZER, 2010, p. 35), o que faz tender para as generalizações e aqui a gente identifica o apagamento da figura feminina, e que de fato fica escondida nesse embate conversacional; além disso ele negativiza a figura do ex-presidente com o uso do termo *impunidade*, coloca-o no lugar do erro, do errado, particulariza a impunidade a um sujeito X, ele é o dono da impunidade, na qual estaria implícita a autorização de racismo, já que racismo também está no lugar do erro, do crime, podendo assim ser localizado no lugar da impunidade. O autor trabalha aqui com uma relação de realce de significação. “Numa relação de realce, uma oração (período) ‘realça o significado de outra, qualificando-a de várias maneiras possíveis: pela referência ao tempo, ao lugar, ao modo, à causa ou à condição” (FAIRCLOUGH, 2001, p.219). Aqui, implicitamente, temos relações de causa e de condição, que realçam o propósito do autor, que se explicita em seu último comentário “*acho que o que não se confunde é honestidade com Lula!!*”, na tentativa de anular os efeitos criados pela situação de violência contra mulher negra, proveniente de um grupo com ideologias contrárias à que a figura de Lula representa, provavelmente o grupo do

qual o autor é simpatizante, e num momento de polarização radical, seja política, partidária, ideológica em que vivemos no Brasil, o outro é sempre o errado, o que está no lugar da impunidade. Vejamos, se invertemos as perguntas e começamos com:

- *são os negros que defendem a impunidade do Lula?*

- *como apoiar Moro é racismo?*

Numa relação de *Se A então B*, característica das relações condicionais, podemos interpretar esta relação como: *Se são os negros que defendem ‘o errado’(?) então, como apoiar Moro é racismo?* uma vez que supostamente na dicotomia Lula x Moro ou impunidade x justiça, Moro é aquele ‘não errado’ aquele que combate o ex-presidente Lula, ou melhor, combate a impunidade, lembrando que Sérgio Moro é juiz federal.

Adiante no mesmo comentário observa-se outro questionamento: “*os negros são todos do PT?*”, o que cria uma ideia extrema com o uso da palavra ‘*todos*’ e tendência a resposta a um polo ou outro, ‘sim’ ou ‘não’, uma vez que a pergunta é do estilo ‘sim/não’, ao contrário da pergunta em que Moro é identificado, que começa com ‘como’, abrindo possibilidade para uma resposta mais elaborada e não dicotômica. O uso de ‘*todos*’ também implica em um meio retórico, pautado na hipérbole, para melhor persuasão.

Assim, dentro da lógica até aqui analisada, a pergunta do parágrafo anterior tende para uma negativa, uma vez que o que se constata na realidade é sua heterogeneidade, não é possível haver racismo já que existem negros não somente no PT, ou a possibilidade de não haver negros tão-somente no PT. Esta linha de raciocínio do autor se volta particularmente à partidarização da conversa, no sentido de estigmatizar um dado grupo. Para finalizar esta análise, o autor ainda se utiliza de um recurso de assimilação por agregação, que se estabelece com a presença de quantificadores, a partir do uso de números e porcentagens, com intuito de gerar consenso ao comentar “*afinal 75% de nós somos negros*”, de onde ele retira estes 75%? A agregação “[...] quantifica grupos

de participantes, que são designados como dados estatísticos. Segundo Van Leeuwen (1997: 195), essa forma de representação é muitas vezes usada ‘para regulamentar a prática e produzir uma opinião de consenso’” (FUZER, 2010, p.36).

Além disso, nessa oração ele se inclui no grupo ‘negros’, com o uso de ‘*somos negros*’, o verbo usado cria a ideia de pertencimento, de *associação*, outra categoria usada na representação dos atores sociais, e que cria a ideia de autorização sobre um assunto. É importante notar que em frases anteriores o autor faz uso de *dissociação*, quando menciona a categoria ‘negros’ como ‘*os negros*’, se distanciando. Assim, os atores sociais “podem ter uma representação discursiva [...], segundo van Leeuwen, pelo sistema de associação ou dissociação (SILVA, 2002, p. 8).

Ele continua: “*afinal 75% de nós somos negros e a maioria de nós quer justiça e fim da corrupção e não defender vagabundo que tem problema com a justiça*”. Se regressarmos um pouco na análise, podemos recordar a dicotomia traçada entre Lula X Moro, Impunidade x Justiça (a partir da figura 2.2). Sugiro fazer aqui um jogo entre as palavras, a partir de tudo que já foi analisado neste *print*, para entendermos melhor as intencionalidades deste comentário. Assim, se substituirmos impunidade, corrupção, problema com a justiça por Lula e justiça por Moro, como ficou semanticamente estabelecido na análise já realizada, observaremos os recursos persuasivos e as intencionalidades bastante reveladas pelo seu autor (ver páginas 96 e 97).

Mas o que é que esta resposta e todos os comentários deste *print* têm a ver com o assunto violência contra as mulheres? Nós vimos na análise, que o material em questão fala de uma reportagem em que um homem, manifestante do MBL/Vem pra Rua, agrediu uma mulher negra em uma manifestação que estava acontecendo concomitante à do Movimento Negro. Vimos que o perfil dos manifestantes do MBL/Vem pra Rua é traçado nas conversas e imagens do *print*, entre os usuários do *Facebook*, e que delineiam características políticas, como sendo pessoas de direita, racistas, homofóbicas, “homens de bem”, apontando para pessoas, de modo geral, da classe média alta e da elite que em sua maioria são brancas e pudemos observar a discussão que também envolvia raça. Assim, podemos entender que a violência contra mulheres

está também ligada às questões políticas, partidárias, de classe social e raça, pois que as ideologias hegemônicas que circulam nestas esferas reforçam e privilegiam certos padrões em detrimento de outros. Sobre a faceta política do discurso, Fairclough comenta que:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

O *print* 5 ainda traz dois comentários finais a serem considerados aqui: “*justiça e Moro são coisas que geralmente não se confundem*”, embaixo uma resposta: “*kkkkk*”, como se o usuário estivesse gargalhando do comentário anterior, e logo adiante, o usuário que acusa Lula de impunidade volta a dizer: “*acho que o que não se confunde é honestidade com Lula*”, retomando o nome de Lula, marcando sua fala mais expressamente contra uma figura pública e, claro, tudo o que ele representa do que contra o ato de violência em questão na postagem.

O próximo material analisado é composto por sete *prints*, foram retirados do *Facebook*, mais precisamente da página *Diários de uma feminista*, que se considera uma página feminista interseccional de humor e ironia. O primeiro *print* é referente a um *gif*<sup>7</sup> que pode ser acessado pelo *link* disponível no rodapé desta página. Vejamos a análise das postagens reproduzidas pela página.

7 Link para acessar o *gif*: <http://i.giphy.com/3o7abBphHJngINCHio.gif>

### 5.1.3 MATERIAL 3



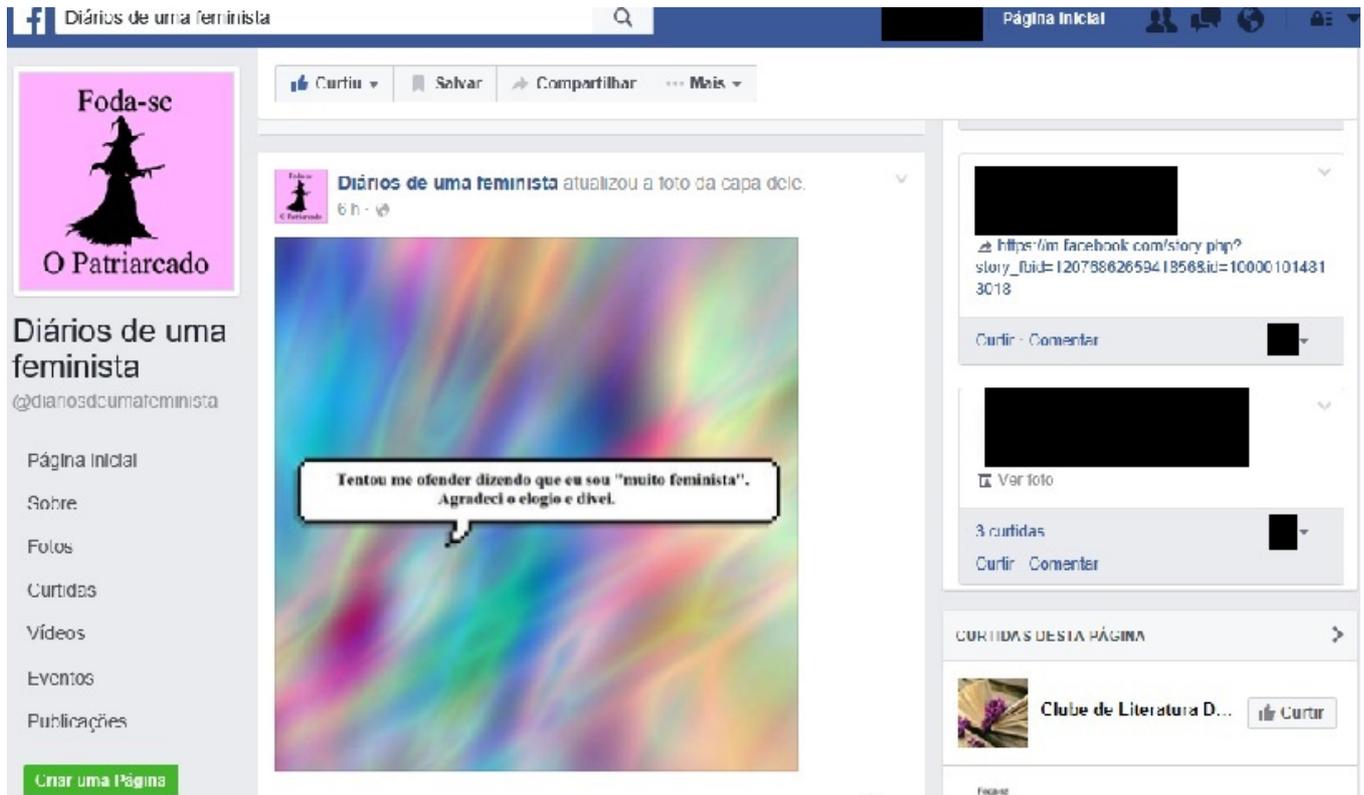
(Figura 6)

Nesta imagem podemos observar de imediato que se trata de uma janela printada do *Facebook*, correspondente a uma postagem da página *Diários de uma feminista*, cuja descrição das intenções dela se encontra na sessão ‘sobre’. Lá temos a seguinte descrição: “Página feminista interseccional. Além de textos e *posts* didáticos também são publicados conteúdos de humor feminista e misândrico: contradiscurso e ironia”. Ao navegar pela página, podemos notar que ela traz em si postagens de protesto, de desconstrução de discursos sexistas, racistas, hegemônicos ou postagens que promovem a desqualificação da mulher, bem como denúncias. A imagem central deste *print* trata de um *gif*, o foco da análise, que nas palavras de Lupinacci (2016):

[...] corresponde ao *Graphics Interchange Format*, um protocolo de imagens digitais introduzido em 1987, e que rapidamente conquistou seu espaço graças a seus baixos requisitos computacionais, sua alta compatibilidade com diferentes navegadores sem a necessidade de *plug-ins* e sua grande portabilidade (MIGLIOLI; BARROS, 2013). Um GIF pode consistir de uma imagem estática, mas seu principal diferencial em relação aos demais

formatos é o fato de ele também suportar animações silenciosas e, frequentemente, cíclicas – os “GIFs animados”. Até meados dos anos 2000, GIFs animados eram empregados principalmente com finalidades decorativas, e eram os responsáveis por dar movimento às páginas da *web*. Hoje, tais animações são amplamente inseridas nas conversações *online* para simular reações, em resposta ou mesmo substituindo a palavra escrita (LUPINACCI, 2016, p.2).

O *gif* vem sendo cada vez mais utilizado nas novas mídias e tecnologias como forma de transmitir uma mensagem com a utilização de animações, imagens que se repetem e com pouca variação, poupando a linguagem escrita. O *gif* em questão mostra mulheres de diferentes etnias, dando a mão àquela que se encontra num patamar abaixo, como se estivesse retirando ela de ‘baixo’, colocando-a no mesmo patamar, ou seja, em ‘pé de igualdade’, e em seguida, a que foi suspensa pela primeira, oferece uma ‘mãozinha’ para que esta seja suspensa, indo assim para um patamar ‘acima’. A função cíclica do gênero *gif*, faz com que, nesta animação, todas as mulheres ali presentes sejam retiradas de ‘baixo’ e postas em patamares ‘acima’. Essa análise nos mostra em primeira instância a promoção de solidariedade e empatia entre mulheres, “aliança feminista entre mulheres” (GARCIA, D. A; SOUSA, L. M. A, 2015, p. 991) o que se tem debatido muito no âmbito do feminismo e do apoio entre mulheres, que é conhecido também pelo termo *sororidade*. Da repetição presente no *gif*, depreendemos a ideia de continuidade da ação em foco, algo que é necessário ser contínuo. O uso do *gif* na transmissão dessa mensagem revela as intenções e estratégias de contradiscurso como propostas pela página.



(Figura 7)



(Figura 8)

Na figura 7, ainda da página *Diários de uma feminista*, observamos a frase da postagem, que diz: “*Tentou me ofender dizendo que eu sou ‘muito feminista’. Agradei o elogio e divi*”. Essa figura dialoga com a seguinte, a figura 8.

Podemos observar que apesar da mudança das imagens entre as figuras 7 e 8, a mensagem das frases permanece igual, exceto pela mudança do tempo verbal, em que, na figura 7, o verbo *tentar* está no pretérito perfeito, correspondendo a uma ação realizada e finalizada no passado, e na figura 8, no gerúndio, revelando uma ação em processo, em curso, que está acontecendo no momento. A ação finalizada ou em curso é a de *ofender*: “*Tentou me ofender dizendo/ tentando me ofender [...] disse*” que a pessoa supostamente ofendida é “muito feminista”. Vejamos, por que alguém tentaria ofender a(o) outra(o) chamando esta pessoa de ‘muito feminista’? E quem seria o(a) autor(a) da ofensa?

Na segunda figura (8), o autor da figura é assinalado como sujeito da oração: “o *boy*”; na figura 7, ficou indeterminado, abrindo possibilidade para outros sujeitos que não somente “o *boy*”, o rapaz, o menino, o homem. Em se tratando da expressão “muito feminista”, primeiramente é importante comentar que o feminismo é um movimento social organizado, de cunho político, teórico, intelectual, composto por ações individuais ou coletivas contra a opressão e violência vivida pelas mulheres pela sua condição de gênero. Guacira Louro comenta que:

Ações isoladas ou coletivas, dirigidas contra a opressão das mulheres, podem ser observadas em muitos e diversos momentos da história e, mais recentemente, algumas publicações, filmes etc., vêm se preocupando em reconhecer essas ações. No entanto, quando se refere ao feminismo como movimento social organizado, esse é usualmente remetido, no Ocidente, ao século XIX (LOURO, 2013, p.18).

Ela ainda vai comentar sobre o sufrágio universal, que marcou o primeiro momento do feminismo, conhecido como a “primeira onda”, bem como a “segunda onda” que segundo a autora, se desdobra a partir da década de 60, de onde vamos começar a notar as problematizações em torno do termo ‘gênero’.

Estas informações referentes ao feminismo nos leva a compreender o uso de “muito feminista” nos *prints* anteriormente mencionados. Se ser feminista é agir de acordo com o feminismo, ou seja, “contra a opressão das mulheres”, contra as várias violências perpetradas contra as mulheres e ao feminino de modo geral, e também agir de maneira isolada e/ou coletiva na desconstrução de paradigmas opressores, ser ‘muito’ feminista, cria a ideia de exacerbação, de exagero. É neste ‘muito’ que o(a) autor(a) da suposta ofensa vai se apoiar para desfazer dos atos ‘feministas’ provocados pela(o) “ofendida(o)”.

Porém, diante na análise desse dado, observamos a contra-argumentação: “agradeci o elogio e divei”. A suposta ofendida, mostra na verdade que não há ofensa em ser feminista, nem ser ‘muito’ feminista, atribuindo à expressão um valor de elogio, passível de ‘divar’, criando assim um agenciamento ao usar o termo num formato de verbo, e quem diva (verbo) é diva (substantivo), que segundo o dicionário Michaelis significa: “deusa, divindade, mulher formosa, cantora notável (MICHAELIS, 1998, p.742), ou seja, ser ‘muito’ feminista é ser deusa, formosa, notável, ou melhor aquela que se pode notar e não está invisibilizada, afinal uma cantora notável, além de notável está no palco, um local de visibilidade.



(Figura 9)

Neste *print* observamos a imagem em preto e branco de uma moça, não podemos dizer quando esta foto foi tirada, haja vista as atuais tecnologias no âmbito da fotografia, esta foto, que parece ser de décadas remotas pode também ser realizada na atualidade através de novas técnicas e tecnologias, a exemplo de *softwares* como o *photoshop*, *corel draw* etc. Mas podemos nos firmar tanto na proposta *pb* (preto e branco) da fotografia, que apesar de ter muitas matizes de cinza, além de branco e preto, remete ao jogo de luz x sombra e também denota a ideia de ‘polarização’, além de comumente ser vista como foto ‘antiga’, de tempos passados. Notamos também a sinalização feita pela moça da imagem, que realiza o sinal de OK (*okay*), usada pela comunidade surda na expressão

da sua língua, embora em algumas culturas como a nossa, essa expressão simbolize também um gesto obsceno referente ao ânus.

A frase de efeito diz: “*mulher é mais delicada por isso é feio pra ela falar palavrão*”. Sobre a linguagem e o lugar da mulher, bem como o trabalho que as mulheres realizam nas interações temos muito o que discutir. Como comenta Robin Lakoff (2010) em seu texto *Linguagem e lugar da mulher*:

Se uma menina ‘fala grosso’ ou de modo rude como um menino, ela vai normalmente ser isolada, xingada ou ser motivo de gozação. Dessa forma, a sociedade, por intermédio do pai, da mãe e dos amigos de uma criança, a mantém ‘na linha’, em seu lugar. [...] Se a menina aprende bem sua lição, ela não é recompensada com uma aceitação irrestrita pela sociedade; ao contrário, a aquisição desse estilo particular de fala será mais tarde uma desculpa que outros usarão para mantê-la em uma posição inferior, para recusarem-se de levá-la a sério como um ser humano. Em função da forma como fala, a menina – então uma mulher adulta – será acusada de não conseguir falar claramente ou expressar-se convincentemente (LAKOFF, 2010, p. 15).

É interessante notar a ideia de construção e de aprendizado de estilos de fala, de como falar como uma mulher, como um homem ou outro gênero, nesta citação da Lakoff. Dizer que “*mulher é mais delicada por isso é feio para ela...*” realizar qualquer atitude ou comportamento que não condiz com seu gênero, nos faz refletir mais uma vez sobre os essencialismos imbricados nesta questão, sobretudo o essencialismo biológico, de que trata Woodward: “o essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia [...]” (WOODWARD, 2012, p.15). E retomando algumas considerações feitas na fundamentação teórica, ainda com base em Woodward, entendemos que a ideia de sujeitos que agem ou devem agir de acordo com seu sexo biológico cria a ideia de possuir uma condição e um fim. Assim, além de limitar os indivíduos, o essencialismo contribui para a promoção de subalternidades, preconceitos, discriminações, desigualdades, relacionam identidades e ‘verdades’ ao quesito genético, biológico, a exemplo da função de maternidade “na qual a identidade parece estar biologicamente fundamentada” (WOODWARD, 2012, p.15) e que na verdade é uma crítica ao essencialismo trazida pela Woodward. Se uma menina ‘fala grosso’ e é

rechaçada, entendemos que existe um trabalho de formatação de um sujeito que mais tarde, quando adulta deverá – pois é esperado dela – se posicionar de forma insegura e muitas vezes é desejável que não se posicione, deixe que falem por ela ou mesmo que não seja assertiva em sua fala, porque contraria a ordem de gênero imposta, em que homens devem ter o foco da fala, ser assertivos, firmes, seguros, convincentes e claros em sua comunicação, tendo como resultado a apreciação dos outros, sendo levados mais a sério que as mulheres. Inverter esta lógica, que é regida por uma ordem patriarcal, em que supõe serem os homens superiores que as mulheres, é tornar-se ‘mal vista’, ‘excluída’, ‘desconsiderada’, ‘grosseira’ e uma série de outras qualificações negativas e não desejadas em uma mulher.

A célebre frase de Simone de Beauvoir “*ninguém nasce mulher: torna-se mulher*” (BEAUVOIR, 1967, p.9) ilustra bem este debate sobre a construção das identidades de gênero, mas também sobre tantos outros temas que envolvem o ser humano enquanto sujeito social, cultural, histórico, em constante construção e mudança. Tornar-se mulher, bem como tornar-se homem, é um processo regido por diversas instâncias, que incluem, de acordo com Joan Scott (1995):

[...] os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas [...] – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental – mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção. [...] Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas [...]; instituições e [...] organização social – este é o terceiro aspecto das relações de gênero [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p.86).

Assim, retomando a figura 9, falar palavrão seria inadequado para as mulheres, porque elas *são* mais delicadas. Logo em seguida na imagem vemos a subversão desse modelo, na expressão “*teu cu*”, logo abaixo da sinalização ‘OK’. É interessante notar como a imagem de uma moça jovem, delicada é associada à frase “*teu cu*”, criando a ideia de que é possível ser delicada e também falar palavrão; essa interpretação quebra também a

ideia de ‘polarização’ comumente atribuída à imagem *pb* (preto e branco), evidenciando a ideia de que não vivemos dicotomias, mas heterogeneidades, assumindo os matizes de cinza que estão por trás da configuração fotográfica. A existência em si dessa expressão na imagem traz a proposta de Fairclough sobre a mudança social acontecer a partir do questionamento dos paradigmas, da transgressão e da problematização da realidade, uma vez que só assim, a partir da mudança discursiva, que engloba, evidentemente, muito mais aspectos do que simplesmente agir contrariamente às normas impostas, podemos definir o rumo na mudança social (FAIRCLOUGH, 2001, p.127).



(Figura 10)

A próxima figura a ser analisada, também retirada da página *Diários de uma feminista*, da rede social *Facebook*, traz como frase de efeito: “*consegui comer esse vadio no primeiro encontro e ele ainda acha que vai ser levado a sério*”.

Esta frase satiriza o discurso contrário, dirigido às mulheres que no primeiro encontro desejam ter relações sexuais. Esta atitude feminina é, para a ordem patriarcal vigente, desqualificante à mulher que se permite viver a situação, o que não acontece com os homens, ou seja, ter relações sexuais com várias mulheres, para eles, ou mesmo no primeiro encontro não desqualifica socialmente o homem, dentro desta mesma ordem. Assim, mesmo satirizando essa situação, o termo ‘vadio’ não tem o mesmo peso semântico-ideológico, a mesma conotação sobre os homens como o termo ‘vadia’ ainda tem para as mulheres, pois que ataca diretamente sua sexualidade, alvo de sua desqualificação dentro da perspectiva sexista. Segundo o dicionário Michaelis (1998), ‘vadio’ é aquele que “não tem ocupação ou não faz nada. Que vagueia; vagabundo, ocioso [...]. Próprio de gente ociosa [...] Aquele que se entrega à vadiagem [...]” (MICHAELIS, 1998, p.2171), enquanto que o termo ‘vadia’ sequer aparece neste dicionário e no Aurélio Online, ainda que como adjetivo para outros substantivos que não mulher.

A ideia de ‘*não levar a sério*’ uma mulher que permite ter relações sexuais num primeiro encontro nos remete pensar a ideia de santidade projetada na figura da mulher pelo discurso religioso cristão, de onde constantemente temos a promoção de uma mulher pura, santa, virgem. Em Deuteronômio 22,20-21 temos: “*20 Se, porém, esta acusação for confirmada, não se achando na moça os sinais da virgindade, 21 levarão a moça à porta da casa de seu pai, e os homens da sua cidade a apedrejarão até que morra; porque fez loucura em Israel, prostituindo-se na casa de seu pai. Assim exterminarás o mal do meio de ti*” (BÍBLIA SAGRADA, 2001, p. 398). Numa versão da Bíblia do século XIX, temos:

20 Porém se este negocio for verdade, que a virgindade se não achou na moça:  
21 Então tirarão a moça á porta da casa de seu pae, e os varões de sua cidade a apedrejarão com pedras, até que morra; pois fez louquice em Israel, fornicando na casa de seu pae: assi tirarás o mal do meyo de ty.

(Bíblia Sagrada, 1819, p. 207)

O discurso religioso cristão vem assim reatualizando com o passar da história valores e uma moral de épocas remotas que se encontram anacrônicas às mudanças e avanços atuais, principalmente no que se refere ao empoderamento feminino, às questões de gênero e sexualidade, dentre outras, além de reatualizar atos de violência.



(Figura 11)

O penúltimo material a ser analisado do *Facebook* é uma fotografia, tirada numa via pública, de onde podemos observar um papel colado num poste de iluminação.

Esta postagem associa a ideia de violência contra mulher ao modo como ela se veste ou age: “[...] não importa como uma mulher se veste ou age, isso não é motivo pra que

*você grite [...] xingue, assedie ou a estupre?*”, o que significa dizer que, algumas formas como nos vestimos e agimos implica, em nossa cultura, sofrer violência. Neste quesito que envolve vestimenta e violência contra mulher, temos observado a associação do uso de roupas, sobretudo roupas ‘curtas’ a uma provocação da vítima e consequente justificativa de atos de violência. É importante lembrar que mulheres que vestem burcas em suas culturas também sofrem violências semelhantes, mesmo tendo o corpo todo coberto. Em contraposição a isso, homens em diversas culturas, sobretudo a nossa, não são estuprados, assediados, xingados, violentados por andarem sem camisa nas ruas, transportes públicos ou outros espaços, bem como também não passam constrangimentos devido ao constante assédio sexual ao caminhar nas ruas ou no calçadão da praia quando vestidos de roupa de banho. Ainda é importante ressaltar que neste quesito, muitos estabelecimentos precisam usar de avisos ou repreender via segurança a entrada de homens sem camisa ou roupa de banho, o que atesta a liberdade e o conforto que o homem usufrui do seu corpo e de expô-lo nu ou seminú, sem represálias e preocupações. Van Dijk diz que “estratégias mais fortes de escusa consistem em alegar *provocação e culpa da vítima*” (DIJK, 2010, p. 164).

Sobre a culpabilização da vítima Van Dijk discorre, tendo como base seus estudos sobre o racismo, sobre como as instituições, neste caso a policial, se sente justificada por agir de forma rigorosa contra pessoas negras, como é criado um discurso de autorização das práticas abusivas, tendo como base fatores que são atribuídos negativamente às vítimas. Ele diz:

As políticas de governo, [...], normalmente justificam ou toleram medidas rigorosas contra minorias alegando que a culpa é das próprias minorias: falta de integração, não aprendizagem da língua, falta de motivação para encontrar emprego e desvio cultural estão entre as culpas alegadas. O desemprego, o fracasso escolar, as condições miseráveis de habitação e a dependência dos programas sociais, entre outros fatores, são costumeiramente atribuídos a características negativas das próprias vítimas (DIJK, 2010, p.164).

Do mesmo modo que as justificativas para medidas rigorosas se pautam em ‘características negativas’ dos negros, justificativas para crimes e tratamentos discriminatórios contra mulheres também se pautam em ‘características negativas’ das

mulheres ou que congrega a sua construção de gênero. É necessário refletir sobre a cultura que violenta mulheres, sobre a mentalidade que envolve julgamentos de base determinista e que cria também o que julgam ser ‘características negativas’. Entender que o cerne do problema não está numa vestimenta, mas na mentalidade sexista que envolve os casos de violência e que esta se pauta em práticas discursivas historicamente construídas é imprescindível para que possamos entender com mais profundidade a temática e agir na mudança dos paradigmas.

#### 5.1.4 MATERIAL 4



(Figura 12)

Este é o último *print* da rede social *Facebook* e foi retirado da página *Quebrando o Tabu*. No *print* vemos uma charge dividida em três momentos. São quatro participantes, três homens e uma mulher, todos vestidos formalmente, com calça social, sapatos sociais e *blazers*. É uma corrida, situação marcada pela competitividade e a situação

requer uma vestimenta formal, o que remete pensar em uma corrida por uma posição de trabalho, referente ao mercado de trabalho e profissão. Há mais postos para os homens do que para as mulheres como podemos confirmar pela imagem. No primeiro momento da charge vemos que as marcações dos postos de partida estão iguais para os homens, sendo que a marcação de onde partirá a mulher está atrás dos outros três participantes, o que somando-se à ideia de existirem menos postos para mulheres, há também desvantagens no seu percurso. A figura da mulher, com as mãos na cintura, rosto de insatisfação e cabeça em movimento de ‘não’, ou seja, movendo-se da direita para a esquerda, reforça a ideia de uma situação que não a agrada. Ela está apoiada em seus joelhos, observando a situação, enquanto seus companheiros de corrida já estão prontos, olhando para frente, obstinados, em posição de partida, o que agrega a esta análise a ideia de que com toda a desvantagem no percurso e a desigualdade referente à quantidade de postos, o sujeito mulher ainda precisa se pre-ocupar em observar as disparidades, as injustiças que lhes são acometidas, analisá-las no sentido de agir sobre elas e articular estratégias de intervenção devido a sua posição de desvantagem, enquanto seus companheiros permanecem prontos, sem muito mais o que esperar a não ser a largada.

Este lugar de vantagem assumida pelo gênero masculino, tem suas raízes na discursividade. Bourdieu comenta que “a dominação masculina encontra [...] todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte [...]” (BOURDIEU, 2014, p.54).

No segundo momento da figura, a mulher retira a marcação que lhe deixava numa posição desigual, atrás, em relação aos seus companheiros e coloca a marcação no mesmo patamar dos rapazes, o que causa algumas reações. O primeiro da esquerda para a direita, mantém seus traços e sua posição, o que está à esquerda da mulher a olha de canto de olho com certa perplexidade e o que está a sua direita muda a feição do rosto, que indica uma certa apreensão. No terceiro momento da figura temos que os dois rapazes que estão em suas laterais olham-na perplexos e talvez, podemos dizer, sintam-

se ameaçados, uma vez que ela também demonstra uma feição de realização e determinação. A análise da charge nos revela, dentre outras coisas, a ideia de desigualdade entre homens e mulheres pela questão de gênero, uma vez que todos os homens estão no mesmo patamar de largada, menos a figura feminina, que se encontra atrás. Nos mostra também as represálias e dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sua busca por igualdade, afirmando a condição dela enquanto sujeito social desfavorecido.

É necessário notar a frase de edição que diz: “feminismo desenhado”, e que através da charge explicita suas intenções na identificação das assimetrias dentro das relações de gênero como um todo, aqui ilustradas pela relação mulher x homem, no questionamento dos paradigmas, na contestação das relações desiguais de poder e na tentativa de equilibrar tais relações.

Adiante observamos os seguintes comentários: “*mas tem machista que nem com desenho quer entender*” e “*pelos comentários, respeito à direitos básicos agora se tornou ‘coisa de esquerda’*”. O primeiro comentário foi feito por uma mulher que argumenta sobre a necessidade de se desenhar os fatos que envolvem desigualdade entre homens e mulheres, um dos sentidos da charge, para que através da imagem se facilite a compreensão dessa questão social, porém acrescenta que mesmo desenhando há aqueles que não ‘querem’ entender, supondo aqui que mesmo que estes ‘machistas’, como mencionado, entendam essa realidade dispar e sexista, eles assumem a postura, a vontade de serem contrários: “*nem com desenho quer entender*”.

Em se tratando de ética e poder no âmbito da Linguística Aplicada, torna-se crucial discutir quais significados devemos preferir e como a construção dos significados e do conhecimento está amarrada às escolhas e posições discursivas que assumimos, pois revelam posturas políticas diversas. Moita Lopes comenta que “a escolha deve se basear na exclusão de significados que causem sofrimento humano ou significados que façam mal aos outros” (MOITA LOPES, 2006, p. 103). Assumir os efeitos negativos e explicar qualquer prática que nos coloque em posição de vantagem ou nosso grupo é dever

daqueles que são comprometidos politicamente com a mudança social e a desconstrução das assimetrias e desigualdades sociais.

No segundo comentário, feito por um homem, temos: “*pelos comentários, respeito à direitos básicos agora se tornou ‘coisa de esquerda’*”. Aqui ele faz referência a comentários anteriores na postagem, que ficaram omitidos no *print*. O autor comenta que de acordo com estes comentários anteriores, “*pelos comentários*”, há uma ideia em torno de que respeitar os direitos básicos seria ‘*coisa de esquerda*’. Ora, devemos pensar que direitos básicos precisam ser respeitados e contemplados independente das tendências políticas, porém ele frisa ser ‘*coisa de esquerda*’ a contemplação dos direitos básicos, ou seja, a outra tendência, nesta lógica, e sabendo que vivemos um binarismo político generalizado no Brasil atual, seria a ‘direita’, e esta não respeitaria os direitos básicos. Quando o autor levanta esta questão, subentendemos que tratar de direitos básicos no Brasil, mais uma vez, é uma questão política, ou mesmo político-partidária, que envolve ‘partidos de esquerda’, e entendendo que partidos também se espelham nas ideologias de classe, mais uma vez temos aqui uma questão classista envolvida.

Aqui finalizamos nossas análises referentes aos materiais coletados na rede social *Facebook*. Os primeiros mostram explicitamente publicações com teor violento, de usuário pedindo informações sobre como agredir sem deixar vestígios, bem como analisamos um material referente a uma agressão verbal sexista direcionada a uma manifestante do Movimento Negro e por fim, os materiais retirados da página *Diários de uma feminista e Quebrando Tabu*que demonstram seu teor crítico, quando da preocupação em desconstruir paradigmas e linhas de pensamento opressoras, reprodutoras de violência e preconceito contra mulheres, usando de contra argumentações a partir de imagens, charges, fotografias, poemas, frases de efeito, *gifs*, vídeos etc. Neste sentido reafirma, a página, suas propostas enquanto espaço virtual feminista que se utiliza de humor, contradiscurso e ironia na tentativa que criar um ambiente de reflexão e transformação das realidades, partindo do ciberespaço. Assim como esta página, existem muitas outras na rede que trabalham nesta mesma direção desconstrucionista, constituindo uma rede de resistência, discussão, difusão de conhecimentos e novas visões de mundo, provocando nos usuários a experiência de

ativismo mesmo no âmbito do virtual, afinal seus usuários que ali interagem também levam para o cotidiano as reflexões e debates empreendidos no ciberespaço, meio bastante utilizado pelas pessoas no mundo.

Os materiais analisados a seguir foram coletados via Buscador *Google*, são *prints* das janelas do buscador em que o critério de coleta foi a *entrada* de palavras como ‘mulher’, ‘feminino’ e ‘violência’, como geralmente são realizadas as pesquisas no referido buscador, nas abas ‘*todas*’, ‘*imagens*’, ‘*vídeos*’, ‘*notícias*’ e ‘*shopping*’, sendo que para cada verbete analisado nem todas as abas foram consideradas.

A análise centra-se no buscador, nas opções de resultados, no que tais resultados trazem como informações, fontes, imagens, como estão elencados os resultados, ou seja, no que nos é mostrado pela ferramenta de pesquisa, que fontes são estas, o que representam, quem está por trás, que discursos carregam. É também importante frisar desde já que as pesquisas realizadas no buscador *Google*, são inteiramente restritas ao seu chamado *index*, que está relacionado ao arquivo rastreado pelo *Google*, o que não concerne à totalidade de informações que circula na *web*, se é que podemos limitar este arquivo. Assim, o *Google* realiza um processo denominado *indexação*, que pode ser melhor entendido como uma busca, uma varredura pela *web*, através de programas (*softwares*) desenvolvidos pela própria *Google*, de páginas com acesso público permitido<sup>8</sup>. Esta informação nos permite concluir que estamos tratando de um arquivo selecionado, ‘varrido’, por uma megaempresa norte-americana, a *Google*, constituindo-se, assim, a produtora dos resultados de busca, a que decide o que elencar na página de resultados, a ordem de aparição de resultados, as frases que acompanham os *links* de acesso, dentre outros elementos, ainda que de acordo com a fonte.

8 As informações referentes ao processo de indexação podem ser encontradas no seguinte site do Google: [https://www.google.com/intl/pt-BR\\_ALL/insidesearch/howsearchworks/crawling-indexing.html](https://www.google.com/intl/pt-BR_ALL/insidesearch/howsearchworks/crawling-indexing.html)

## 5.2 MATERIAL DO BUSCADOR *GOOGLE*

### 5.2.1 VERBETE ‘MULHER’

O primeiro material do Buscador *Google* contem 5 *prints*, todos referentes à busca pela palavra ‘mulher’ para as abas *todas*, *imagens* e *notícias*. Para algumas dessas abas foram feitas duas ou mais printagens para que pudéssemos ter um melhor entendimento das publicações do buscador.

The screenshot shows the Google search interface for the term 'mulher'. At the top, there are navigation tabs: 'Todas', 'Imagens', 'Vídeos', 'Notícias', 'Shopping', 'Mais', and 'Ferramentas de pesquisa'. Below the tabs, it indicates 'Aproximadamente 271.000.000 resultados (0,43 segundos)'. The first search result is titled 'Mulher - Projota - VAGALUME' with a URL from vagalume.com.br. The snippet describes a song by Projota. To the right of this result is a 'Ver resultados relacionados' box showing 'Mulher (Canção de Projota)' by Projota from the album 'Muita Luz'. Below the first result is another snippet titled 'Tudo sobre a Mulher moderna, amor e sexo, casamento, carreira e ...' from terra.com.br. Further down is an 'Imagens de Mulher' section with a row of five small images of women and a 'Denunciar imagens' link. Below that is a 'Mais imagens para Mulher' link. The final visible result is 'Notícias sobre Mulheres | EXAME.com - Negócios, economia ...' from exame.abril.com.br.

(Figura 13)

No primeiro *print* deste material (figura 13), coletado dia 24 de novembro de 2016, referente à aba *todas*, como consta na figura 13, aproximadamente 271 milhões de resultados são elencados pelo buscador, que corresponde a todo arquivo do *Google* que apresenta o termo em questão. Nesta figura, observamos a primeira fonte como sendo: a

música do cantor brasileiro Projota, chamada ‘Mulher’, pelo site Vagalume. A música ‘Mulher’, do referido cantor, traz a situação de uma mulher que vivencia alguns problemas na vida, parece perdida na vida e vai procurar este rapaz: “deu um giro na cidade quando decidi te ver, bateu no meu portão com lágrimas no rosto, quase eu sinto o gosto quando lembro dela assim”. A música continua: “então, meu bem, você sabe que eu sempre te quis, que bom que veio me procurar, se quiser desabafar fica à vontade, mas com toda essa saudade eu não vou te deixar falar. Mulher, você sabe o que eu vou te dizer, os seus problemas a gente tem que resolver, mas deixa pra amanhã, deixa pra amanhã, porque hoje eu vou te fazer mulher [...]”. Mais adiante temos um trecho importante a se considerar: “se eu demorar, me espera, se eu te enrolar, me empurra, se eu sussurrar, escuta, se eu balançar, segura, se eu gaguejar, me entende, se eu duvidar, me jura, se eu te amar, me sente, se eu te tocar, se assanha, se eu te olhar, sorri, se eu te perder, me ganha, se eu te pedir, me dá, se for brigar pra quê? Se eu chorar, me anima [...]”. O *videoclip*, que pode ser acessado via *Youtube*, mostra um casal passeando na Europa, na cidade de Londres, Inglaterra, e contradiz um tanto com o teor da letra, já que trata de problemas, desabafos e assuntos do gênero.

A construção de sentidos na música é feita pelo narrador, o cantor, que inclusive é uma das personagens no *videoclip*, ele canta sobre uma mulher com alguns problemas pessoais, que busca o homem (ele) para desabafar, que o busca em aflição, chorando e que apesar disso, de todo o problema que ela traz, comenta a letra, ele não vai deixá-la falar: “eu não vou te deixar falar” porque ele sente saudades: “mas com toda essa saudade”. Sugere a letra que o problema da mulher será resolvido, incluindo aí o sentido de que ela precisa dele para resolver o problema, já que ela o procurou, porém o problema dela não se torna central nesse (re)encontro: “mas deixa pra amanhã, deixa pra amanhã, porque hoje eu vou te fazer mulher”, remetendo a ideia de que esse sujeito homem é quem a constitui enquanto ‘mulher’, e não ela própria, ou seja, a mulher se torna mulher através do homem e remetendo ao quesito sexual, pela expressão ‘te fazer mulher’, a mulher construída/feita através do sexo.

Esta breve análise da letra da música nos serve para ligarmos os sentidos que estão embutidos nos primeiros resultados listados pelo buscador *Google*. Existem outras

canções com o título ‘mulher’ ou que falem de mulher, a exemplo da canção ‘Mulher’ de Elba Ramalho e outra de Erasmo Carlos, ‘Mulher (sexo frágil)’, que inclusive desconstrói a ideia de mulher frágil, embora a música de Projota seja a única elencada no topo dos resultados do buscador.

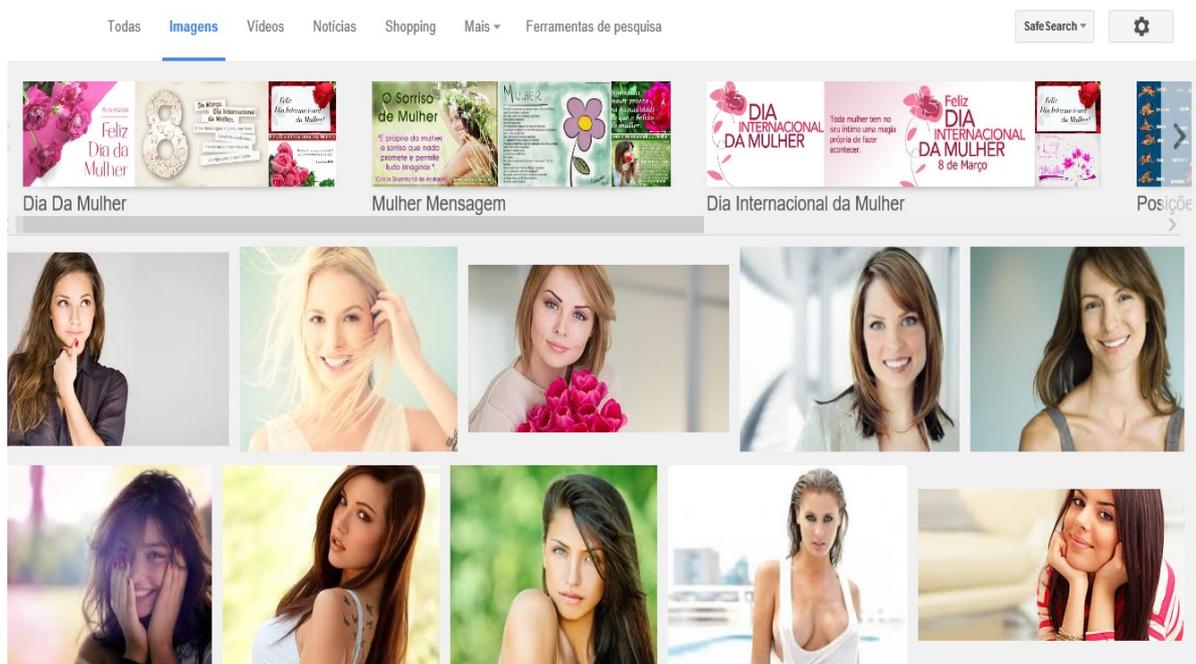
Em seguida, embaixo do *link* da música em questão, o próximo resultado que se refere ao domínio virtual Terra, com foco na seção mulher, tem como frase de entrada: “Tudo sobre a Mulher moderna, amor e sexo, casamento, carreira e...” e a segunda frase “Tudo sobre mulher moderna, amor e sexo, comportamento, casamento, sua carreira, tutorias, passo a passo de beleza e muito mais”. Logo após estas frases, temos os seguintes *links*: ‘amor e sexo’, ‘veja os 33 itens bregas de...’, ‘orgasmo feminino’, ‘tarô do amor’. Estes *links*, que funcionam como *hiperlinks*, levam o usuário a outros domínios da web, ligados ao Terra, que se caracteriza como “principal integrador de serviços digitais móveis em toda a América Latina [...]. Em Publicidade, o Terra faz uso massivo da tecnologia e Big Data”<sup>9</sup>. Essa informação, apesar de ser uma autodenominação, nos é importante para entendermos quem produz a informação, quem distribui e como, e para onde é direcionado o consumo. No caso do Terra para América Latina e também para os Estados Unidos e Espanha. Deste modo podemos entender melhor as dimensões envolvidas na reprodução das práticas discursivas ali embutidas e na representação de mulher que faz o portal Terra quando traz itens referentes à moda, beleza, sexo, amor, casamento, esoterismo, pois entendemos que “o discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Mais abaixo na seção *imagens* é possível encontrar uma amostra com cinco fotos que introduzem as imagens contidas nesta seção. Estas cinco imagens, podemos dizer, convidam o usuário a acessar a aba em questão. As mulheres ali apresentadas não representam a pluralidade existente neste grupo, ainda assim, enquanto amostra, elas funcionam como representantes do termo pesquisado: ‘mulher’, o que também nos fala

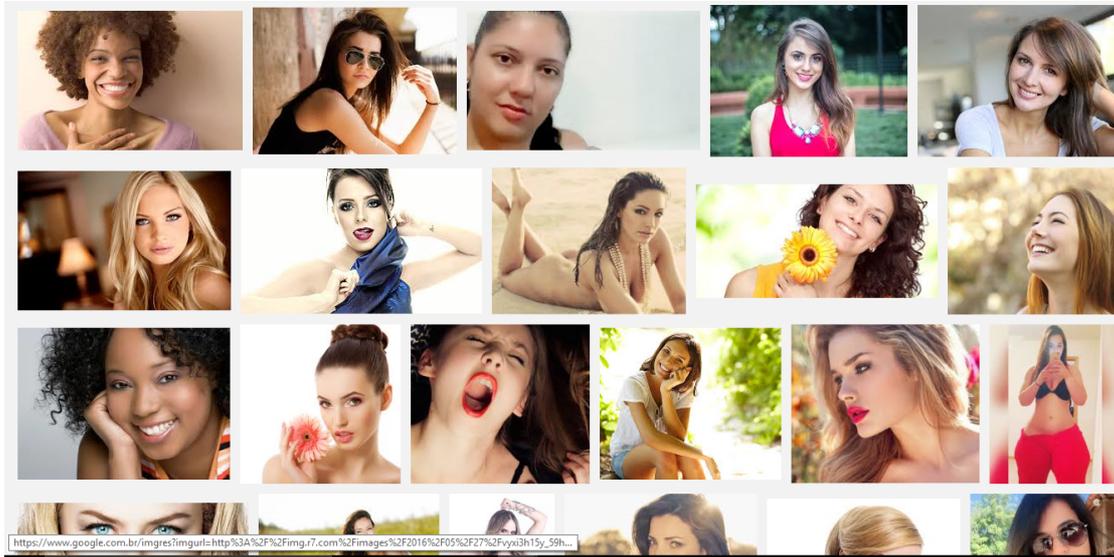
9 Para mais informações sobre o portal Terra acessar: <http://noticias.terra.com.br/sala-de-imprensa/blog/sobre-o-terra/>

sobre a representação desse sujeito social para o buscador *Google*, que é a mulher branca, de cabelos lisos.

Por fim, temos um *link* da *Exame Online*, como última fonte deste *print*, revista que faz parte do Grupo Abril, da Rede Globo, e que tem como frase de chamada: “mais notícias sobre mulher/Exame.com - Negócios, economia...” e a segunda frase: “Acompanhe em Exame.com as últimas e principais notícias sobre Mulheres”, marcando um *locus* virtual que aborda, ou ao menos deve abordar, notícias várias para mulheres.



(Figura 14)



(Figura 15)

A próxima aba analisada é *imagens* e as figuras 14 e 15 referem-se a ela. Na análise anterior obtivemos uma prévia do que é mostrado nesta aba quando pesquisamos o termo ‘mulher’. Vimos uma amostra com cinco fotos de mulheres brancas, cabelos lisos, sorridentes, vestindo roupas claras, uma delas carregando um buquê de rosas. Ao acessarmos de fato a aba *imagens*, observamos algumas subseções nomeadas respectivamente de: ‘dia da mulher’, ‘mulher mensagem’, ‘dia internacional da mulher’, ‘posições sexuais diferentes’. Cada subseção corresponde a novas imagens ligadas à sua temática. Ao observar as fotos da aba, verificamos que das 32 inicialmente mostradas, considerando o quesito cor de pele, duas fotos são de mulheres negras, as demais são de mulheres brancas, não-negras. As imagens são bastante claras, tons de rosa, lilás e branco são reforçados, as mulheres apresentam expressão facial alegre, sorridente, sensual, dócil, mas não há casos de expressões contrárias a estas, estão também posando para foto e usam maquiagem; as flores são recorrentes tanto na figura 14 quanto na 15, também é recorrente mãos nos rostos e nos cabelos, bem como fotos do busto para cima, com poucas fotos do corpo inteiro. Em relação à vestimenta temos a predominância de blusas regata de cor clara, vermelha, dentre outras.

Os sentidos construídos nestas imagens, que retratam imaginários, sujeitos, participantes reais, usuários da linguagem, são sentidos generificados por sistemas simbólicos em constante diálogo, seja a vestimenta, adornos corporais, modos de movimento, olhar, cores como vermelho, tons claros, lilás, rosa, lavanda, estilo, atributos vários de si que são produzidos nas suas relações com o outro (ECKERT, P.; MCCONNEL-GINET, S., 2010, p.97). As imagens desta aba delineiam, assim, uma corporeidade atravessada por discursos que atribuem ao gênero ‘mulher’ determinados modos de agir e ser. Desse modo, sabemos que, por exemplo, cores mais sutis, avermelhadas, tons de rosa são ditas mais femininas, bem como gestos mais delicados e movimentos do corpo que também são esperados e mesmo cobrados de uma mulher são, na verdade, construções já cristalizadas no seio da cultura e reafirmadas e reproduzidas por práticas discursivas e sociais. Assim, retomando a ideia de *habitus* em Bourdieu, que diz respeito às regularidades imanentes à prática que são responsáveis por inscrever o social no individual, principalmente tendo como parâmetro os usos corporais, somos tudo o que somos como produto da incorporação da totalidade (BOURDIEU, 2002<sup>10</sup>).



(Figura 16)

The image shows a Google search interface for the word 'Mulher'. The search bar contains the text 'Mulher' and a search icon. Below the search bar, there are navigation tabs: 'Todas', 'Imagens', 'Vídeos', 'Notícias', 'Shopping', 'Mais', and 'Ferramentas de pesquisa'. The 'Notícias' tab is selected. Below the tabs, it says 'Aproximadamente 3.640.000 resultados (0,34 segundos)'. There are four news results listed, each with a small image, a headline, the source, and a brief description.

**Mulher** é baleada no sofá de casa, e marido se queixa de falta de ...  
 Jornal Extra - 2 horas atrás  
 Uma mulher de 48 anos foi atingida por uma bala perdida, na noite desta quarta-feira, no Morro do Fallet, no Catumbi, na região central do Rio ...

Bala perdida atinge **mulher** deitada em sofá dentro de casa no Rio  
 Globo.com - 9 horas atrás  
 Uma bala perdida atingiu uma mulher de 48 anos na sala de casa, no Morro do Fallet, Catumbi, região central do Rio de Janeiro, no fim da ...

**Mulher** maltratada durante 47 anos tem o direito de se vingar do ...  
 EL PAÍS Brasil - 17 horas atrás  
 Uma mulher maltratada durante 47 longos anos tem o direito de se vingar do marido, que além disso abusava das filhas, disparando-lhe ...

**Mulher** de Cabral gastou meio milhão em compras após ele deixar ...  
 Globo.com - 2 horas atrás  
 Após o ex-governador Sérgio Cabral deixar o governo do Rio, em abril de 2014, a sua mulher, Adriana Ancelmo, saiu às compras. Por dois ...  
 Pela primeira vez, Sérgio Cabral recebe visita da **mulher** em Bangu  
 Fonte local - O Dia Online - 22 horas atrás

(Figura 17)

As figuras 16 e 17 tratam da aba *notícias*, ainda para o termo ‘mulher’. Nelas observamos as primeiras notícias elencadas e as analisamos em termos de transitividade. Embora muitos outros sentidos possam ser depreendidos, o foco permanece no termo pesquisado. Em um primeiro momento é necessário observar que das oito notícias mostradas nas figuras, sete são endereçadas pela Globo, sendo que a Veja e o Jornal Extra também fazem parte do grupo Globo. A notícia restante, publicada pelo El País, jornal espanhol, também de grande abrangência, é parte do Grupo Prisa.

As frases das manchetes das notícias são ‘mulher é baleada [...]’, ‘uma mulher [...] foi atingida por uma bala perdida’, ‘mulher maltratada durante 47 anos [...]’, ‘morador de rua ameaça mulher [...]’ mostram que os primeiros resultados do buscador Google tratam de violência, vide o uso dos verbos ‘baleada’, ‘atingida’, ‘maltratada’, ‘ameaça’. A reportagem do Jornal Extra trata do mesmo assunto que sete horas depois seria publicado via Globo.com, sob outra ótica, com manchetes diferentes. Na primeira fonte

‘a mulher é baleada’ sendo sujeito paciente e tendo sido omitido o agente, na segunda fonte ‘bala perdida atinge mulher’, a mulher sendo neste caso objeto de ação anônima. ‘Bala perdida’ sugere a ideia de indivíduos sujeitos a ações realizadas por agente anônimo; revela também a situação de violência social em que vivemos, sendo aqui um caso de nominalização em conjunto com voz passiva. Fairclough (2001, p.226) diz que “a nominalização divide com a voz passiva a possibilidade de omitir o agente e a variedade de motivações para fazê-lo. [...] A nominalização transforma processos e atividades em estados e objetos, e ações concretas em abstratas”.

Pesquisando o termo ‘homem’ também observamos o mesmo teor de violência nas mensagens, o que nos mostra, mesmo com inúmeras notícias de diversas temáticas existentes, que o foco das primeiras reportagens elencadas no buscador é retratar casos de violência, não esquecendo que as primeiras fontes apontam para a rede *Globo*. O elevado acesso e busca por parte de usuários de assuntos desta temática também podem contribuir para que estes tipos de reportagens liderem o topo dos resultados. Em se tratando do termo ‘mulher’, observamos frases na voz passiva, em que a mulher é o sujeito paciente ou objeto da ação na voz ativa. Fairclough comenta que:

[...] as motivações para escolher a voz passiva são várias. Uma é que ela permite a omissão do agente, embora isso possa ser motivado pelo fato de que o agente é evidente em si mesmo, irrelevante ou desconhecido. Uma outra razão política ou ideológica para uma passiva sem agente pode ser a de ofuscar a agência e, portanto, a causalidade e a responsabilidade (FAIRCLOUGH, 2001, p. 226).

Em relação à seguinte manchete: “mulher de Cabral gastou meio milhão em compras [...]”, é necessário observar o lugar atribuído à mulher na sentença em ‘mulher de Cabral’, funcionando ‘de Cabral’ como complemento nominal, termo que complementa o sentido de um substantivo, adjetivo ou advérbio, o que implica dizer nesta lógica que ‘mulher’ tem sentido incompleto, não bastando em si e funcionando como objeto ‘de alguém’. Interessante notar aqui que esta expressão, comumente usada no dia a dia das conversas, até mesmo sob outros formatos, a exemplo de: ‘esta é minha mulher’ numa

apresentação ou saudação entre pessoas, não encontra uso real para o gênero diretamente oposto. Assim, não ouvimos espontaneamente no dia a dia a expressão ‘este é meu homem’ ou ‘homem de Angelina’, para exemplificar, o que reforça a ideia de objetificação feminina. É importante notar também a associação da ‘mulher’ a gastos e compras, obviamente que a notícia trata de uma crítica a uma atitude demasiada e reprovada pela sociedade quando proveniente de um agente político, embora estas atitudes, de gastos e compras, estejam sendo referidas à categoria ‘mulher’, mostrando que o ataque ao homem é feito via mulher e não diretamente a ele, aqui, ao político em questão.

Na frase: “vídeo mostra luxo na casa de mulher de traficante da Cidade de Deus”, mais uma vez vemos o discurso que relaciona mulher a gastos, compras e luxo, mas dessa vez o ‘luxo’ está na casa desta mulher, ‘luxo na casa de mulher’. Em seguida adicionamos (a) ‘luxo na casa de mulher [de traficante]’, e por fim ‘luxo na casa de mulher de traficante [da Cidade de Deus]’. Ao analisar essas partes observamos uma série de complementações que apontam para o termo ‘mulher’, vejamos que na sentença: (a) podemos depreender que o luxo na casa da mulher não é atribuído diretamente ao fato dela ser mulher, mas ‘mulher de traficante’, isto é, ela não obteve por mérito próprio, já que deixa de ser ‘mulher’ para ser ‘mulher *de* traficante’. A acusação continua no sentido de que por se tratar de ‘traficante da Cidade de Deus’, mas não de um traficante de um bairro de classe média alta, por exemplo, já que Cidade de Deus não se enquadra no padrão ‘classe média’, se refere antes a uma comunidade, soa absurdo e contraditório, designando nessa lógica que um traficante, por ser da Cidade de Deus não teria condições de demonstrar luxo, mais uma vez aqui tratamos de um ‘luxo’ não autorizado, ‘luxo na casa de mulher’ porém de ‘mulher de traficante da Cidade de Deus’. ‘De traficante’ neste caso agindo como complemento nominal, criando a ideia de receptor, de pertencedor de algo, associando a figura feminina e seu ‘luxo’ a uma figura masculina, mais uma vez, mesmo que seja ele da comunidade em questão.

## 5.2.2 VERBETE 'FEMININO'

The image shows a Google search interface for the word 'feminino'. The search bar contains the word, and the results show approximately 164,000,000 results in 0.32 seconds. A definition box is highlighted, showing the word 'feminino' as an adjective with two definitions: 1. relative to or proper of woman or female, and 2. morf.bot that has only pistil[s] (said of flower). Below the definition box are several search results, including 'Moda Feminina: Roupas, Acessórios e Sapatos - Lojas Renner', 'feminino - Wikcionário', 'Feminino - Em Oferta - Submarino.com', and 'Feminino ou femenino - Dúvidas de Português'. The bottom of the image is partially obscured by a thick black bar.

(Figura 18)

Outro verbete pesquisado no buscador *Google* foi 'feminino' de modo que pudéssemos entender o que está associado a ele e exposto nos primeiros resultados da pesquisa. Destarte temos algumas fontes de definições do termo pelo buscador, sendo que a primeira reforça a associação da figura da mulher com o verbete em questão: "1. relativo a ou próprio de mulher ou fêmea" (figura 18), aqui também fazendo ligação com o quesito biológico, '*fêmea*': "1 Animal do sexo feminino [...] 3 Mulher" (MICHAELIS, 1998, p.948), quesito muito polêmico quando no âmbito das discussões em torno de gênero, identidade, diversidade, e aqui essas definições terminam por associar definitivamente sexo a gênero. Butler (2015) discute esse assunto em *Problemas de Gênero*, e questiona: "existe uma região do 'especificamente feminino', diferenciada do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma

universalidade indistinta e conseqüentemente presumida das 'mulheres'?" (BUTLER, 2015, p.22). E complementa:

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a "especificidade" do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a "identidade" como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2015, p. 22).

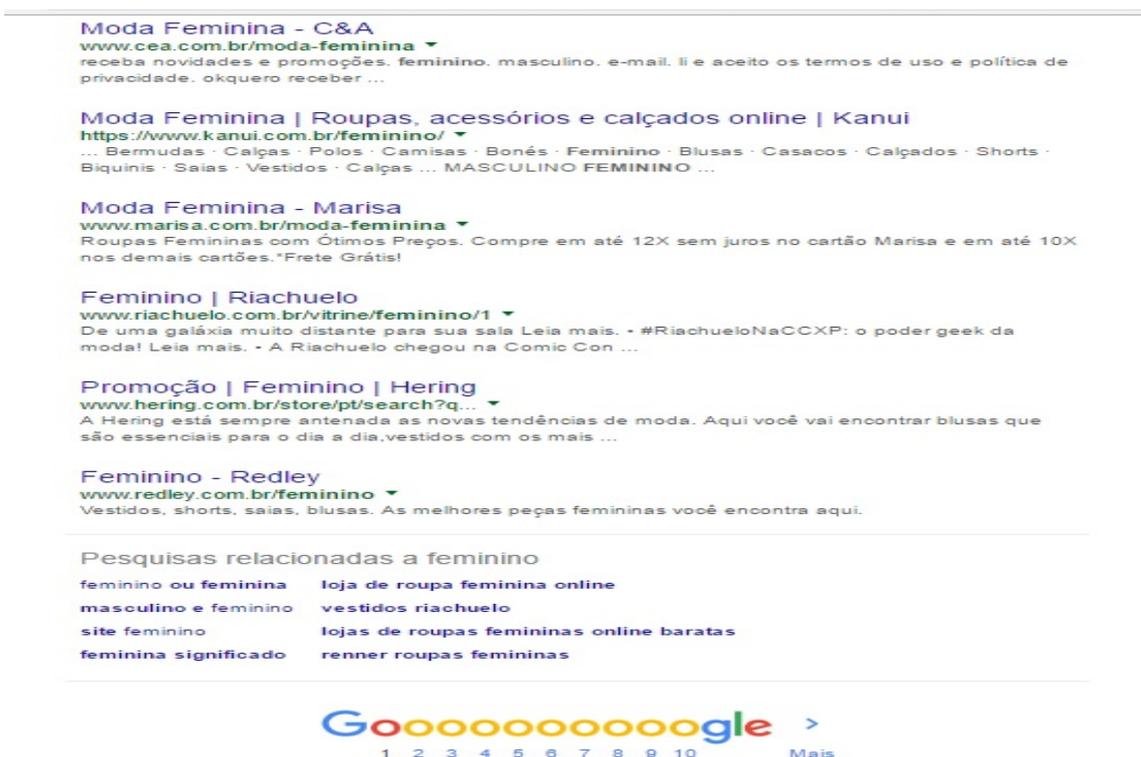
A reflexão trazida pela Butler nos permite ampliar sobre o assunto na medida em que pensamos sobre as limitações prescritas pela perspectiva dicionarizada dos termos, que tende a enrijecer as categorias as quais define, neste caso 'mulher', uma vez que a ideia de um sujeito estável tende a gerar recusas e implicações nas políticas de representação, já que visualizamos a pluralidade de realidades e identidades 'mulher', inclusive que não se associam definitivamente ao quesito biológico, sendo a universalização e unidade de sentido problemáticas. Butler diz que: "a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas [...] contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam" (BUTLER, 2015, p.24).

Ainda sobre este assunto, Butler vai discutir a distinção entre sexo e gênero dizendo que "embora a unidade não problematizada da noção de 'mulheres' seja frequentemente invocada para construir uma solidariedade de identidade, uma divisão se introduz [...] por meio da distinção entre sexo e gênero" (BUTLER, 2015, p.25) e essa distinção é crucial para desconstruirmos a ideia de gênero ligado diretamente ao sexo, já que segundo a filósofa "*homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino" (BUTLER, 2015, p.26). Ela ainda questiona a categoria 'sexo' e diz que:

[...] o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero [...] ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. [...]

Assim, como deve a noção de gênero ser reformulada, para abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam, desse modo, a própria operação da produção discursiva? (BUTLER, 2015, p. 27-28).

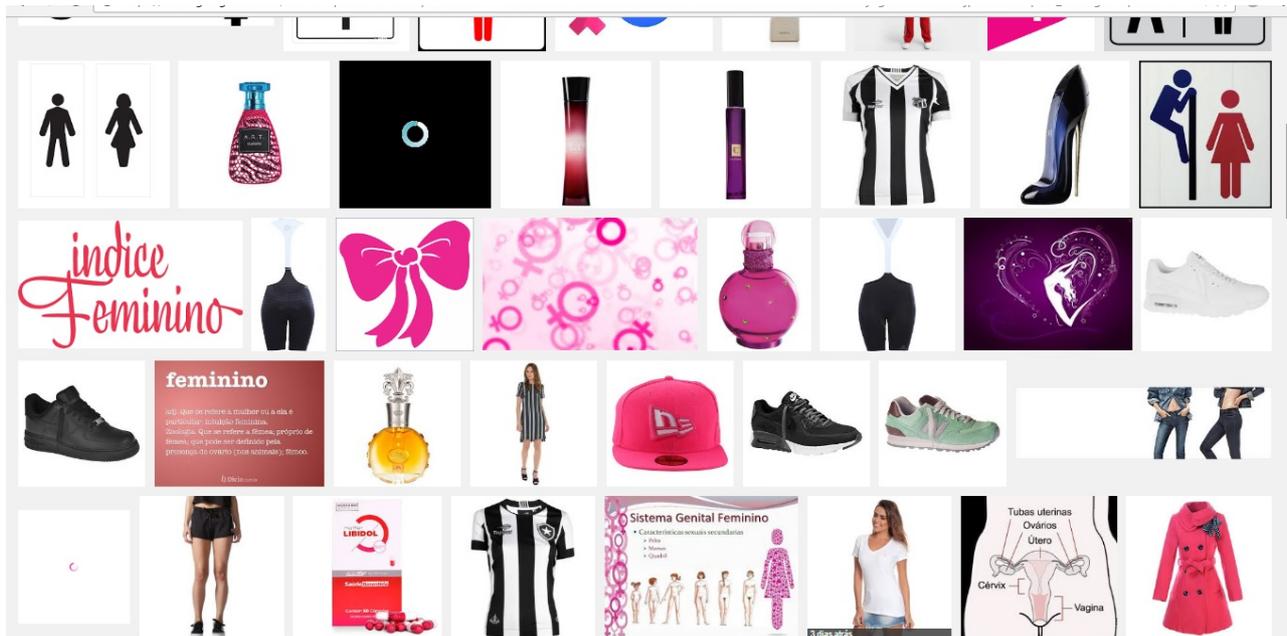
Além desta primeira fonte analisada, que trata dos significados da palavra, temos também o *link* do *Wikcionário*, o dicionário de *Wikipédia*, que trata também dos sentidos e conceitos do termo, além do resultado referente à forma de escrever o verbete, em *Dúvidas de Português*, onde deve ser debatido algo referente à ortografia. Neste *print*, então, temos resultados que englobam a questão da definição, da conceituação, da reflexão acerca do termo 'mulher', seus sentidos e forma 'correta' de escrever, como menciona a fonte *Dúvidas de Português*, mas também observamos, em conjunto com os resultados mostrados na figura 19, o enfoque na questão comercial.



(Figura 19)

Na figura 18 (p.129) deste material, ainda encontramos dois resultados que tratam de *sites* de lojas virtuais, uma da Submarino e outra da C&A, porém na figura 19, todos os

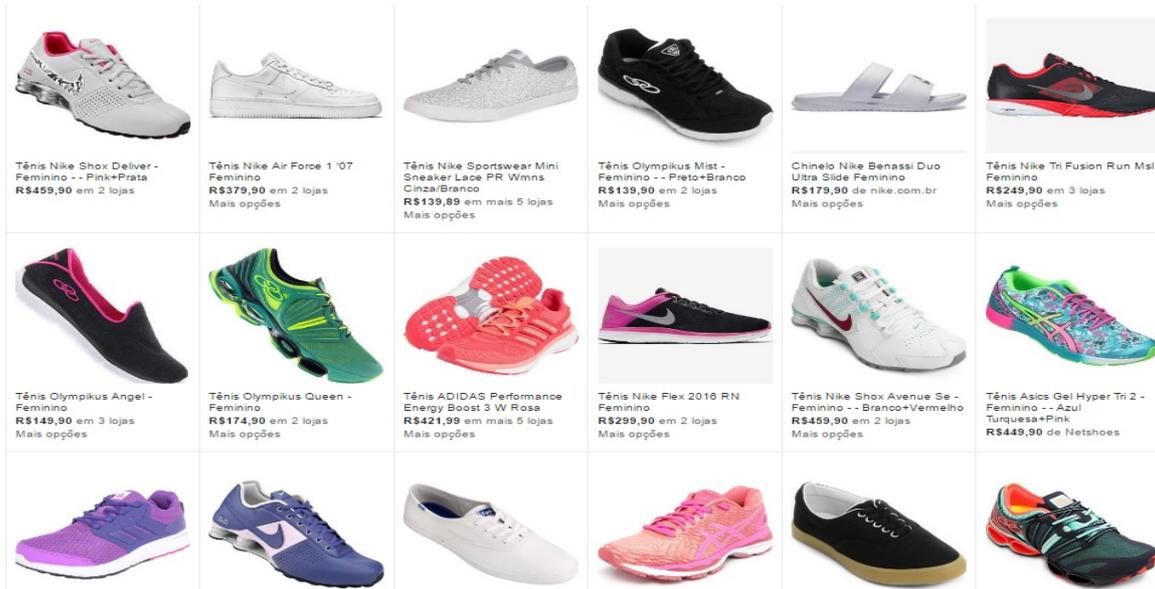




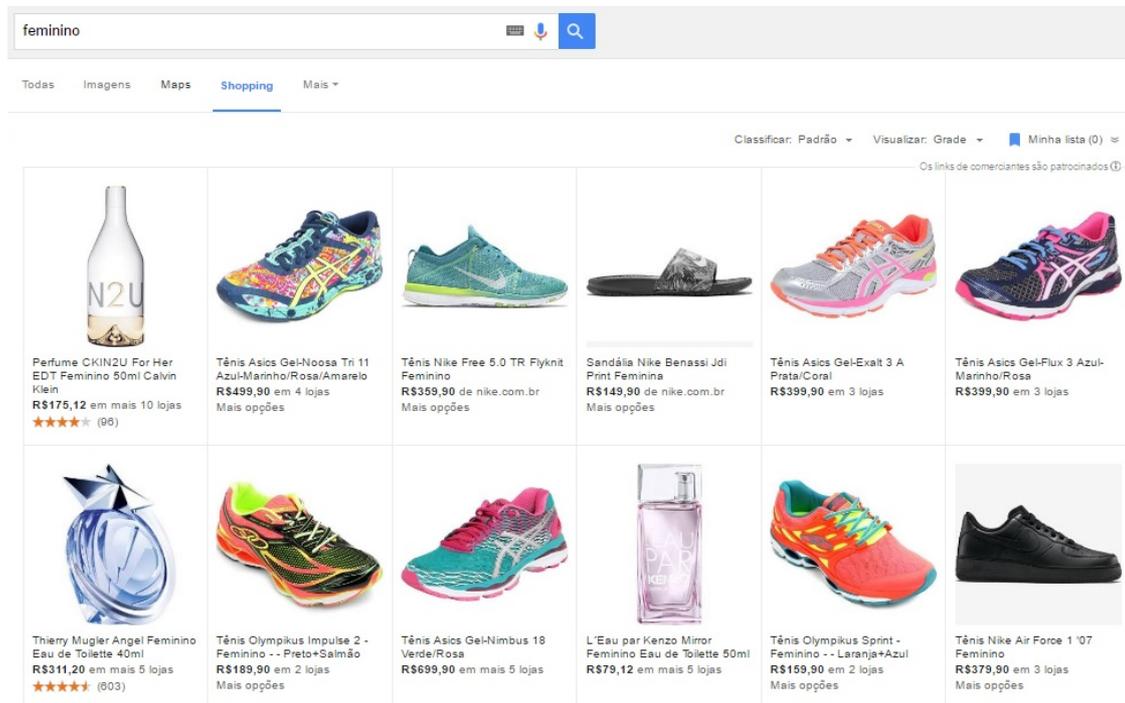
(Figura 21)

Nas figuras 20 e 21 é imediato notar a predominância das cores rosa, lilás, vermelho e tons parecidos, bem como perfumes, itens de vestuário: vestidos, salto alto, entre outros itens, sinalização de banheiro feminino/masculino para marcação de espaços com vistas ao gênero, e símbolos do feminino/masculino que vão para além das cores e itens diferenciados de vestimenta, mas que também contemplam o mundo dos mitos, sendo a deusa romana do amor, Vênus, representada pelo anel com a cruz para baixo, símbolo do feminino que está em muitas imagens mostradas pela aba, e o deus romano da guerra, Marte, o anel com a seta para cima (BULFINCH, 2002, p.14) representando o masculino. Essas produções simbólicas, aparentemente ingênuas, detêm função político-ideológica que impulsionam a construção de realidades e sentidos para o mundo, via poder simbólico (BOURDIEU, 1989, p.9), bem como reforçam sistemas de classificação e crença que fundamentam as mais diversas formas de pensar o mundo e agir nele e sobre ele. Assim, podemos dizer que tais representações dos deuses romanos reatualizam atributos que são socialmente designados ao ‘feminino’ e ao ‘masculino’, tais como amor e guerra, respectivamente, e outras conexões semânticas advindas destes termos. É interessante notar que nas poucas imagens de mulheres que são mostradas, as

partes do corpo detêm foco, a exemplo de uma imagem que mostra somente as pernas; as demais figuras são de objetos ou símbolos.



(Figura 22)



(Figura 23)

Mais adiante na aba *shopping* observamos que os produtos elencados nos resultados para o termo pesquisado, 'feminino', resumem-se a tênis em sua maioria com cores

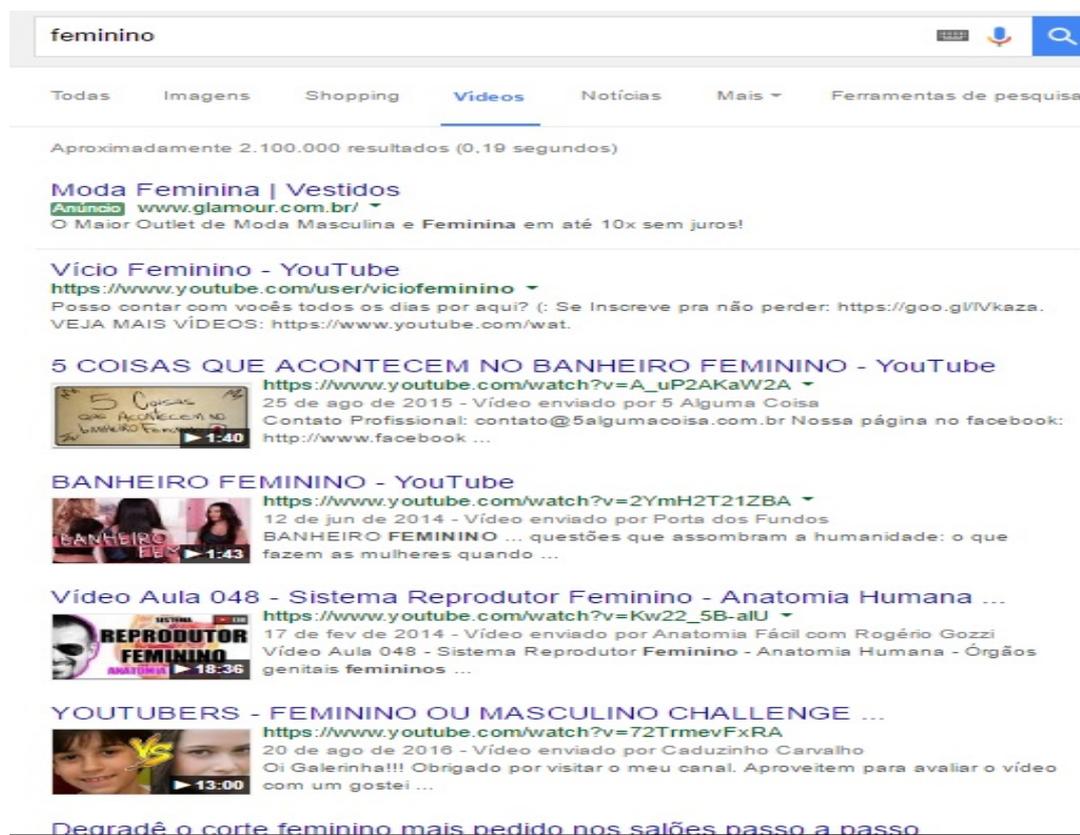
claras e a cor branca, há também algumas imagens de perfume. Na descrição dos tênis observamos adjetivos como feminino, *angel* (anjo), que traduz também a ideia de dócil, pueril, *queen* (rainha), para um dos perfumes temos *for her* (para ela), termos e expressões que vão marcando os espaços de gênero na publicidade. Além disso temos também as filtragens de busca de produtos na lateral esquerda da janela, que são divididas por sexo (para mulher / para homem), associando sexo a gênero; preço, categoria do produto (calçados, perfumes, secadores, por exemplo), estilo, silhueta, vendedor, dentre outras filtragens possíveis.

Tais filtragens, bem como as adjetivações específicas, expressões que marcam os espaços de gênero, colaboram para a existência de sistemas classificatórios que reforçam as padronizações e também os estereótipos binários de gênero, sustentando o que vem a ser ‘coisa de mulher’, ‘coisa de homem’, ‘comportamento de mulher’, ‘comportamento de homem’. De acordo com Kathryn Woodward (2012, p. 40) é através dos sistemas classificatórios que a diferença é marcada e as identidades firmadas.

[...] a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles [...]; eu/outro (WOODWARD, 2012, p.40).

É dessa maneira que mesmo sem a intenção explícita de essencializar os sujeitos ou simplificá-los que tendemos a dar manutenção, a partir dos sistemas classificatórios, nas nossas práticas sociais diárias, ao binarismo de gênero e aos determinismos vários que contribuem para condições assimétricas e de subalternidades entre os sujeitos, sobretudo para aqueles que são desprivilegiados, como acontece com as mulheres em sociedades como a nossa em que a mentalidade sexista desqualifica o que é feminino ou ao que remete à mulher, como diz Stearns (2015, p.32) “nas sociedades patriarcais, os homens eram considerados superiores”. Sardenberg ainda comenta que devido a uma ordem de gênero patriarcal, ‘machista’, vigente em nossa sociedade, são as mulheres que mais vivenciam os lugares de objetos/vítimas das violências de gênero (SARDENBERG,

2011, p.1). Assim, uma vez que elegemos um produto pelo critério do gênero, comumente dualizado (homem x mulher) estamos também reforçando e contribuindo para a reprodução dessas condições.



(Figura 24)

Na aba *vídeos*, ainda para o termo 'feminino', encontramos antes da lista de resultados, um anúncio sobre moda feminina, cujo título é "Moda Feminina / Vestidos". O interessante é notar a disposição das informações na formatação do buscador, visualizada na janela, onde logo abaixo, temos um *link* de vídeo do *Youtube* com o título "Vício feminino". Esse intercruzamento de ideias entre 'feminino', 'moda', 'vício feminino', numa mostra de resultados nos fala também sobre a produção discursiva ali embutida, o que se quer revelar ou mesmo reforçar? Sabemos que existe uma indústria

da moda e somos constantemente alvos das demandas dela em busca da ‘magreza ideal’, pelo não-envelhecimento, pelo consumo de cosméticos agressivos ao corpo, pelo gasto demasiado de tempo e dinheiro com a ‘beleza ideal’, que remetem a um padrão que muitas vezes não corresponde com nossa cultura, nossas identidades. Atualmente vemos estes paradigmas e espaços da moda sendo questionados e preenchidos por sujeitos que reafirmam suas identidades e raízes, por movimentos feministas, de negros, de LGBTs.

Adiante temos dois vídeos voltados para a temática 'banheiro feminino' e a suposta curiosidade existente sobre o que acontece dentro dele, haja vista as frases que acompanham os vídeos: "5 coisas que acontecem no banheiro feminino" e "BANHEIRO FEMININO ... questão que *assombra* a humanidade: o que fazem as mulheres quando...". Ao acessar o segundo vídeo, notamos que se trata de uma produção de *Porta dos Fundos*, canal no *Youtube* muito conhecido pelas suas produções de teor irônico e este vídeo satiriza a curiosidade sobre o que fazem as mulheres num sanitário, já que há tanta especulação sobre o tema. A ideia aqui não é analisar o conteúdo dos vídeos especificamente, afinal existem muitos outros sentidos que podemos extrair deles, mas focar nos resultados do buscador, embora seja necessário em alguns casos verificar o conteúdo de alguns desses vídeos, como é o caso do vídeo de *Porta dos Fundos*<sup>11</sup>.

Estando um banheiro ligado a uma série de práticas, inclusive práticas íntimas, que envolvem os órgãos sexuais, práticas voltadas principalmente ao atendimento das necessidades fisiológicas, assépticas, é possível pensar sobre a curiosidade em torno da intimidade feminina e da privacidade ali presente, uma vez que, como diz a frase de entrada do vídeo é ‘uma questão que *assombra* a humanidade’. Esse desejo de saber sobre o que se passa dentro de um banheiro feminino, retomando a frase de edição do vídeo ‘BANHEIRO FEMININO’ de *Porta dos Fundos*: "*o que fazem as mulheres quando vão juntas ao banheiro feminino? Alguns dizem que existe um cassino ou karaokê lá dentro, outros afirmam que elas demoram tanto porque discutem Foucault*" nos incita pensar também, que algo parece estar escondido, algo é turvo, desconhecido,

11 Link de acesso ao vídeo ‘BANHEIRO FEMININO’: <https://www.youtube.com/watch?v=2YmH2T21ZBA>

de modo que há curiosidade acerca do assunto. Essa situação dialoga com algumas imagens mostradas pelo buscador *Google*, na aba *imagens* já analisada neste trabalho (ver páginas 132 e 133), e que retomo aqui, como recortes, para avançarmos melhor no entendimento da interdiscursividade presente nestes materiais e na própria plataforma *Google*. Nas figuras 20 e 21 deste mesmo material, referente à aba *imagens*, contamos com seus seguintes recortes:



(Recorte da figura 20)



(Recorte da figura 21)

Estas duas ocorrências são importantes não somente para confirmarmos o contraste binário feminino x masculino, uma vez que numa busca pelo termo 'feminino', muitos símbolos de feminino e masculino aparecem ao mesmo tempo, e mais do que qualquer outra referência que possa ser elencada nos resultados concernentes aos termos, há muitos resultados de símbolos de 'banheiro feminino' como vemos no recorte da figura 20, mas também um ícone do banheiro masculino espiando o ícone do banheiro feminino no recorte da figura 21, em outros termos, um símbolo do masculino espiando um momento que deveria ser de privacidade, já que estamos tratando de banheiro. Essa espionagem do masculino sobre o feminino, que ganha espaço em um buscador como o *Google*, a partir de produções como a do recorte 21, abre precedentes para refletirmos sobre a condição de invasão masculina sobre o feminino, uma vez que a imagem mostra e reproduz o ato próprio. Ainda em se tratando de invasão sobre a sexualidade e a intimidade feminina, estas produções acabam por aludir ao ato de violência que movimenta e fundamenta a cultura do estupro se analisarmos dentro deste

espectro. Essa intimidade que se supõe desconhecida devido à curiosidade que desperta, nos remete pensar na sexualidade feminina como pouco explorada, pouco visível, pouco entendida e contemplada, e muitas vezes tratada como tabu. Ademais, outros sentidos podem erigir nesta análise se nos remetermos às muitas técnicas de investigação para a acusada de bruxaria no período da Inquisição, que apontavam para a invasão da sua intimidade, a exemplo da depilação forçada dos seus pelos, de onde os inquisidores acreditavam que elas, as bruxas, escondiam artefatos mágicos, feitiços e encantamentos. Na seção intitulada *A mulher como símbolo do mal*, do *Malleus Maleficarum*, consta o seguinte trecho:

Este ódio à mulher misturou-se na Inquisição e no *Malleus* à atração mórbida por ela devido à sexualidade culturalmente reprimida e à sua desvalorização na Igreja. Isso fez com que a tortura para se obter confissões de bruxarias incluísse o voyerismo e o sadismo. As mulheres eram despidas e seus cabelos e pelos raspados à procura de objetos enfeitiçados escondidos em suas partes íntimas "que não devem ser mencionadas". [...] o texto recomenda expressamente a depilação e a busca de objetos nas partes íntimas do corpo e faz questão de demonstrar grande pureza e inocência ao afirmar que o nome dos órgãos sexuais não deve ser mencionado (BYINGTON, 2014, p. 34, 35).

Esse trecho retirado do manual da Inquisição delinea o tabu que ainda perdura até os dias atuais, no que diz respeito à sexualidade feminina, ao órgão sexual feminino, pois que "não devem ser mencionados". Esse discurso, que fundamenta o enclausuramento do feminino e sua sexualidade, também nos fala e explica o ato de depilar os pelos pelas mulheres, mas também, em contraste, a não-depilação pelos homens. Sendo uma construção cultural baseada também nessas práticas discursivas medievais, o ato de depilação, muito mais comum entre as mulheres, também se naturaliza no cotidiano das práticas humanas como sendo um ato tão-somente feminino, próprio da mulher, como se nascêssemos programadas a retirar os pelos do corpo, que são aliás responsáveis pela proteção do maior órgão do nosso corpo, a pele. Ainda é importante registrar a reflexão, dialogando com as práticas impostas pelo discurso religioso cristão inquisitório, de que estes essencialismos para com a depilação inscrevem, a partir da mentalidade sexista, justificativas para fazê-lo no corpo feminino, por condição de ser feminino ou melhor, 'de mulher', o que reforça este ato pelas mulheres, é nele que os pelos não podem estar,

porque ‘é feio’, ‘é anti-higiênico’, é ‘não-feminino’, já que o pretexto de feitiçaria e encantamento não cabe mais como justificção da atualização das práticas depilatórias hodiernas. Mas por que não é feio, anti-higiênico no corpo masculino, uma vez que estamos tratando de um elemento próprio do corpo humano? Aliás, é costume que os homens deixem os pelos crescer em várias regiões do corpo, o que ainda dentro desta mentalidade de que tratamos aqui, serve como símbolo de virilidade, e que sua retirada, ou seja, a depilação feita por um homem em seu corpo, recai sobre a ideia de ‘coisa de mulher’, o que pode vir a ocasionar a ele situações de constrangimento e outras agressões pois que os homens são cobrados a suprimir suas feminilidades. Vejamos que o que está sendo de fato atacado nele, quando se depila, não é o ‘ser homem’, mas a expressão da sua feminilidade, pois que foi assim construída, como ‘coisa de mulher’, o que deve ser sempre questionado. Em outras palavras, ter pelos é uma condição do organismo humano, pois que funciona como protetor da pele, sua depilação seja pela mulher ou pelo homem e a sua não-depilação também por ambos, acarreta em uma série de efeitos que encontram explicações nas construções culturais, simbólicas e representacionais, mas não na ‘essência’ como preconizam as posturas e pensamentos deterministas.

O próximo e último material analisado neste trabalho tem como base a busca pela palavra ‘violência’ e foram analisadas as abas ‘*todas*’ e ‘*imagens*’.

### 5.2.3 VERBETE ‘VIOLÊNCIA’

google violência

Todas Imagens Notícias Vídeos Livros Mais Ferramentas de pesquisa

Aproximadamente 41.600.000 resultados (0,43 segundos)

**violência**  
*substantivo feminino*

1. qualidade do que é violento.  
"a v. da guerra"
2. ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra; ato violento.  
"derrubou a porta com v."

Traduções, origem das palavras e mais definições

Feedback

**Violência – Wikipédia, a enciclopédia livre**  
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Violência>  
 Violência é um comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa ou ser vivo. Tal comportamento pode invadir a ...  
 Tipos de violência · Neurobiologia do comportamento ... · Violência nos desportos

**Violência doméstica e familiar - Dossiê Violência contra as Mulheres**  
[www.agenciapatriciagalvao.org.br/.../violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra...](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/.../violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra...)  
 Sob diversas formas e intensidades, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é recorrente e presente no mundo todo, motivando crimes hediondos e ...

A Violência na Sociedade Brasileira - Cola da Web

(Figura 25)

A Violência na Sociedade Brasileira - Cola da Web  
[www.coladaweb.com](http://www.coladaweb.com) > Sociologia  
 Além de ser um constrangimento físico ou moral, a violência é um ato vergonhoso que acontece diariamente, em todos os lugares do Brasil e no mundo.

Significado de Violência - O que é, Conceito e Definição  
<https://www.significados.com.br/violencia/>  
 O que é Violência. Conceito e Significado de Violência: Violência significa usar a agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar...

Violência no Brasil, outro olhar - Brasil Escola  
[brasilescola.uol.com.br/sociologia/violencia-no-brasil.htm](http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/violencia-no-brasil.htm)  
 A violência se manifesta por meio da tirania, da opressão e do abuso da força. Ocorre do constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer ...

Notícias em destaque

**Violência doméstica é causa de dois terços das denúncias de agressões contra a mulher**  
 Portal Brasil - 3 dias atrás  
 No Brasil, dois terços das denúncias de violência contra a mulher têm algo em comum: são praticadas por atuais ou ex-companheiros, ...

Luana Piovani fala sobre Dolabella: "A violência é muito ruim" - Celebidades - iG  
 iG Gente - 22 horas atrás

Cães farejadores encontram corpo de homem com sinais de violência  
 Globo.com - 19 horas atrás

Mais notícias sobre violência

Tipos de Violências - Vivendo a Adolescência  
[www.adolescencia.org.br/site-pt-br/tipos-de-violencias](http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/tipos-de-violencias)  
 O que é violência? No mundo existem várias formas de violência, por exemplo: o preconceito, as agressões físicas e verbais, o bullying, a homofobia e a

(Figura 26)

Os dois primeiros *prints* (figuras 25 e 26) para o verbete ‘violência’ são referentes à busca na aba ‘todas’. O *print* traz inicialmente alguns conceitos do termo pelo buscador numa caixa onde constam imediatamente duas conceituações, a segunda sendo mais explícita e focando nas violências física e moral: “2. ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral [...]”. Ao expandir a caixa para mais definições, observamos a reafirmação do foco nas violências física e moral, mas também há referência ao uso de poder, coação, opressão, o que sugere, mesmo que implicitamente, a ideia de violência simbólica, já que em termos de uso de poder é possível considerar o poder simbólico de que trata Bourdieu (1989) e que embasa a violência simbólica. Entre as demais fontes elencadas, temos mais duas fontes que visam conceituar e tratar sobre o verbete, *Wikipédia* e *Significados.com*, nestes *websites* encontramos não somente conceituações, definições, mas também algumas considerações sobre tipos de violências, e dentre esses tipos as violências física e doméstica são sempre citadas e geralmente elencadas como primeiras das listas, ressaltando o fato de que a violência física é somente uma das facetas da violência doméstica. A partir da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar acontecem:

[...] no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

Ainda são citadas as violências, física, psicológica, sexual, patrimonial e moral como formas outras de violência contra a mulher no âmbito da unidade doméstica (BRASIL, 2006). Logo em seguida na figura 25 temos um resultado para violência doméstica e familiar da Agência Patrícia Galvão<sup>12</sup>, que “produz e divulga notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras”. Na figura 26, ainda correspondentes aos primeiros resultados do buscador, temos mais *links* com manchetes

12 Link para acesso: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/quem-somos/>

que abordam sobre violência na sociedade brasileira, na adolescência, e separado por uma linha cinza temos uma seção de *notícias em destaque*. A notícia em destaque foi publicada pelo Portal Brasil<sup>13</sup>, *website* do governo federal e diz em sua manchete: “violência doméstica é causa de dois terços das denúncias de agressões contra a mulher”, logo abaixo da manchete temos uma segunda frase que introduz a matéria e que diz: “No Brasil, dois terços das denúncias de violência contra a mulher têm algo em comum: são praticadas por atuais ou ex-companheiros, ...”. Esse dado é confirmado pelo Mapa da Violência 2015, que nos traz a seguinte informação:

[...] para as adolescentes, de 12 a 17 anos de idade, o peso das agressões divide-se entre os pais (26,5%) e os parceiros ou ex-parceiros (23,2%). Para as jovens e as adultas, de 18 a 59 anos de idade, o agressor principal é o parceiro ou ex-parceiro, concentrando a metade de todos os casos registrados. Já para as idosas, o principal agressor foi um filho (34,9%). No conjunto de todas as faixas, vemos que prepondera largamente a violência doméstica. Parentes imediatos ou parceiros e ex-parceiros (grafados em alaranjado, nas tabelas) são responsáveis por 67,2% do total de atendimentos (BRASIL, 2015, p. 48).

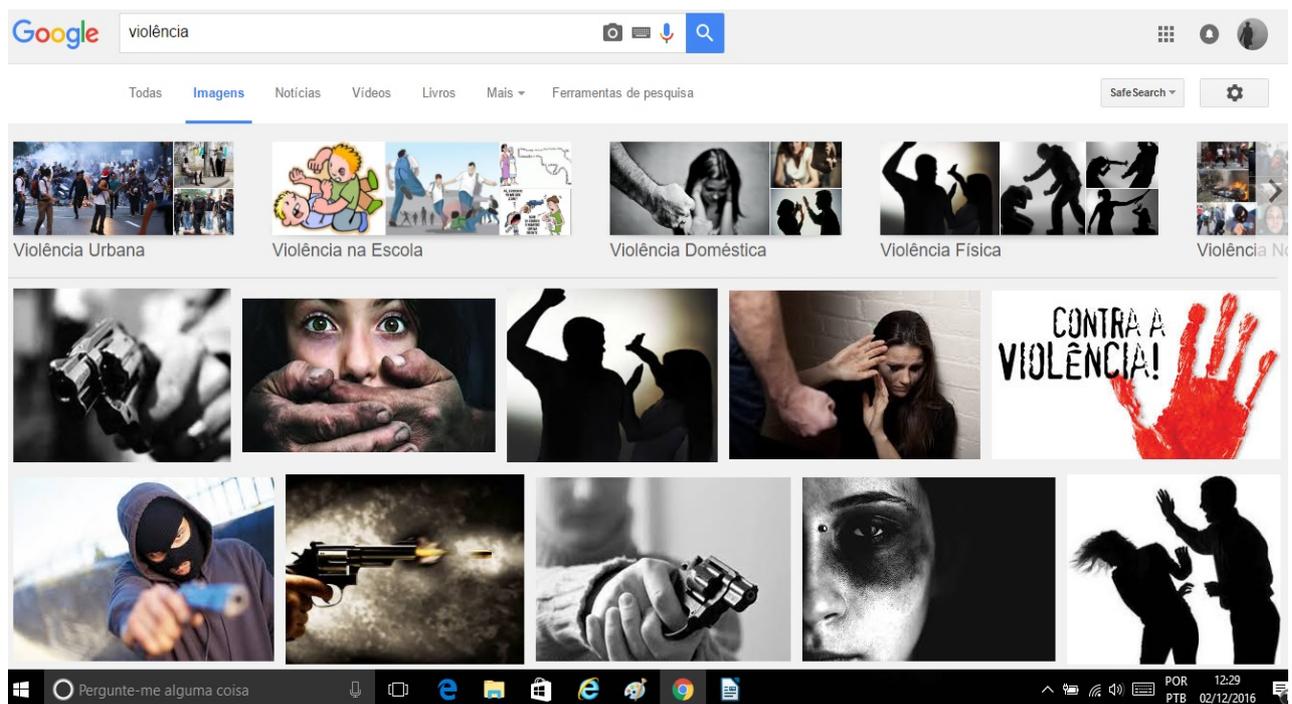
Os dados do Mapa da Violência 2015 não detalham segundo orientação sexual ou gênero em alguns casos, deixando a informação um tanto vaga, o que poderia enriquecer o entendimento do problema. Porém em se tratando de violência contra mulheres, são os homens seus maiores agressores, como mostra o documento citado e versões anteriores. O enfrentamento dessas violências ainda encontra problemas não somente infraestruturais, mas estruturais, com raízes numa cultura sexista, que reforça um aparelho policial omisso, despreparado, com atendimento inadequado, que se recusa a atender, a registrar ocorrência e também compreender os aparatos legais dispostos para o enfrentamento dessas violências (BONNETI; PINHEIRO; FERREIRA, 2016, p. 162).

Além disso, segundo o relato da assistente social, Tatianne Melo (TCI em anexo), lotada na Unidade Básica de Saúde Professor José Mariane, localizada no bairro de Itapuã em Salvador, essa fragilidade se estende ao âmbito da saúde pública, visto que a

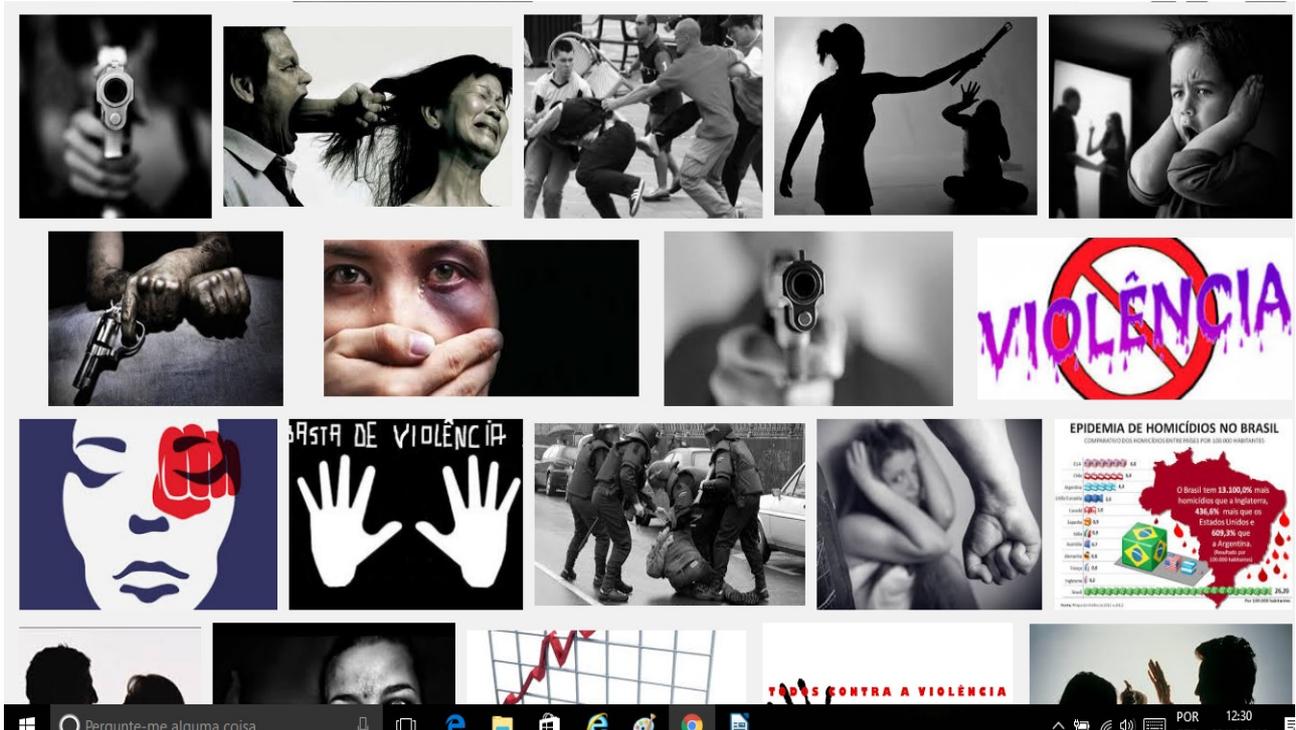
13 Link para acesso: <http://www.brasil.gov.br/>

superlotação do SUS e sua precarização limita consultas e acessos regulares à Atenção Básica de Saúde, fragilizando o vínculo entre paciente e profissionais da área, comprometendo a percepção, identificação e análise de casos de agressão. Em consequência disso há uma subnotificação de casos de violência contra mulheres. Ainda segundo ela, a saúde é obrigada a notificar casos de violência contra mulher e suspeitas através do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), uma das fontes do Mapa da Violência, e também é responsável por acionar a rede de atendimento e proteção em casos identificados.

No que se refere às imagens mostradas na aba *imagens* do buscador *Google*, sobre o termo ‘violência’, encontramos os seguintes resultados:



(Figura 27)



(Figura 28)



(Figura 29)

A partir destes resultados de busca é importante observar que mesmo a pesquisa tendo sido realizada para o termo mais amplo ‘violência’, consta nos resultados da aba imagens, em sua maioria, de mulheres sendo agredidas e homens como seus agressores na maioria delas. Das 44 imagens mostradas, 15 são de mulheres agredidas ou sendo agredidas, 11 imagens que fazem referência à arma de fogo, 8 são frases ou palavras como ‘basta de violência’ ou ‘violência’ e as outras 10 imagens são de desenhos ou imagens outras que não revelam explicitamente um ato violento.

É importante notar também que dentre essas 44 imagens nenhuma delas inclui mulheres negras, que segundo diversas versões do documento Mapa da Violência são as maiores vítimas.

Nos diversos Mapas da Violência em que abordamos a questão da incidência da raça/cor na violência letal, para o conjunto da população, concluímos que: a. Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País. b. As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros. c. Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica (BRASIL, 2015, p.29).

Em se tratando de violência contra mulheres e mais especificamente mulheres negras este índice aumenta. O documento explicita a queda nas taxas de violência contra mulheres brancas, enquanto registra um aumento nas taxas de mulheres negras. Explica, ainda, que o índice de vitimização da negra “nada mais é do que a diferença percentual entre as taxas de homicídio de mulheres de ambos os grupos” (BRASIL, 2015).

Estas observações e informações acerca do material analisado nos diz sobre o caráter crítico da violência contra mulheres. Além da inoperância e também da precarização dos setores públicos de segurança e saúde no que concerne ao enfrentamento das violências. Os resultados do buscador sobre ‘violência’, frisam a violência contra mulheres, tendo como agressor principal a figura masculina, violência esta que supera as mostras de imagens de violência ligada ao uso de arma de fogo. Sobretudo os resultados sugerem a persistência da violência embasada também no disfarce e na não contemplação das vítimas mais afetadas, sugerindo a essencialização, a naturalização de discursos racistas,

que invisibilizam as mulheres negras, quando do disfarce à contemplação dessas vítimas diretas da violência.

## CONCLUSÃO

Em virtude do que foi apresentado nas análises e do que foi discutido nos capítulos teóricos, podemos entender e concluir sobre alguns aspectos que contribuem para a reprodução e potencialização das violências contra mulheres, tendo como base o ciberespaço, os materiais que nele circulam, as interações entre seus usuários e como as práticas discursivas ali presentes contribuem para o problema social em questão.

Em primeiro lugar é importante observar no que concerne os mecanismos e a configuração da rede social e suas funções, que, a rede social *Facebook*, através do seu sistema de filtragem colabora para a criação de perfis dos sujeitos usuários da rede, a partir do uso que fazem dela, proporcionando a divulgação de produtos, marcas, bem como conteúdos que supostamente interessam ao usuário, uma vez que a rede cria um histórico dos acessos e dos materiais nela compartilhados. Assim, a presença de propagandas e *links* de anúncio comprovam a sua função mercadológica, que tendência, quando se tratando de gênero, para anúncios de produtos ditos ‘de mulher’ ou ditos ‘de homem, marcando espaços de gênero bem como sustentando também o binarismo que ainda rege o assunto. Assim, a rede social *Facebook* contribui para a manutenção de conceitos e perspectivas estruturalistas e cartesianas dos sujeitos a partir do seu sistema de filtragem em conjunto com sua função comercial. Quanto ao buscador *Google*, no mesmo sentido, observamos na aba *shopping* do verbete analisado ‘feminino’, adjetivos (*angel, queen*), termos, expressões (*for her*, ‘para ela’), dentre outras características como cores (rosa, vermelho, cores claras) que vão marcando os espaços de gênero na publicidade. Além disso temos também as filtragens de busca de produtos na lateral esquerda da janela<sup>14</sup>, que são divididas pela categoria sexo (para mulher / para homem). Estas expressões que marcam os espaços de gênero, colaboram para a existência e manutenção de sistemas classificatórios que reforçam padronizações, papéis sociais determinados e também estereótipos.

14 As imagens analisadas no capítulo de Análise de Dados estão arquivadas no CD que acompanha este trabalho. Todas as imagens estão inteiras, sem recortes.

A distinção feita por Hall entre gênero e papéis sociais é importante porque uma vez que gênero remete à questão identitária, portanto, multifacetada, mutável e até mesmo contraditória, os papéis sociais restringem a multiplicidade do sujeito, as diversas expressões da feminilidade, da masculinidade, uma vez que compreendem basicamente um conjunto de regras ou padrões arbitrários (forma de se comportar, falar, vestir) estabelecidos por uma dada sociedade aos seus membros, ressaltando os jogos e relações de poder que estão por trás e que constroem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 2013, p. 28-29 apud DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 20).

Também podemos constatar que os materiais (re)publicados na rede podem ser reeditados diversas vezes por usuários diferentes, o que garante a existência de modificações seja no texto ou na imagem, muitas versões de um mesmo material e que em conjunto com os mecanismos de ‘curtir’, ‘compartilhar’, ‘reagir’, selecionar o público que visualiza a postagem, funcionam como potencializadores de práticas discursivas diversas, reverberando seus efeitos sobre a vida prática das pessoas. Ainda sobre o compartilhamento de materiais, podemos pensá-lo como uma forma de reatualização da informação na rede e consequente amplificação do número de visualizações por usuários, o que colabora de certa maneira para a manutenção e potencialização de várias práticas, inclusive de violência.

Observamos também que a promoção explícita de violência contra mulheres na rede denuncia o despreparo e a inoperância dos aparelhos policial e jurídico para lidar com esta problemática, o que sustenta a reprodução de materiais de teor violento, em que um usuário pede dicas de como agredir sem deixar vestígios (ver 5.1.1), confirmando direta ou indiretamente a participação do estado e seus aparelhos repressores, uma vez que funcionam a partir da categoria “quantidade de sangue necessária” (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2016, p.170), não se resumindo a isto a sua fragilidade. Ao mesmo tempo, podemos notar que há denúncias e contra-argumentações circulando na *web* como observamos desde o primeiro *print* do Facebook analisado até os materiais coletados nas páginas *Diário de uma feminista* e *Quebrando o tabu*, suas imagens, textos e comentários. O *gif* (ver figura 5.1.3) retirado do *Facebook* foi um dos exemplos sutis de ciberativismo registrado e a análise nos ilustra sobre o sentimento de *sororidade* ou “aliança feminista entre mulheres” (GARCIA, D. A; SOUSA, L. M. A,

2015, p.991), muito comum nas propostas de publicação ativista feminista no ciberespaço e que contribuem para a desconstrução de paradigmas e mentalidades sexistas. Essas ações ou mesmo a existência de páginas como as já mencionadas contribuem sobretudo para a desconstrução da violência às mulheres no ciberespaço, com reflexo para a vida cotidiana, uma vez que promove espaços de debate entre pessoas de diferentes lugares, debates estes que tendem a ultrapassar as fronteiras do ambiente virtual para o dia a dia das pessoas, afinal como comenta Levy (1999, p.47) tudo que circula na internet é passível de “concretização efetiva”.

De Grande e Lima (2013, p. 42) chamam atenção para a grande quantidade de discursos que circulam nos meios tecnológicos, que reforçam e possibilitam a reprodução e atualização de vozes hegemônicas, padrões e modelos historicamente estabelecidos, bem como existe também a circulação de discursos de resistência e de contestação, isto é, de discursos contra-hegemônicos, provindos de vozes discriminadas, historicamente silenciadas. Assim, as relações de poder são construídas via hipertexto e hiperídia, revelando a complexidade das linguagens e das mídias que se combinam nessa tarefa comunicacional (DOS SANTOS COSTA, 2014, p. 32).

O hipertexto internetiano (ARAÚJO, 2005, p.97), expressão usada por Marcuschi, formato verbivocovisual que se utiliza de linguagens várias, se torna um veículo potencializador de atos e atualizações nas sociedades digitais. O ato é a concretização, o virtual é o vir a ser, o potencial. Este formato “cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum” (ARAÚJO, 2005, p.97) contribui para a reprodução de violências e ao mesmo tempo para a quebra dos silenciamentos, pois, a exemplo do material 5.1.2, que se refere a uma reportagem que traz em si embutida outras mídias, bem como a interação dos usuários, via comentários, possibilita a amplificação do alcance das informações e sua maior reverberação.

Observamos também, através da análise do material 5.1.2 que a violência é motivada e reforçada politicamente, socioeconomicamente, ou seja, temos uma estrutura que lucra e que tem uma representação política que se sustenta através dessas violências, do estado de intolerância e autorização e naturalização do ato de agredir e odiar, da ‘loucura coletiva’ ou mesmo da ‘histeria social’, são expressões que ilustram e que revelam

processos sociais, políticos, econômicos, dentre outros. “A nominalização transforma processos e atividades em estados e objetos, e ações concretas em abstratas [...]. A criação de novas entidades é uma característica da nominalização que tem considerável importância cultural e ideológica [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p.227).

Outros modos de representação do ator social que refletem uma mentalidade sexista, bem como reproduzem violências às mulheres nos materiais analisados incluem associação, dissociação, nominalização, genericização, agregação. O uso da categoria ‘doentes mentais’ no material 5.1.3, figura 2.2, para fins de justificação ou amenização do crime, também cria uma entidade que representa e traz em si atributos e ideologias acerca do que representam, e sabemos, através das análises, que a discursividade em torno do ‘doente mental’ se apoia em leis que se utilizam dessa entidade como forma de obliterar o crime ou as situações de agressão à mulher: “Art 10: ... não se julgarão criminosos: § 2. Os loucos de todo gênero, salvo se tiverem lúcidos intervalos e neles cometerem o crime” (PERES; NERY FILHO, 2002, p. 337).

Ataques e críticas ao feminismo, bem como às atitudes de empoderamento feminino ou de libertação da mulher de padrões subalternizantes e docilizantes, a exemplo de falar palavrão (ver figura 3.3 do material 5.1.3), são comuns no ciberespaço e pudemos observar alguns materiais da página *Diários de uma feminista* que questionam tais ataques e críticas. A exemplo dos *prints* 3.1 e 3.2 do mesmo material, que traz a frase: “*Tentando me ofender, o boy disse ‘você é muito feminista’. Agradei o elogio e divi*”. Tentar ofender alguém chamando de feminista é em outras palavras negatizar as propostas do movimento feminista, que tanto agem pelo empoderamento feminino, no questionamento das subalternidades, das violências dirigidas às mulheres na sua condição de gênero, dentre outros assuntos. Em outras palavras, os ataques e críticas servem como reposicionadores do sujeito mulher nas posições de subalternidade. Assim, páginas como *Diários de uma feminista*, *Quebrando o tabu* são fundamentais na desconstrução de discursos sexistas, racistas, hegemônicos ou postagens que promovem a desqualificação da mulher.

É dentro desta linha de raciocínio que não podemos deixar que o pensamento *mainstream* em linguística relegue o social a segundo plano, estamos tratando de linguagem enquanto prática social, e a questão social não pode ser vista como acréscimo (RAJAGOPALAN, 2006, p.157), mas como parte integrante dos sujeitos usuários da língua. Como diz Fairclough: “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem [...]. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Mais adiante as imagens mostradas no buscador *Google* desenham as corporeidades atravessadas por discursos que atribuem aos sujeitos determinados modos de agir e ser. Em se tratando do verbete ‘mulher’ analisado, observamos frases na voz passiva, em que a mulher se torna sujeito paciente, bem como observamos o lugar de incompletude que também lhe é atribuído, quando acompanhada de complemento nominal, a exemplo de ‘mulher de Cabral’ (figura 5 do material 5.2.1). Interessante notar também que o termo em questão remete à condição de “1 Animal do sexo feminino [...] 3 Mulher” (MICHAELIS, 1998, p.948), o que conecta o sujeito mulher diretamente a sua sexualidade. Para ilustrar, uma frase muito comum dita nos rituais de casamento: “e assim vos declaro marido e mulher”, ou cotidianamente nas apresentações das companheiras pelos homens às outras pessoas, normalmente ouvimos “esta é minha mulher” e não “esta é minha esposa” com mais frequência, o que não ocorre como equivalente para o homem, que quase sempre é referido por um papel social e não pelo que remete ao quesito animal e sexual.

Assim, vimos resultados que essencializam a feminilidade, definições que remetem à questão biológica também no verbete estudado ‘feminino’. As imagens reforçam sistemas classificatórios que estão para além da associação dos gêneros com cores e itens diferenciados de vestimenta, retomam discursos que impulsionam a construção de realidades e sentidos para o mundo e para os sujeitos, cujas funções ideológicas não se separam. Movidos pelo poder simbólico (BOURDIEU, 1989), as produções elencadas pelo buscador *Google*, não só dão voz às elites simbólicas já estabelecidas nas posições dominantes e privilegiadas, que detêm meios e mídias hegemônicos, mas promovem seu

(re)estabelecimento. Assim, dentre as primeiras fontes observadas no buscador *Google* para as pesquisas, encontramos redes de emissoras de grande influência como a Globo e suas afiliadas, como Abril, Exame.com, R7, mas também outros veículos de comunicação dominantes de outros países. Esta análise nos faz refletir sobre possíveis *gethos* virtuais, onde as informações de grupos não privilegiados permanecem inacessíveis ou invisibilizadas, mídias alternativas que não ocupam os primeiros lugares nos resultados de busca do buscador *Google*.

Por fim, com base nos dados analisados, podemos entender que as violências contra mulheres se estendem ao âmbito da saúde pública, segundo informação dada por profissional da Unidade Básica de Saúde do bairro de Itapuã, Salvador, Bahia. Há fragilidade no enfrentamento às violências devido à superlotação e precarização do SUS, bem como subnotificação de casos de violência contra mulheres como consequência. Também foi observado o apagamento da mulher negra nas imagens pesquisadas para o verbete ‘violência’, que aliás reafirmam a figura masculina como principal agressor, o que nos sugere refletir sobre a construção das masculinidades, mas também notamos que apesar das mulheres negras serem apontadas como maiores vítimas de violência, de acordo com o Mapa da Violência 2015, elas não figuram nas primeiras amostras da aba imagens do buscador *Google*, o que sugere que a plataforma de busca contribui para a potencialização e manutenção das violências perpetradas às mulheres, uma vez que sua invisibilização promove o não enfrentamento.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ARAÚJO, J. C. R. *A conversa na web: o estudo da transmutação em um gênero textual*. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 91-109.
- AZERÊDO, S. **Preconceito contra a “mulher”**: diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.
- BAGNO, M. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12<sup>a</sup> ed. HUCITEC, 2006.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia, 1967, 4. ed. v. 2.
- BIG THINK. **Judith Butler: Your Behavior Creates Your Gender** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MlqEoCFtPM>> Acesso em: abr. 2017.
- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, Dec. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-401420030003000006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000006&lng=en&nrm=iso)>. access on 05 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-401420030003000006>.
- BONETTI, A. L.; PINHEIRO, L.; FERREIRA, P. *A segurança pública no atendimento às mulheres: uma análise a partir do ligue 180*. In: SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S (Org.). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 145-185.
- BORGES, Z. N.; PERURENA, F. C. V.; PASSAMANI, G. R.; BULSING, M. **Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate: pontos e contrapontos**

para o combate à homofobia nas escolas. *Latitude*, v. 7, n. 1, pp. 61-76, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1065>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BRASIL. Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm).

BRASIL. Lei n. 12.737 de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm).

BRASIL. Lei n. 13.104 de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm).

BRASIL. **Mapa da Violência 2012 Atualização**: Homicídio de Mulheres no Brasil, 2012.

BRASIL. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de Mulheres no Brasil, 2015.

BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. 26.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BYINGTON, C. A. B. *O martelo das feiticeiras – Malleus Maleficarum à luz de uma teoria simbólica da história*. In: **KRAMER, H.; SPRENGER, J. Malleus Maleficarum**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2014. p. 19-41.

CARTACAPITAL. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/o-fim-da-politica-de-filho-unico-na-china/>. Acesso em: junho de 2016.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: dezembro de 2016.

DIJK, T. A. V. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. *Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder*. In: **OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 93-108.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FUZER, C. **Formas de representação de atores sociais no contexto jurídico penal**. The *ESpecialist*, 2010. v. 31. n. 1. p. 21-47. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/viewFile/6238/4584>.

GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. **A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância**. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 2015. p. 991-1008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, I. F.; MENEZES, V.; SILVA, M. M. *Sessenta anos de linguística aplicada: de onde viemos e para onde vamos*. In: **Pereira, C. R.; Roca, P. (Org.). Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 25-50.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: **SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 117-140.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, 1998, p.1-18. (versão revisada – 2010).

GROSSI, P. K.; AGUINSKY, B. G. *Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais*. In: **GROSSI, P. K. Violência e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 25-50.

HALL, S. *Quem precisa de identidade?* In: **DA SILVA, T. T.(org.); HALL, S.; WOODWARD, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Pg. 103- 133.

LAKOFF, R. *Linguagem e lugar da mulher*. In: **OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 13-30.

LÉVY, P. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 1999.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LUPINACCI, L. **Eu tenho tanto pra lhe falar, mas com palavras não sei dizer: GIF animado como recurso expressivo**. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2007

MOITA LOPES, L. P. *Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar*. **In: Pereira, C. R.; Roca, P. (Org.), Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009. Pg. 11-24.

MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, L. P. *Discursos de identidade em sala de aula de leitura: a construção da diferença*. **In: Moita Lopes, L. P. Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. p.29-56.

NJAINÉ, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

PENNYCOOK, A. *Uma linguística aplicada transgressiva*. **In: MOITA LOPES, L. P. Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 68-84.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; NERY FILHO, Antônio. A doença mental no direito penal brasileiro: inimizabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 2, p. 335-355, Aug. 2002 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702002000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702002000200006>.

RODRIGUES, A. C. S. *Língua falada e língua escrita*. **In: PRETI, D. (Org.). Análise de textos orais**. 5. ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001. p. 13-32.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto,

2013.

ROJO, R. H. R. *Fazer linguística aplicada em perspectiva histórica: privação sofrida e leveza de pensamento*. In: **MOITA LOPES, L. P. Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 253-276.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARDENBERG, C. M. B. **A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia**. OBSERVE: NEIM/UFBA, 2011.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, nº 2, jul./dez. 1995. p.71-99

SILVA, M. C. **A representação dos atores sociais no discurso políticos eleitoral**. 2002. 102 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Escola de Educação. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas.

STEARNS, P. N. **Histórias das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2015.

STREY, M. N.; WERBA, G. C. *Longe dos olhos, longe do coração: ainda a invisibilidade da violência contra a mulher*. In: **GROSSI, P. K. Violência e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 73-82.

TORRÃO FILHO, A. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

VIRDZINA. Direção: Srdjan Karanovic. Intérpretes: Miodrag Krivokapic; Ina Gogálová; Slobodan Milovanovic; Mirko Vlahovic; Matija Prskalo; Vjenceslav Kapural; Nada Gacesic; Andrijana Videnovic; Marta Keler; Sladjana Bebic; Igor Bjelan. Domaći Film, 1991. 49 min.

ZOGHBI, D. M. O. *Sujeito e discurso não hegemônicos: uma discussão em Linguística Aplicada Contemporânea*. In: **HEINE, L. M. B.; NERY, M. M.; NEIVA, N.; CRUSOÉ, M (Org.). Sujeito e discurso: diferentes perspectivas teóricas**. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 145-155.

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. **In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 170-180

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.* **In: DA SILVA, T. T. (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

## ANEXO

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Prezado(a) participante:

Sou mestranda do curso de pós-graduação no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia e estou realizando uma pesquisa sob supervisão da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Zoghbi, cuja temática gira em torno de discursos que potencializam e (re)produzem violência contra mulheres na internet.

Sua participação envolve uma entrevista informal sobre o tema.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade pode ser mantida em sigilo, caso deseje.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do assunto estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo telefone 71 2137 8879.

Atenciosamente,

---

---

Local e data

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

---

---

Nome e assinatura do participante

Local e data